

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB
2º-Vice-Presidente: deputado Doutor Jean Freire – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

1 – ATAS

- 1.1 – 23ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura
- 1.2 – 90ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura
- 1.3 – 15ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura – Destinada a homenagear a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig – pelos 35 anos de sua fundação
- 1.4 – Comissões

2 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

- 2.1 – Comissões

3 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 23ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 21/10/2021

Presidência do Deputado Agostinho Patrus

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: Ata – 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Votação, em turno único, do Veto nº 25/2021; discursos da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Gustavo Valadares, Bartô, Hely Tarquínio e Professor Cleiton; votação nominal do veto aos incisos XVI e XVII do art. 2º, aos incisos VIII e XIV do art. 50 e ao art. 69; manutenção – Votação, em turno único, do Veto nº 26/2021; discursos da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Gustavo Valadares, Bartô, Betão e Sargento Rodrigues; votação nominal do veto; manutenção – Votação, em turno único, do Veto nº 27/2021; discursos dos deputados Elismar Prado e Bruno Engler; votação nominal do veto ao art. 1º; manutenção – Discussão, em turno único, do Veto nº 28/2021; encerramento da discussão; discursos da deputada Rosângela Reis, dos deputados Duarte Bechir, Cleitinho Azevedo e Delegado Heli Grilo, da deputada Leninha, dos deputados Bartô e João Vítor Xavier, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Cristiano Silveira, Doutor Jean Freire, Bruno Engler, André Quintão, João Leite e Carlos Henrique; votação nominal do veto; manutenção – Questão de Ordem – Declaração de Voto – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Agostinho Patrus – Doutor Jean Freire – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – André Quintão – Bartô – Beatriz Cerqueira – Bernardo Mucida – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Bruno Engler – Cássio Soares – Celise Laviola – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leninha – Leonídio Bouças – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu

– Raul Belém – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tito Torres – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

Abertura

O presidente (deputado Agostinho Patrus) – Às 10h13min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

– O deputado Carlos Henrique, 2º-secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O presidente – Nos termos do edital de convocação, a presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Discussão e Votação de Proposições

O presidente – Votação, em turno único, do Veto nº 25/2021 – Veto Parcial à Proposição de Lei nº 24.780, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária para o exercício de 2022. Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer. Designado relator em Plenário, o deputado Hely Tarquínio opina pela rejeição do veto. Com a palavra, para encaminhar a votação, a deputada Beatriz Cerqueira.

A deputada Beatriz Cerqueira – Bom dia, presidente. Bom dia, colegas parlamentares. Bom dia a todos que acompanham os trabalhos da Assembleia Legislativa.

O meu encaminhamento, presidente, é pela derrubada do Veto nº 25, que é um Veto Parcial à Proposição de Lei nº 24.780/2021, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária para o exercício de 2022. Sei que todos nós – ou a maioria de nós – já chegamos aqui ao Plenário com uma orientação de bloco, de bancada, com um posicionamento já discutido. Mas eu queria pedir aos colegas deputados e deputadas uma atenção ao conteúdo do que está sendo vetado, porque o que foi vetado é mais do que o que está sendo dito naquelas disputas que sempre fazemos em relação ao seu conteúdo.

São três os dispositivos das diretrizes orçamentárias vetados. O primeiro dispositivo que o governador vetou diz respeito ao art. 69, em que, aprovado por nós nas diretrizes de orçamento, o Ipsemg deve informar mensalmente as despesas com pensionistas a todos os órgãos. O segundo dispositivo vetado pelo governador foi no seu art. 50, em que aprovamos que o governo do Estado deve tornar públicos contratos e termos de parceria e relatórios semestrais dos valores de renúncia de receita. O terceiro dispositivo vetado diz respeito ao art. 2º, incisos XVI e XVII, em que há a garantia de que o serviço público nas áreas de saúde e educação deve ser prestado pelo poder público, conforme aprovamos aqui nas discussões das diretrizes orçamentárias.

O governo Zema argumenta inconstitucionalidade e contrariedade ao interesse público. Não consegui entender como pode ser contrária ao interesse público a transparência nas informações. Então, se nós aqui hoje mantivermos o veto do governador, concordaremos com ele que não precisa haver transparência em relação a tornar públicos contratos e termos de parceria; que o governador pode firmar os seus contratos e termos de parceria e não tem, por dispositivo legal, a obrigação de publicizar isso.

Também não consigo perceber qual é a contrariedade ao interesse público em o governador dizer que o Ipsemg não deve informar mensalmente as despesas com pensionistas para todos os órgãos; e também não vejo como pode ser contrária ao interesse público a nossa movimentação, através da aprovação das diretrizes orçamentárias, para proteger as áreas da saúde e da educação em

relação à manutenção do serviço público prestado pelo serviço público, pelo Estado. São esses três dispositivos que estão em discussão neste veto: a transparência, a garantia de serviços públicos prestados pelo Estado e a garantia também de transparência: o Ipsemg deve formular e encaminhar mensalmente relatórios com as despesas previdenciárias aos demais órgãos. É disso que se trata o que nós aprovamos, e o governo do Estado quer que isso não aconteça.

Espantou-me esse veto na perspectiva de que não traz prejuízo ao Estado transparência dos contratos firmados e das parcerias e aditivos, relatório semestral dos valores de renúncia de receita, de modo que todas as pessoas – não apenas nós, deputados, não apenas quem opera a máquina pública – tenham conhecimento, toda a população tenha o direito de ter acesso a contratos firmados pelo Estado, parcerias e relatórios de renúncias de receita. Todo cidadão que não é obrigado a entender da administração pública deve ter acesso a essas informações. Também, quanto ao Ipsemg fornecer relatórios relacionados às despesas previdenciárias com os pensionistas, não vejo motivo ou justificativa para que a gente impeça isso; e não vejo sentido em deixar o governo do Estado privatizar a educação, que é o outro dispositivo vetado.

Então, ao analisar o conteúdo dos três vetos – perdão, do veto –, desses três dispositivos, não há contrariedade ao interesse público; ao contrário, a Assembleia foi zelosa em aprovar diretrizes para o orçamento que guardam transparência, que guardam a garantia de organização de relatórios para os demais órgãos de questões previdenciárias e que guardam a garantia do serviço das áreas de educação e saúde prestados pelo Estado. Nós trouxemos uma série de estudos levantados em estados que já tentaram avançar em OSs na área da educação e da saúde, e a situação é de corrupção, de caixa dois; a situação é de irregularidades, de dificuldade de controle por parte dos próprios tribunais de contas em cada estado. Então, não vejo sentido deixarmos o governo avançar na privatização de áreas essenciais para, depois, fazer alguma avaliação dos erros que nós teríamos cometido ao impedir que o Estado avance na privatização e, portanto, no emprego do dinheiro público de forma não transparente.

Por essas questões, presidente, eu encaminho contrariamente à manutenção do veto, porque compreendo que nós estamos zelando pela transparência, pelo bem público ao votarmos as diretrizes orçamentárias aqui; e que temos, como Poder Legislativo, a prerrogativa, sim, de discutir e determinar as diretrizes orçamentárias, porque este é um outro argumento do governo: que nós estaríamos aí entrando na reserva de sua competência. Se quanto a tudo o que nós fizemos aqui o governo entender que não temos competência, podem fechar o Legislativo, porque, se não podemos sequer determinar diretrizes ao orçamento do Estado, perdemos muito a nossa função enquanto Legislativo.

São essas as considerações, presidente, encaminhando “não” ao veto do governador; “não” ao Veto nº 25 do governo, que trata desses três dispositivos.

O presidente – Muito obrigado, deputada Beatriz Cerqueira. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Gustavo Valadares.

O deputado Gustavo Valadares – Presidente, deputado Agostinho Patrus, deputadas e deputados... Eu prefiro falar da tribuna, presidente. V. Exa. me permite?

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, estou feliz de termos este retorno maciço de V. Exas. ao Plenário depois de quase dois anos de pandemia; muito feliz de reencontrar todos sadios, saudáveis – não é, deputado Leandro Genaro? Mas, sendo breve sobre o encaminhamento desta matéria, deste veto agora sendo apreciado pelo conjunto dos deputados e deputadas, o que nós estamos pedindo é a manutenção do veto, deputado Mário Caixa – V. Exa. deve estar com a voz rouca hoje; trabalhou muito ontem –, porque o que não queremos é o radicalismo; é radicalizarmos posições ou medidas. A vedação por completo da utilização do Estado, da parceria do Estado com OSs para gerência e administração de hospitais, de entidades hospitalares ou até mesmo de escolas públicas não pode ser totalmente radicalizada. O que o Estado está fazendo agora são projetos-pilotos. No caso da educação, temos, em Minas Gerais... A deputada Beatriz pode me auxiliar. Deputada Beatriz, quantas escolas estaduais nós temos no Estado? (– Intervenção fora do microfone.) Três mil e seiscentas? Está de máscara, mas eu acho que ouvi bem: 3.600 escolas. Dessas 3.600 escolas, em apenas 3

escolas está querendo o Estado, através delas, fazer um projeto-piloto de uma parceria com entidades para ver se isso surtirá efeito prático na melhoria da qualidade da educação no Estado. O compromisso que venho a assumir com V. Exas., Sras. e Srs. deputados, é que não faremos, não faremos uma abrangência gigantesca disso no próximo ano, até porque, se há um projeto-piloto, é preciso tempo para analisar se teremos resultados positivos ou negativos à medida... O que eu estou pedindo, deputado Leandro Genaro, é para não vedarmos, é para não proibirmos esse modelo de gestão. Vamos analisar.

Se daqui há um ano, deputado Leandro Genaro, o Estado, as três escolas apresentarem resultados piores do que tinham, eu serei o primeiro a defender que isso acabe, assim como nas unidades hospitalares. Se o resultado de gestão for pior daqui a um ano, eu serei o primeiro a defender que acabe. Mas por que que nós vamos vedar por completo agora se nem colocados em práticas foram esses modelos? E mais que isso: no caso, inclusive da gestão hospitalar, para terminar, presidente, a prefeita de Contagem, recém-eleita, colega nossa por muitos e muitos anos, deputada Marília Campos, já lançou um edital de OS para gestão de uma unidade de saúde naquele município. A ex-deputada, hoje prefeita do Partido dos Trabalhadores em Contagem, Marília Campos, já lançou um edital para gestão, através de OS, de uma unidade de saúde. Pode ser que não dê certo também. Eu tenho certeza de que, se não der certo, deputado Guilherme da Cunha, ela voltará atrás. Mas o que nós não poderíamos era também pedir à Câmara Municipal de Contagem que vedasse por completo esse projeto dela, ou esse experimento. Então o que eu venho pedir é a manutenção do veto, votarmos “sim” pela manutenção e contra o radicalismo. Muito obrigado, presidente.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Bartô.

O deputado Bartô – Bom dia. Bom dia a todos. Estou muito feliz em ver a Casa cheia. É bom ver os colegas aqui pessoalmente. Acho que é o momento em que a gente troca muita informação.

Sobre o veto atual, o que eu tenho a dizer é que o veto permite que a iniciativa privada trabalhe junto com o governo para conseguir índices melhores, tanto de educação quanto de saúde. O que acontece muito, sobre o que gente fala bastante: “Ah, a iniciativa privada é melhor que a iniciativa pública”. Não, não é verdade. Tanto a iniciativa privada quanto a iniciativa pública têm seus problemas e têm seus méritos também. A grande questão é que, na iniciativa privada, a gente troca assim, num estalar de dedos. Ah, não está convincente, os indicadores não estão batendo? Contrata-se outro, e por aí vai. Na iniciativa pública, infelizmente, a gente tem uma série de travas, uma série de burocracias. Para poder comprar um papel que seja, tem que se fazer uma licitação. Há toda a burocracia que a atrapalha, que a deixa mais lerda, que a deixa mais agarrada. Também, de fato, se estiver ruim, não há como você mandar embora, demitir, e por aí vai.

Então é muito importante a gente dar um passo à frente. Sempre aqui este deputado defende o liberalismo econômico. Então dar um passo à frente, trazendo mais a iniciativa privada para o Estado, sim, porque é dessa forma que eu falei. Se não está bom, a gente troca. Se aquele hospital não está atendendo direito, haverá outros. Se aquela escola, se aquela gestão, se aquele modelo de gestão não está atendendo, haverá outros. E a gente troca num estalar de dedos.

Então, por isso, eu peço a todos os meus amigos aqui, a todos os colegas que a gente mantenha este veto. Muito obrigado, presidente.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Hely Tarquínio.

O deputado Hely Tarquínio – Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, eu venho à tribuna, neste momento, para encaminhar os Vetos nos 25 e 26, juntamente. Para um, foi feita uma emenda na LDO. O outro é aquele projeto do Professor Cleiton. Eu queria aqui apenas desarmar os espíritos. Eu estou com espírito desarmado. Estou de alma inteira. Logicamente, chega de radicalismos nas palavras e também nas ações. Nós temos de procurar o caminho do meio, porque pertence a este Poder a prudência, que é filha da razão, para interpretar a nossa vida, a vida das famílias, para que o governo possa ter um orçamento compatível com a dignidade das pessoas. Mas do que se trata aqui, aplicando esse princípio da igualdade, da liberdade e da fraternidade, que norteou

todas as Constituições, inclusive a nossa, que nós herdamos de 2000 anos na Europa e que nos deu uma Constituição prolixa, inclusive cheia de PECs a cada dia mais? Mas isso tudo foi no sentido do parlamento, de regular a vida das pessoas.

A social-democracia, nas suas origens e hoje na Europa, na Alemanha principalmente, pratica o modelo que nós precisamos perseguir, na minha opinião, que é exatamente aplicar o princípio da razoabilidade, não ter exagero, não ser radical, procurar solucionar os problemas. É o Estado regulador, o Estado da razão, da existência de todos, procurando a paz. É aqui então, com esse introito, eu quero apenas defender a derrubada dos Vetos nos 26 e 25. Por quê? Na proposta, nas razões do veto do governador, o governador é extremamente neoliberal. O liberal é muito importante, mas, no neoliberal, tudo vira matéria de mercado. Até o espírito passa a ser matéria de mercado.

Então eu queria aqui dizer o seguinte: de tudo que uma família precisa, o Estado não pode abrir mão, para sua sobrevivência, para suas crianças, para que os casais possam ter responsabilidade com seus filhos, porque, se o Estado terceirizar as atividades de saúde, de educação, de segurança, o mercado é frio, o mercado visa ao lucro, o mercado visa ao consumo e vai estimular gastos. Muitas vezes quem dirige a família é vítima do status, é vítima de procurar mostrar que existe. Isso na psiquiatria, na psicologia a gente vê todo dia. A pessoa procura se afirmar através daquilo que é externo, daquilo em que realmente a pessoa se mostra. E não é bem por aí. Do que um casal, uma família precisa é que os seus filhos tenham educação, saúde e segurança promovida pela boa administração do Estado, e o Estado quer terceirizar e quer finalmente privatizar essas três atividades. Saúde e educação são inerentes à vida. Saúde e educação são iguais ao direito de nascer. É um direito natural que o homem precisa tê-lo promovido pelo Estado. O Estado é o nosso pai. O sistema presidencialista ou parlamentarista tem de se preocupar com as famílias inicialmente. Uma pessoa que não tem luz... Vamos dizer assim, não é um favor do Estado; é dever do Estado, é deontologia do Estado, é obrigação do Estado promover a saúde, a educação e a segurança.

Na saúde, sou testemunha, com 50 anos de profissão, de que o Estado sempre é muito falho, precário, quando vai estruturar a saúde; é falho quanto ao aspecto material da estruturação da saúde: prédios, hospitais, e depois a tecnologia. Sempre os recursos são ínfimos e muitas vezes não se cumpre o dispositivo constitucional obrigatório: no caso do Estado, de 12%; no caso do Município, 15%, e, para a educação, 25%. Isso é motivo de cassação de muitos prefeitos. Muitas vezes, os tribunais também, ao julgarem, não têm aquela condescendência, sempre há a suspeita da má administração do prefeito.

Queremos, sim, confiar no governador, confiar neste Poder, confiar nos outros Poderes também, na Justiça, no Tribunal de Contas, para que tenhamos uma álgebra da existência da sociedade, promovendo principalmente a saúde, a educação e a segurança. É grave. Muitas vezes, o nosso estado tem evoluído na saúde, mas vá ver quanto se paga a um professor. Pagando mal aos professores, o Estado quer diminuir a sua obrigação sacrificando esses profissionais. Não é bem por aí. Saúde, educação e segurança não objetivam dar lucro. Guarde isso, gente. O lucro é matéria do desenvolvimento econômico, não é matéria do desenvolvimento social. E o social nosso, principalmente educação e saúde, está totalmente prejudicado. Precisamos melhorar a administração do Estado, que está confessando a sua inoperância, a sua incapacidade de promover a saúde, e o mais grave, quer terceirizar e depois privatizar a saúde. E direito público com direito privado só através de parcerias, como ocorre na social-democracia, na parceria público-privada, mas no desenvolvimento das pessoas, no desenvolvimento até dos lares, do ninho das pessoas, não, porque pai e mãe querem para o filho é uma educação de qualidade, sem interferência do mercado, e este só visa ao lucro, aumentar o consumo. Isso é matéria de desenvolvimento econômico.

Então, queria aqui apenas, sem querer ofender ninguém, dar essa opinião, porque estamos cansados de ver a fila na saúde, que está cada vez mais aumentando. Está cada vez mais morrendo gente na saúde terciária, que é a complexidade, com problemas cardíacos, problemas respiratórios. Ficou definido agora, descortinou-se, com a Covid, a impossibilidade de entregar isso para a iniciativa privada. Mesmo no setor público vocês viram as relações espúrias que aconteceram até agora, de uma forma geral.

Então, OS, gente, é coisa para matéria do desenvolvimento econômico e não para desenvolvimento do ser humano. Este precisa de educação de qualidade, saúde; na medida do possível, gastar o mínimo constitucional, o que não tem acontecido.

Então, com essa visão plural da vida, da existência das pessoas... Gente, a população de rua no Brasil hoje corresponde a 18%; esse é o percentual de pessoas que dormem na rua. Temos de ter compaixão dessas pessoas, e tudo vem da saúde, da educação, de um lar, onde há regras, onde o censor moral é o pai, onde a nossa senhora protetora é a mãe. Precisamos cultivar essa visão do ser humano. Precisamos, no contexto de qualquer iniciativa de lei aqui, colocar a família em primeiro lugar, colocar o ser humano em primeiro lugar. Precisamos estudar antropologia para o homem sofrer menos. A educação é a luz que vai levar o cara a conseguir luz própria para sobreviver diante de tantas diferenças, de tantas desigualdades. Ele vai ter independência.

Então, não podemos terceirizar, jogar isso no mercado. Isso não é matéria de consumo. Quero, com essas palavras – não adianta ficar falando muito –, pedir a reflexão profunda do amor, aquilo que se deseja para o próximo. Vamos fazer com que o Estado assuma definitivamente essas questões sem terceirização, sem privatização. Até a segurança nacional vai ter problema. A Pátria, fala-se tanto em patriotismo, não podemos pôr isso na iniciativa privada. A iniciativa privada tem uma visão: lucro. Não sou contra, não. Tem de haver parceria público-privada regulamentada por lei; que se tenha realmente a parceria.

Na educação tivemos o cuidado, com a Beatriz aí, fizemos as modificações, solicitamos as modificações para resolver as parcerias que são eventuais na educação, com as quais concordamos para um público que realmente necessita. Mas, fora disso, admitir privatização da saúde... Vejo lá em Patos de Minas: o hospital já está com dificuldades. O pessoal, com essas OS, está com medo de ser mandado embora, porque o Estado tem 40%, 60% de pessoas contratadas e que já prestam serviço eficiente; isso ficou definido principalmente durante essa pandemia de Covid. Aqueles que são concursados estão sujeitos a transferências. E com quem vamos conversar? Com a iniciativa privada para melhorar isso? Temos de conversar com o responsável.

Isso porque, na medida em que o indivíduo se elege governador, na medida em que somos deputados e somos reeleitos ou somos eleitos pela primeira vez, Congresso Nacional, nós já temos tanta dificuldade, porque, em relação à nossa missão aqui, a gente cumpre os 25% de autonomia, conforme a Constituição, e nós podemos mudar Minas Gerais para melhor. Temos que obedecer à Constituição Federal em 75%, então a nossa Federação tem que ser repensada também. Esse é o motivo. Tudo isso está envolvido nessas definições que o governo de Minas quer fazer, isto é, na verdade, nas adaptações às demandas do governo federal, num regime de recuperação fiscal, impondo a privatização das empresas do Estado. Isso até é razoável, mas empresa privada, que cuida de educação e de saúde, não queremos, não.

Então quero aqui manifestar a minha posição, compreendendo a opinião de cada um, porque cada um tem uma trajetória, tem uma captação de mundo, tem uma interpretação de mundo, e quero apenas fazer um alerta a todos aqueles que são contrários e que sei que vão se manifestar. Quem sou eu para fazer um alerta, mas tenho vivido isso ao longo de 50 anos da minha vida, principalmente no tocante à saúde e à educação também. Se não houvesse uma faculdade federal, eu não estaria aqui, por falta de condições.

Então valorizo o estudo público e valorizo a minha profissão de médico em prol da sociedade. É um pouco diferente, e a gente tem que compreender a vida das famílias, as dificuldades, e, se for privatizar, que fique gravado, mais uma vez, isso é matéria de mercado, é consumo puro, e a iniciativa privada é fria para isso porque visa ao lucro. Por outro lado, educação, saúde e segurança são inerentes ao direito de nascer. Na verdade, são direitos que todos nós temos.

Assim sendo, sou contra os vetos e solicito àqueles deputados que se identificarem com a minha sensibilidade que me acompanhem nessa situação de votar para a derrubada do veto. Contudo, também compreendo aqueles que votarão a favor do veto. Muito obrigado. Seguimos sem levantar armas, baixando as armas, com paz e fé em Deus, para que este Parlamento possa construir um mundo melhor para todos nós na educação, na saúde e na segurança. Muito obrigado.

O presidente – Muito obrigado, deputado Hely Tarquínio. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Professor Cleiton.

O deputado Professor Cleiton – Bom dia, presidente, deputados e deputadas, todos aqueles que nos acompanham pelos canais da TV Assembleia, servidores desta Casa, e, de forma especial, todo o povo de Minas Gerais, nesta manhã tão importante.

Confesso, Dr. Hely Tarquínio, ser muito complicado falar após o senhor, que para mim é um dos grandes professores aqui, nesta Casa, e um dos grandes seres humanos que conheci na minha vida, sobretudo na vida política. Difícil defender qualquer transferência de gestão da educação, da saúde e da segurança pública para organizações sociais da sociedade civil. O que estamos discutindo aqui, nesta manhã, deputada Beatriz Cerqueira, é um modelo de Estado. É muito mais, deputada Rosângela Reis, que simplesmente um veto numa LDO, um veto em um projeto de lei, que é de minha autoria, mas que chega aqui, nesta manhã, depois de ser aprovado nos dois turnos por esta Casa, com a complementação que foi dada pela deputada Beatriz Cerqueira, ao se incluir a educação, e pelo deputado Sargento Rodrigues, que incluiu também a segurança pública através do socioeducativo.

A pergunta que fica é: que modelo de Estado queremos para Minas Gerais? Qual é o papel desta Casa em relação aos servidores públicos, que, neste momento, encontram-se em risco, e sobretudo em relação aos quase 20 mil servidores públicos que hoje estão lotados na Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais? São 12 mil servidores de carreira e 8 mil servidores contratados, que, neste momento, esperam muito desta Casa, na decisão que vai ser tomada.

O liberalismo ou o neoliberalismo, que é a bandeira ideológica deste governo, que é a bandeira ideológica do partido que está à frente deste governo, também é uma bandeira que respeitamos. Todos têm a liberdade de se posicionar, a liberdade de escolher a gestão que querem, no entanto, saúde, educação e segurança pública são princípios basilares da nossa Constituição, conquistados a duras penas por uma população mais pobre e menos favorecida, que depende desses serviços de servidores públicos, que, neste momento, encontram-se em grande risco e temem ser transferidos de suas cidades, deslocados de suas residências. Aliás, tantas vezes recebemos aqui, na Comissão de Segurança Pública, na Comissão de Saúde, na Comissão de Educação, pessoas apresentando essa temeridade, esse temor, simplesmente porque houve um anúncio de que esses serviços essenciais iam ser entregues para organizações sociais.

Não temos nada contra as OS, muito pelo contrário. As organizações sociais fazem um trabalho essencial, excepcional, em várias áreas, mas saúde, educação, segurança pública têm que ser 100% regidas, organizadas, gestadas pelo Estado. Se nós, na qualidade de Estado, não oferecermos isso, então que desapareça totalmente o Estado, que é o que, na verdade, alguns defendem e querem. Temos aí, num acordo da Vale, temos aí, na discussão que foi feita por esta Casa, a transferência de recursos vultosos para hospitais que pertencem à rede Fhemig.

Nós tivemos aí um aporte de mais de R\$100.000.000,00 para o Sarah Kubitschek. Se não fosse o Sarah Kubitschek, deputada Leninha, a situação teria sido muito pior aqui na região metropolitana em relação ao combate à Covid-19. Teríamos um número muito maior de mortes, mas um hospital público, um hospital pertencente ao Estado, através de seus servidores, através de médicos e de enfermeiros que deram a sua vida no combate a essa pandemia, fez trabalho de excelência. Por isso esse hospital será premiado com um aporte de R\$117.000.000,00, para obras de manutenção, de melhorias, de revitalização.

Aí, sabe o que vai acontecer, deputado Inácio Franco? Depois de tudo isso, depois de tudo o que foi feito pelo Estado, simplesmente vem uma organização social e assume o controle desse hospital público. É muito bonito defender o liberalismo desse jeito, deputada Leninha. É muito fácil, deputada Beatriz Cerqueira, falar em escola charter, quando, na verdade, é apenas uma transferência de gestão para setores empresariais, setores privados, que não têm os mesmos interesses que o Estado tem. “Ah, Professor Cleiton, mas são só três escolas, são só três escolas!” São três escolas para, daqui a pouco, toda a rede ser privatizada. Então, daqui a pouco, nós teremos não servidores com vínculo com o Estado, mas servidores terceirizados.

A ameaça que se apresenta dentro dos projetos que estão em curso neste estado são muito sérias, são muito graves. E é por isso que, enquanto parlamentar, enquanto defensor do setor público, defensor do servidor público, eu subo a esta tribuna, nesta manhã, para dizer que nós precisamos derrubar estes dois vetos: o veto do projeto da LDO do Dr. Hely Tarquínio, a derrubada do veto ao Projeto nº 1.088, que simplesmente democratiza essas questões. Nós queremos que, caso uma OS assumir o hospital da rede Fhemig, o Conselho Estadual de Saúde seja consultado. Qual é o problema disso? Qual é o problema de colocar os conselhos para serem consultados em relação à transferência de um hospital público para a organização social? Qual é o problema, deputada Rosângela Reis? O Conselho Estadual de Saúde existe só de forma fictícia? Por que, então, a criação desses conselhos? Qual o papel que esses conselhos têm, então, na nossa sociedade? Não são também entidades representantes da sociedade civil?

O que nós queremos é que, se uma escola for gestada por uma OS, que se consulte o Conselho Estadual de Educação; que o socioeducativo, que é muito sério, deputado Sargento Rodrigues... O socioeducativo faz um trabalho de ressocialização daqueles que estão no seu interior. Nós sabemos que, quando são OSs que estão à frente do socioeducativo, o histórico nos mostra corrupção, falta de vínculo com aqueles que estão diretamente atingidos por um trabalho que está estabelecido constitucionalmente no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Por isso, eu volto a repetir: qual modelo de Estado nós queremos para Minas Gerais? Um estado à luz da nossa história, de bem-estar social, de cuidado com os mais pobres, de cuidado com os menos favorecidos, aquele estado que consegue atingir os rincões e que é provedor das necessidades mais básicas das pessoas ou um estado movido pelos interesses empresariais, que não são os mesmos interesses que eu defendo? Nada contra os empresários, pelo contrário, são eles a mola propulsora do emprego, da renda. Mas que o empresário fique no setor empresarial e que aquilo que é público seja destinado, de fato, ao público, sobretudo ao que depende do Estado. A pergunta que eu deixo é esta, porque os vetos que nós iremos apreciar nos levam a esta reflexão: qual é o modelo de estado que nós queremos?

Obrigado, deputados e deputadas. Conto com o voto de vocês, tanto no projeto do Dr. Hely Tarquínio quanto no projeto que foi construído a várias mãos, com os deputados e as deputadas desta Casa, que são ardorosos defensores do papel do Estado aqui, em Minas Gerais. Muito obrigado.

O presidente – A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o art. 260, c/c o art. 222, do Regimento Interno. As deputadas e os deputados que desejarem manter o veto registrarão “sim” e os que desejarem rejeitá-lo registrarão “não”. A presidência lembra ao Plenário que o veto será rejeitado se obtiver, no mínimo, 39 votos contrários. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o veto aos incisos XVI e XVII do art. 2º, aos incisos VIII e XIV do art. 50 e ao art. 69.

– Registram “sim”:

Bartô – Bernardo Mucida – Bosco – Carlos Henrique – Celise Laviola – Dalmo Ribeiro Silva – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Duarte Bechir – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Guilherme da Cunha – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Inácio Franco – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leonídio Bouças – Neilando Pimenta – Professor Irineu – Raul Belém – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Zé Guilherme – Zé Reis.

– Registram “não”:

André Quintão – Beatriz Cerqueira – Betão – Cássio Soares – Cleitinho Azevedo – Cristiano Silveira – Doutor Jean Freire – Elismar Prado – Glaycon Franco – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – Leninha – Marquinho Lemos – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães.

O deputado Mário Henrique Caixa – Registre o meu voto “sim”, presidente.

O deputado Bruno Engler – Presidente, peço que registre o meu voto pela manutenção do Veto nº 25.

O presidente – Estão computados. Votaram “sim” 30 deputados; votaram “não” 19 deputados, totalizando 49 votos. Está mantido o veto aos incisos XVI e XVII do art. 2º, aos incisos VIII e XIV do art. 50 e ao art. 69. Está, portanto, mantido, em turno único, o Veto nº 25/2021. Oficie-se ao governador do Estado.

Votação, em turno único, do Veto nº 26/2021 – Veto Total à Proposição de Lei nº 24.823, que altera a Lei nº 23.081, de 10/8/2018, que dispõe sobre o Programa de Descentralização da Execução de Serviços para as Entidades do Terceiro Setor e dá outras providências, e a Lei nº 23.750, de 23/12/2020, que estabelece normas para contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público. Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer. Designado relator em Plenário, o deputado Hely Tarquínio opina pela rejeição do veto. Com a palavra, para encaminhar a votação, a deputada Beatriz Cerqueira.

A deputada Beatriz Cerqueira – Bem pessoal, bom dia de novo. Tive o cuidado de fazer uma pesquisa, porque agora, de fato, há proibição de se privatizarem serviços nas áreas da segurança pública, saúde e educação. Eu inverti; em vez de discutir a teoria, fiz uma pesquisa sobre quem vai assumir as três escolas citadas pelo deputado Gustavo Valadares e vou compartilhar com todos os colegas, pois a manutenção do veto quer dizer que estamos entregando essas três escolas e tantas outras, porque não há limite – hoje são 3, amanhã podem ser 200, depois de amanhã podem ser mil escolas; é importante que nós saibamos exatamente a consequência de entregar uma escola para a OS. Enquanto eu estiver rapidamente apresentando, queria, deputado, que todos nós fizéssemos o exercício: a gente topa colocar os nossos filhos, os nossos netos num projeto-piloto que a gente está votando para o outro? Se a gente acha que sim, de fato o veto do governador deve ser mantido; se a gente acha que não, acha que os nossos filhos, os nossos netos, as nossas sobrinhas não merecem esse nível de prestação de serviços, acho que valeria a pena a gente derrubar o veto. Eu era professora e dirigente sindical quando imploramos aos deputados da legislatura de 2011 que não jogassem a educação no subsídio. Não era radicalismo, e não é agora radicalismo. É porque a gente conhece a escola, e sabemos as consequências que as mudanças trazem. Naquela oportunidade, em 2011, apesar de todos os nossos apelos, o subsídio foi imposto à categoria por voto da Assembleia Legislativa, e até hoje a educação não se recuperou daquilo que foi retirado em 2011 – a partir de 2012; e só a educação sofreu tudo o que foi retirado como direito. Sempre a gente tem a oportunidade de não concretizar algo que é mais danoso do que benéfico. Então fiz essa pesquisa para compartilhar com os colegas parlamentares.

As três escolas citadas pelo deputado estadual Gustavo Valadares serão assumidas pela Associação Centro de Educação Tecnológica do Estado da Bahia, com sede em Feira de Santana. Estamos entregando a gestão de duas escolas de Belo Horizonte e de uma escola de Sabará para uma OS de Feira de Santana. O.K.? Essa OS tem vários questionamentos trabalhistas, porque ela contrata instrutor para fazer a função de professor. Tenho todos os números dos processos da Justiça trabalhista. Essa OS não paga o salário previsto em acordo coletivo, porque a contratação não é na tabela de salário que votamos aqui, na Assembleia, para as professoras. Essa OS é acusada de não assinar carteira de trabalho para quem trabalha para ela. Estamos possibilitando que ela venha, em território mineiro, não assinar carteira, contratar instrutor para fazer a função de professor. Ela não faz recolhimento de todos os direitos trabalhistas, não paga 13º salário corretamente aos instrutores que vão exercer a função de professor. Trouxe aqui comigo um relatório do Tribunal de Contas do Estado da Bahia, que deixo disponível a todos os colegas, em que o Tribunal de Contas aponta graves irregularidades praticadas pela Associação Centro de Educação Tecnológica do Estado da Bahia.

Vamos então ao conteúdo. As OSs, em Minas Gerais, estão sendo contratadas para prestar serviço no ensino médio. Esse centro de educação de Feira de Santana, na Bahia, entende de ensino médio? Fui pesquisar. Não! Ela é aquela empresa que faz aqueles cursinhos profissionalizantes e agora assumirá três grandes escolas estaduais de Belo Horizonte do ensino médio. Ela não tem expertise em ensino médio. Portanto todo o discurso sobre qualidade e práticas inovadoras propostas no mundo inteiro, de que o filho do pobre tem que ter o mesmo direito que o filho do rico, que consegue pagar uma escola privada, não cabe aqui, porque o centro que está assumindo as três escolas em Minas Gerais não tem experiência em ensino médio.

Tem experiência em cursinho, cursinho profissionalizante. É essa a experiência da associação que está assumindo, mas é um processo extremamente lucrativo, porque eu li o edital do Somar. Então quem for manter o veto do governador tem que estar ciente de que, para as OSs aqui em Minas Gerais, o governo do Estado vai pagar água, vai pagar luz, vai fornecer o imóvel e vai pagar o gestor da escola com salário público. Está ficando bacana para a OS vir aqui trabalhar com o mesmo custo-aluno que hoje é do Estado, mas que não tem as mesmas despesas do custo-aluno do Estado.

Nós estamos dizendo que, em 2022, serão R\$11.869.129,00 para a OS de Feira de Santana, que contrata instrutor para fazer prática de professor e receber do dinheiro público aqui no Estado. Nós estamos falando que é uma OS que vai ter autonomia para contratar e demitir. Eu ouvi aqui dizerem: “Se estiver ruim, a gente tira”. Sabem como OS contrata em Minas Gerais? Por ordem de chegada, de inscrição, por site. Eu tenho uma denúncia que já está sendo investigada pelo Ministério Público de Minas Gerais de uma OS da educação que fez uma suposta seleção por ordem de chegada. Nós vamos ter a possibilidade de aprovar não só esses R\$11.000.000,00, mas nos editais do Somar há aditivos, e, depois de iniciada, o governo pode passar mais dinheiro para a OS. Por que não passa para a escola pública? Por que vai passar para a empresa lá de Feira de Santana, com todo respeito à Feira de Santana, de cursinho preparatório? Nós colocaríamos os nossos filhos numa escola com expertise em cursinho preparatório, em cursinho profissionalizante? Nós colocaríamos nossos netos, nossas sobrinhas nessa escola? A gente quer para o outro aquilo que a gente faria para a gente?

Não é radicalismo. É a gente ter a oportunidade de impedir que Minas Gerais se torne isto aqui: “Tribunal de Contas da Paraíba encontra irregularidades em organizações sociais na educação, e relatório emite alerta. O Tribunal de Contas da Paraíba julga irregular contrato da Secretaria de Estado de Educação com organização social. CGU e Polícia Federal apuram irregularidades com recursos da saúde do Pará”. Porque esse é o caminho de OS, pessoal. É a corrupção. “Relatório de inspeção aponta indícios de irregularidades em organização social da saúde.” É uma notícia do Espírito Santo. “Ministério Público vai abrir inquérito para investigar administração de creches em Florianópolis.” “Calvário na educação da Paraíba: auditores do TCE apontam 63 irregularidades na gestão de organizações sociais em escolas e cobram explicações em gastos de R\$127.000.000,00.” “Tribunal de Contas de São Paulo encontra 23 irregularidades em serviços da saúde de organizações sociais.” “Ministério Público vai abrir inquérito para investigar administração de creches em Florianópolis.” Nós não vamos ainda encontrar muitas dessas notícias em Minas Gerais porque nós não tínhamos OSs na educação nem na saúde do Estado.

A prefeita Marília Campos reviu a entrega da saúde para OS. Deixem-me fazer uma correção de informação, porque a prefeita Marília encontrou Contagem com R\$30.000.000,00 de dívidas com fornecedores, com R\$14.000.000,00 de dívidas trabalhistas e fez intervenção na Oscip que faz a administração da saúde no Município de Contagem. Então a realidade de Contagem é desfazer o malfeito pela gestão anterior com a entrega da saúde da educação para OS.

“Ministério Público de Minas Gerais ajuizou ação contra a entrega da gestão do hospital de Patos de Minas para organização social.” Agora, todos nós, todos nós temos eleitores na educação, todos nós temos base na educação. Votar a manutenção do veto do governador é retirar eleição para direção de escola, é retirar a nomeação de concurso público, é retirar da escola as designadas – porque nem designado nem nomeado de concurso público atuam em escolas de OS –, é tirar da comunidade escolar a gestão democrática porque OS não tem gestão democrática, tem uma administração que lucra. Eu ouvi tantas vezes aqui o argumento de que OS não lucra. Aí fui perguntar para o Tribunal de Contas que negócio é esse de que ninguém lucra e todo mundo quer pegar. Achei a definição do Tribunal de Contas, para ninguém dizer que é radicalismo da minha parte: “Segundo o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, a determinação de que seja uma instituição sem fins lucrativos não significa que a entidade não possa ser lucrativa. Significa apenas que o lucro deve ser integralmente revertido para o seu patrimônio, não se podendo distribuir lucro”. É essa a questão das OSs. Elas lucram e investem no seu próprio patrimônio. Elas não distribuem o seu lucro, mas lucram, porque, se o

Estado está pagando a água, a luz, está fornecendo o imóvel, está fornecendo todo o equipamento dentro da escola e está ofertando ainda possibilidade de aditivos, de aumentar o valor dos contratos, é claro que há lucro.

Eu não vou nem argumentar que OS impede controle social, que não tem transparência na gestão dos gastos. Isso está sendo apontado por Tribunal de Contas do Estado inteiro. Eu quis trazer aqui: o Somar, são 52 meses prorrogáveis. Não é essa história de que, se ano que vem não der certo, tira. Não é isso que está no edital, deputado. No edital, estão 52 meses. O período que o Estado vai combinar, vai contratar a OS de Feira de Santana, que faz cursinho preparatório, cursinho técnico e vai vir para Minas Gerais para assumir 3 grandes escolas, é de 52 meses. Não tira o ano que vem, não tem controle social, não tem acompanhamento de metas, não tem acompanhamento de cumprimento de metas, ninguém fiscaliza uma OS. A gente tem que ler o edital do Somar para a gente entender o que o Estado está entregando. Está entregando as nossas escolas. Hoje é a de Feira de Santana; amanhã, é a de São Paulo, contratando instrutor no lugar de professor, sem carreira, sem investimento em formação continuada, sem gestão democrática. Tem que ler o edital do Somar, se não a gente vem para o Plenário, para um importante debate, mas não sabe o real conteúdo. Porque o conteúdo que foi trazido para defender a manutenção do veto não é a realidade dos editais, não é a realidade do contrato que já está no edital. A associação da Bahia ganhou três, os três editais. Nós estamos entregando três grandes escolas para uma empresa que não sabe de educação, que não tem expertise, que não consegue produzir em relação à educação do ensino médio, que faz cursinho profissionalizante, para fazer a gestão, a contratação e a administração de três grandes escolas estaduais. Não é radicalismo, deputado Gustavo Valadares, é entender o que é educação, é entender as consequências, é entender o que já está acontecendo no País inteiro. Não é a nossa tarefa impedir isso? Se o governo quer fazer Projeto Somar, manda um projeto de lei para cá, porque aqui a gente discute o edital, aqui a gente altera as propostas, aqui a gente conversa, mas esse Somar não é o que o senhor apresentou aqui. Estou com os editais ali, e podemos conversar sobre cada um dos editais. Tudo que eu estou dizendo é porque eu li o edital, eu li os pareceres dos tribunais de contas de vários estados, para mostrar a bomba-relógio que é privatizar a área da educação. Nossos professores não merecem a manutenção desse veto; os alunos não merecem, a comunidade escolar não merece. Quem acompanha os trabalhos da Comissão de Educação vê como as comunidades defendem as suas escolas, como as comunidades participam do dia a dia das suas escolas estaduais. Então, estou fazendo um apelo, estou fazendo um apelo para que a gente faça uma reflexão e não dê esse cheque em branco para o governo do Estado espalhar OSs de outros estados mandando nas nossas escolas estaduais. Não temos controle de que serão 3; no ano que vem podem ser 100, 200, 1.000 escolas. Não há esse controle, não há essa regra; podem fazer o tanto quanto quiserem. Nós estamos tendo a oportunidade de colocar uma regra. Se o governo quer entregar para a OS, traga o projeto de lei para cá, que a gente discute projeto a projeto, a gente não se nega a votar nada. A gente não fica obstruindo pauta por meses, tudo aqui é votado.

Então, faço um apelo para que nós derrubemos este veto. Pedimos uma chance de manter a escola pública, lutando por ela e não a entregando para quem faz cursinho profissionalizante, porque isso é um escárnio com a população, é um escárnio com as famílias.

Vou terminar com a pergunta que eu comecei: o senhor colocaria os seus filhos em projeto-piloto de um lugar que não tem expertise em educação? A sua experiência é só de cursinho profissionalizante. É essa educação que a gente quer para o povo mineiro? Eu acho que essa pergunta tem que nos guiar na definição deste veto. Agradeço a oportunidade para todo mundo ter a sensibilidade de escutar, porque a situação é gravíssima. Não adianta amanhã a gente lidar com as consequências, porque não podemos tirar de um dia para o outro. Os editais e os contratos firmados estão dizendo o contrário do que está sendo defendido aqui: uma chance, um projeto-piloto. Quem faz projeto-piloto com o direito do povo? A gente tem que fortalecer o serviço público. A escola pública dá certo. A escola estadual dá certo. Não há o que justifique jogá-la para a iniciativa privada, para a OS de Feira de Santana. Obrigada, presidente.

O presidente – Muito obrigado, deputada Beatriz Cerqueira. Com a palavra, para encaminhar a votação, deputado Gustavo Valadares.

O deputado Gustavo Valadares – Sras. Deputadas, Srs. Deputados, serei bastante breve. Deputada Beatriz, respeito o seu trabalho, respeito a liderança que V. Exa. exerce na sua categoria, respeito a voz de V. Exa., que representa milhares de servidores estaduais aqui, nesta tribuna, mas eu tenho que discordar. V. Exa. está sendo radical. V. Exa. está prejulgando algo que não chegou a ser colocado ainda em prática, deputada Beatriz Cerqueira. É como pegar, por exemplo, um médico aqui deste Plenário, o deputado Hely Tarquínio, e dizer a ele que, porque ele é médico, não pode ser engenheiro; é como pegar um engenheiro aqui, deste Plenário, e dizer a ele que, porque ele se formou em engenharia, não pode formar em medicina. Ora bolas, se a OS que venceu uma ou duas ou três das escolas de um projeto... Eu disse projeto-piloto aqui, mas não sei nem se esse seria o termo adequado. Se ela é de Feira de Santana, qual é o problema com Feira de Santana? Aqui, neste Plenário, temos baianos. Qual é o problema com Feira de Santana? Eles são piores do que nós? O baiano é pior que o mineiro, é menos competente? Porque a empresa é de Feira de Santana ela não pode trabalhar em Minas Gerais?

Agora, deputada, não se faz contrato com uma empresa para gerir uma escola pública sem que se estabeleçam critérios, sem que se estabeleçam metas e objetivos a serem cumpridos por esta empresa, porque o que está em jogo é a educação das nossas crianças. V. Exa. me pergunta e eu, de forma muito franca e corajosa, respondo aqui: eu tenho duas filhas, as duas estudam hoje em escola particular; o que eu mais quero para as escolas públicas ou para a rede pública de ensino de Minas Gerais é que a rede pública tenha a mesma qualidade que as minhas filhas têm na rede particular. O que estou defendendo aqui e estou pedindo às nobres deputadas e aos nobres deputados que façam comigo é dar uma oportunidade para que as crianças da rede pública tenham isso; dar uma oportunidade para os servidores da educação da rede pública para que eles tenham o mesmo acesso e a mesma qualidade de serviço que os da rede particular têm. A contratação da OS não manda professor de rede pública embora. O servidor de uma dessas 3 escolas – das 3 escolas, em um universo de 3.600 escolas públicas que temos em Minas, da rede pública estadual... Num universo de 3.600, o Estado buscou 3. Os servidores, os professores dessas 3 escolas não serão prejudicados, não serão dispensados, continuarão a exercer com a mesma dignidade o seu serviço. Mais do que isso, terão melhores oportunidades.

Agora eu digo a V. Exa., deputada Beatriz, e volto a repetir: eu a respeito, porque V. Exa. fala por centenas, milhares de pessoas aqui, desta tribuna; eu a respeito. Estou aqui assumindo um compromisso com você agora e com cada deputada e deputado deste Plenário: me deem um ano, me deem um ano, e sentaremos todos, aqueles que quiserem, na sua Comissão de Educação, para discutirmos os resultados desta parceria.

Pode ser negativo? Obviamente que pode. E eu serei o primeiro a defender a vedação que propõe o deputado Professor Cleiton nesse projeto vetado pelo governador. Serei o primeiro! Mas me mostre o resultado depois de um ano de implementação do projeto. V. Exa. está prejulgando algo que não chegou a ser colocado em prática ainda! V. Exa., por conta de uma questão ideológica, a qual eu respeito – eu respeito –, quer frear ou quer engessar a educação em Minas. Peço que me dê um ano, me dê um ano. Por isso eu venho pedir a cada deputada e deputado deste Plenário: votem “sim” pela manutenção do veto, votem “sim” pela educação, votem “sim” pelas crianças e jovens do nosso estado. A V. Exa., mais uma vez, para terminar, o meu profundo respeito, mas tenho que discordar. Está bem? Muito obrigado, presidente. Votem “sim” pela manutenção do veto.

O presidente – Muito obrigado, deputado Gustavo Valadares. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Bartô.

O deputado Bartô – Sr. Presidente, serei breve, porque acho que o colega que me antecedeu aqui foi muito feliz nas palavras. Acho que é exatamente isso. Hoje, em Minas Gerais, nós temos cerca de 4 mil escolas. Há três escolas querendo fazer o teste do Projeto Somar. É literalmente a gente passar à iniciativa privada e cobrar deles resultados.

A única questão que eu tenho a observar aqui é que um ano, às vezes, é muito pouco. O interessante seriam, pelo menos, cinco anos para a gente ter essa tranquilidade e ver se realmente funciona ou não funciona, verificar se essas 3 escolas podem ser 6, 10, 15 ao longo desses cinco anos. E, de fato, a gente dá oportunidade a Minas Gerais de conhecer como fazer formas diferentes de gestão da educação.

Não estou falando que hoje está ruim, péssimo ou que tem que ser tudo trocado, não, mas, com certeza, todos os colegas aqui hão de reconhecer que há formas de melhorar, e nós devemos sempre buscar outras formas. Como não fazer isso de forma paulatina, que é o que está sendo feito aqui? Serão três escolas de cerca de 4 mil. Vamos tentar, vamos dar oportunidade a Minas por liberdade econômica. Minas quis isso ao eleger o governador com 73% dos votos da população. E ele vai ser reeleito, ele está mostrando um bom trabalho, Minas está satisfeita.

Sendo assim, vamos dar oportunidade a Minas Gerais de ter mais liberdade econômica e vamos andar com responsabilidade. Aqui a gente não está pedindo para trocar o sistema todo, não. São três escolas em cerca de 4 mil. Então, sim, vamos manter o veto e, sim, vamos continuar acompanhando essas escolas para entender se isso é o melhor ou não. Eu acredito que seja e acho que é preciso avançar mais, porque três é pouco. Daria para avançar para 15, no mínimo, para a gente ter mais matéria para entender o que deu certo em uma, o que deu errado na outra, qual foi a fonte que deu errado, por que deu errado, onde deu certo.

E aqui também friso as palavras do colega que me antecedeu: não há problema nenhum de ser baiano, nós temos inclusive um deputado baiano aqui em Minas Gerais. Não há problema nenhum. Pode ser baiano, pode ser capixaba, pode ser o que for. Eu estou preocupado é com resultado. Pode ser filantrópica, pode dar lucro, pode não dar lucro. Eu estou preocupado é com resultado. Eu quero ver o resultado, quero ver nossas crianças tendo maior aprendizado, eu quero ver os índices de Pisa aumentando em Minas Gerais. Então, de onde vem não importa, eu quero é o resultado. E, para isso, nós vamos continuar vigilantes e entender várias outras formas, porque eu acho que não deve parar só por aí, não, de a gente conseguir esse resultado. Muito obrigado, presidente.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Betão.

O deputado Betão – Obrigado, presidente. Bom dia a todos os deputados e deputadas e a todos que nos assistem aqui neste momento.

Eu, no início de 2019, escutava o ministro da Economia Paulo Guedes dizer o seguinte: “Me dê R\$1.000.000.000.000,00, me dê R\$1.000.000.000.000,00, me dê R\$1.000.000.000.000,00 que eu resolvo todos os problemas num ano”. Foi-lhe dado R\$1.000.000.000.000,00 com os cortes que foram feitos. Não resolveu, e foi mantido o mesmo modelo econômico. É isso que está sendo pedido aqui numa experiência. E já foi mostrado pela deputada Beatriz Cerqueira que o contrato não é de um ano, como alguns deputados estão dizendo aqui, é de cinco anos. Se não der certo no primeiro ano, ele vai continuar por mais quatro anos. É disso que se trata.

Os servidores dessas escolas que estão sendo usadas como laboratório serão realocados em outros lugares, sabe-se lá onde. Nós estamos com um problema nas municipalizações em outro projeto do governo Zema que, acabando... Há cidade que só tem uma escola do Estado. As professoras do Estado vão ter que trabalhar em outras cidades. Isso não é fácil, gente, para quem recebe determinado salário, baixo, como é o do quadro da carreira da educação, e que consegue, depois de anos, viver perto do seu local de trabalho. Não é fácil ter que ser realocado em outro local completamente distante do seu local de trabalho.

Então, é óbvio que vai trazer prejuízo a esses trabalhadores e trabalhadoras do Estado de Minas Gerais que estão naquela escola. “Mas os índices do Ideb lá não são bons”. Mas você tem que olhar o conjunto, onde está localizada a escola, qual é a condição social daquela população que a frequenta. E as organizações sociais a gente já conhece como funcionam, gente. Foi muito bem explicado aqui. Contratação de pessoas, de professores, que são, na verdade, instrutores – eles contratam como instrutores.

Quero chamar a atenção aqui, Sras. Deputadas e Srs. Deputados: eu faço parte do Sindicato dos Professores de Juiz de Fora, que representa a rede privada de Juiz de Fora e representa a rede municipal, os professores e trabalhadores da educação da rede municipal de Juiz de Fora. Um dos maiores problemas que a gente enfrenta lá é quando algumas escolas privadas, em vez de assinarem a carteira do professor como professor, assinam como instrutor, para cair num piso salarial mais baixo.

No meu entendimento, se essas organizações sociais prevalecerem, esses professores que trabalharão nessas três escolas vão ter que receber o piso do Sindicato dos Professores de Minas Gerais e não o piso do Estado ou o piso de instrutor. Então, chamo a

atenção para essas questões, porque é uma experiência, no meu entendimento, uma experiência perigosa; começa com três agora e, no ano que vem, vai se espalhar – mesmo se o resultado for ruim, vai acabar se espalhando; e, daqui a pouco, nós temos as 3.600 escolas entregues aí para organizações sociais que vão contratar como instrutor.

Então, eu peço voto contrário ao veto do governador. Obrigado, Sr. Presidente.

O presidente – Muito obrigado, deputado Betão. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Sargento Rodrigues.

O deputado Sargento Rodrigues – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos acompanha pela TV Assembleia. Sr. Presidente, o Veto nº 26, que o governo apôs ao Projeto de Lei nº 1.088, projeto de iniciativa do Professor Cleiton, que foi devidamente aperfeiçoado em diversas comissões desta Casa – aperfeiçoado pela Comissão de Educação, aperfeiçoado pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, na pessoa do ilustre presidente daquela comissão, o deputado Hely Tarquínio. Muito bem – eu diria – contornado o projeto de lei, aperfeiçoado o projeto de lei que foi debatido; e também, Sr. Presidente, um projeto, Dr. Hely Tarquínio, em que tivemos uma contribuição ao aperfeiçoá-lo. É um projeto muito importante, porque, infelizmente, o governo tem alardeado, aos quatro cantos do Estado, iniciativas que podem destruir políticas públicas – as mais importantes que nós temos – que devem ser levadas a efeito até a ponta da linha pelo poder público. Nós estamos falando, Dr. Hely Andrade – perdão –, Dr. Hely Tarquínio, de saúde, de educação e de segurança pública.

Eu tenho aqui um exemplo, que foi abordado nesse projeto, na Comissão de Segurança Pública, do Instituto Elo, da forma como eles estavam terceirizando ou entregando ao Instituto Elo, por exemplo, a parte do socioeducativo. E aí qual era a vantagem, deputados e deputadas? Nós tivemos muito trabalho, presidente, para aprovar uma lei anterior. Nessa lei, durante a tramitação, presidente, o governo – o governo Romeu Zema – mandou a esta Casa, numa reunião, líder do governo, líder de bloco, secretário adjunto e plantou uma notícia completamente mentirosa, dizendo que aquilo atrapalharia o Palácio das Artes, a Orquestra Sinfônica. E aí, durante uma reunião no nosso gabinete, eu tive que dizer ao líder do bloco – à época, líder do governo, o deputado Raul Belém – que, infelizmente, quem estava assessorando o governo desconhecia completamente o direito constitucional e o direito público. E nem sabia que o cidadão estava dentro da sala, da nossa sala de reunião, mas disse com a maior tranquilidade: “Quem está assessorando o governo desconhece”. E aqui é mais uma prova disso. Quando o governo apõe veto ao projeto de lei de iniciativa do deputado Professor Cleiton, demonstra, mais uma vez, que está em completa dissintonia com a vontade do Parlamento, com aquilo que nós ouvimos lá na ponta da linha, talvez numa tentativa de avançar e entregar ao particular áreas primordiais para a população.

Hoje eu quero aqui deixar claro que não é só a questão do socioeducativo, não. No socioeducativo, depois que esse determinado subsecretário veio e pediu, pelo amor de Deus, para que o projeto não fosse votado naquele jeito, que dizia respeito ao mesmo texto, ao mesmo objeto, Dr. Hely Tarquínio. Feito isso, nós ouvimos aqui umas conversas na sala da presidência: “Olha, esses contratos aí são contratos que vão levar 10 anos”. E começamos a investigar a fundo. Estou falando do socioeducativo com empresa particular, com o setor privado. Dr. Hely, descobrimos – e as mensagens estão arquivadas ainda no meu celular do ex-secretário de Atendimento Socioeducativo – que o menor infrator estava sendo pago pelo Estado para uma empresa privada – R\$13.000,00 ao mês por cada menor infrator. Vou repetir: R\$13.000,00! Mas quem é que não quer? Eu ouvi um colega deputado, na minha frente, dizer: “Olha, então, desse jeito eu vou levar dois para casa. São R\$26.000,00!”. Eu ouvi o colega deputado dizer isso. Por quê? Por que era muito interessante para quem? Para o setor privado. E eu posso terceirizar essa área? Não. Isso é atividade-fim do Estado. Essa é uma atividade da qual não podemos abrir mão, porque a ressocialização de um menor infrator, o aspecto disciplinar não cabe ao setor privado. E isso, Sr. Presidente, demais colegas deputados e deputadas, foi corrigido, inclusive aqui, nesse projeto, quando nós relatamos a matéria na Comissão de Segurança Pública. Assim como foi feito na Comissão de Educação e na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, nós fizemos um contorno jurídico, dizendo ao Estado que ele não pode abrir mão dessas áreas.

Essas áreas são fundamentais para quem? Para a população mais necessitada, para a população mais pobre, que depende do braço do poder público. Vou repetir: estamos falando das principais políticas públicas, estamos falando de saúde, de educação e de segurança. Não estou falando de transporte de A, de B, de aplicativo. Não estamos falando de rodovia. Não estamos falando de Secretaria de Cultura. Estamos falando das principais políticas públicas. E aí vemos alguns colegas deputados ocupar a tribuna, e parece que estão tratando de perfumaria, do acessório. Não, estamos tratando daquilo que é fundamental. O governo pode ser novo, pode ser velho, pode ser de extrema direita. Não interessa. Estamos tratando de políticas públicas que são questão de sobrevivência para os mais necessitados. Então, não podemos abrir mão, deputado Osvaldo Lopes. Esse projeto teve um condão de fazer um contorno jurídico dizendo para o Estado: essa área aqui não, Estado; para essa área aqui, desenvolva política pública. Infelizmente, Dr. Hely Tarquínio, o governador Romeu Zema é um governador que não tem palavra, não é um governo confiável, não é um governo em que podemos falar assim: “Deixe essa matéria de lado, deixe que o governo vai fazer o melhor”. Não vai, porque ele já demonstrou que não tem palavra, ludibriou a boa-fé de 33 deputados desta Casa, pedindo a manutenção do veto nas duas parcelas da recomposição da segurança, e escreveu nas razões do veto que, passado aquele momento, voltaria à mesa de negociação para atender aquilo que assinou. Passado um ano e oito meses, a arrecadação do governo subiu mais do que nunca, de forma estratosférica, e o governo não tem palavra, continua mentindo, continua repetindo nas suas redes sociais: “arrumando a casa”, “botando no trilho”. Mas a sensibilidade humana, a falta de tato com aquelas políticas públicas mais necessárias está evidente que o governo não tem. Está evidente que é um governo de um grupinho, de uma classe que nasceu em berço de ouro, que está pouco se lixando para o servidor público; é um governo que trata servidor público sabe como, Dr. Hely? Como se todo mundo fosse marajá, porque ele não precisa, é um governador milionário, e o grupo que o cerca é milionário.

Perguntei, Sr. Presidente – e já aprovei um requerimento na minha comissão, Dr. Hely, que vai passar pela comissão do senhor, porque é comissão temática –, ao secretário, agora, na última audiência pública, por que não tinha levado a efeito as leis que aprovamos aqui, a Lei nº 23.869, que trazia a possibilidade de redução de ICMS na compra de armas e munições por policiais, ou seja, por causa de instrumento de trabalho. O secretário de Fazenda respondeu, quando questionei quanto o governo está deixando de arrecadar por ano de isenção de impostos com as empresas, textualmente: R\$10.000.000.000,00 por ano. Esta é a resposta do secretário à Comissão de Segurança Pública: R\$10.000.000.000,00. Dr. Hely, em três anos de governo, faço questão de pedir ao presidente depois, presidente, para exibir a pergunta e a fala do secretário na comissão: R\$10.000.000.000,00 de isenção fiscal ao ano para os grandes empresários. E agora está querendo entregar partes importantíssimas, fundamentais, cruciais da política pública – e não podemos arredar o pé – do Estado para o setor privado. Aí um deputado vem aqui e fala: “São três escolas”. Com este governo? Qual a confiança, se nem mesmo o deputado que ocupou a tribuna e falou isso não tem confiança no governo, um governo que não tem palavra. São R\$10.000.000.000,00 por ano, presidente. E ainda querem empurrar, goela abaixo, o Regime de Recuperação Fiscal para destruir as carreiras dos servidores públicos? Vá cobrar dos empresários! Vá cobrar R\$10.000.000.000,00 por ano! É isso que esse governo quer? Arrebanhar com as carreiras dos servidores civis e militares arrojando? Não aceitamos, presidente. Nós nesta Casa temos de nos agigantar. Nós temos de dizer “não” ao Regime de Recuperação Fiscal; “não” a esse tipo de veto. Temos de derrubar o veto, porque o veto do governo representa o retrocesso. Por que toquei no assunto da isenção? Para mostrar como este governo trata empresários milionários, principalmente o da Localiza, o tal de Salim Mattar, homem que deixa de pagar algo em torno de R\$150.000.000,00, R\$200.000.000,00 por ano de impostos. Então, é o governo dos ricos, que prestigia os ricos, quem nasceu em berço de ouro, para tentar ainda terceirizar políticas públicas importantes como saúde, educação e segurança pública.

Nós que votamos essa matéria na Comissão de Segurança Pública e sabemos da importância, dos contornos e das assertivas que foram feitas na área da educação, da saúde e da segurança opinamos pela rejeição do veto, presidente.

O presidente – A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o art. 260, c/c o art. 222, do Regimento Interno. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos

deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o veto.

– Registram “sim”:

Bartô – Bernardo Mucida – Bosco – Bruno Engler – Carlos Henrique – Celise Laviola – Cleitinho Azevedo – Dalmo Ribeiro Silva – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Duarte Bechir – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Guilherme da Cunha – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – João Leite – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leandro Genaro – Mário Henrique Caixa – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Tito Torres – Zé Reis.

– Registram “não”:

André Quintão – Beatriz Cerqueira – Betão – Charles Santos – Cristiano Silveira – Doutor Jean Freire – Elismar Prado – Glaycon Franco – Hely Tarquínio – João Magalhães – Leninha – Marquinho Lemos – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães.

O presidente – Votaram “sim” 27 deputados; votaram “não” 19 deputados, totalizando 46 votos. Está mantido o veto. Está, portanto, mantido, em turno único, o Veto nº 26/2021. Oficie-se ao governador do Estado.

Votação, em turno único, do Veto nº 27/2021 – Veto Parcial à Proposição de Lei nº 24.847, que altera a Lei nº 19.095, de 2/8/2010, que disciplina o *marketing* direto ativo e cria lista pública de consumidores para o fim que menciona, e as Leis nºs 6.763, de 26/12/1975, e 15.273, de 29/7/2004. Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer. Designado relator em Plenário, o deputado Ulysses Gomes opina pela rejeição do veto. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Elismar Prado.

O deputado Elismar Prado – Bom dia a todos e a todas e ao público que nos acompanha. Sr. Presidente, deputadas e deputados, nós discutimos aqui vetos que tratam de educação, de saúde, enfim, mas esse Veto nº 27, de todos eles, realmente é o que não apresenta nenhuma fundamentação aceitável, sustentável, dentro de nenhuma lógica possível, nenhuma. Quero agradecer ao deputado Ulysses Gomes o relatório. Foi muito claro, muito coerente. Quantas vezes aqui, nesta Casa, nós discutimos essa temática, seja no decorrer deste governo e de governos anteriores, seja por deputados e deputadas de situação ou oposição. Todos aqui, de maneira geral, já fizeram, em algum momento, seja aqui na tribuna ou nas comissões, a denúncia do abuso praticado pelas empresas de telemarketing. Esse é um daqueles projetos que eu digo ser uma pauta consensual. Por isso que eu fiquei realmente abismado com o veto do governador. Foi aprovado em dois turnos aqui pelos deputados e deputadas desta Casa, seguiu para sanção do governador, sofreu veto, e agora ele quer que os deputados e deputadas simplesmente alterem o seu voto. Repito: quantas vezes denunciamos isso aqui? E agora temos a oportunidade de aprovar uma legislação para colocar fim a esse tipo de abuso.

Então eu acho que, com todo respeito ao governador, que goza no momento de uma grande popularidade, ele não pode abusar da sua popularidade. É um abuso, um abuso contra o seu eleitor, que acredita nele. Acredito que 100% do eleitorado do governador é contra radicalmente esse veto que ele colocou a esse projeto. É de minha autoria esse projeto. É um desrespeito ao eleitor que confia nele. É um desrespeito aos deputados e deputadas desta Casa, que livremente colocaram ali, no seu voto neste Plenário, o que eles realmente pensam sobre essa matéria. Eu digo que o governador, até em respeito à popularidade que ele tem, deve estar em sintonia com as ruas, com a população, com os eleitores, da mesma forma que nós todos. Do contrário, a gente pode chamar isso até de um estelionato eleitoral. Ora, o que a gente fala lá na rua, nas reuniões, nas comunidades, nos bairros, na feira, no trabalho ou em qualquer lugar nós temos de manter aqui, nas nossas posições e principalmente na hora de apreciar as matérias, de colocar o nosso voto. É uma questão de coerência e de respeito à população.

Então o Projeto de Lei 24.847/2001 é um projeto de minha autoria que foi aprovado por esta Casa e foi vetado pelo governador. Ele diz o seguinte: ele coloca fim aos abusos nas ligações de telemarketing aos consumidores, e nós pedimos a derrubada do veto. Vou resumir aqui para vocês. O projeto visa garantir o sossego, a paz dos consumidores e também uma atividade saudável aos trabalhadores das empresas de telemarketing. Nosso projeto de lei regula o telemarketing para garantir a paz, o sossego aos

consumidores, uma atividade saudável aos trabalhadores do telemarketing, que são obrigados a cometer abusos contra os consumidores.

O pior de tudo é isto aqui, que eu vou colocar para vocês: o governador vetou o projeto, alegando que, entre aspas, “o projeto retira do consumidor a prerrogativa de decidir sobre receber ou não ligações telefônicas de telemarketing após às 18 horas, aos sábados, domingos e feriados”. No jornal *O Tempo*, na entrevista, o governador disse que essa lei tiraria do consumidor o direito soberano de fazer a sua escolha. Pergunto a vocês, desde que dia o consumidor, em algum momento, escolheu livremente ser importunado, dia e noite, retirando a sua paz, o seu sossego, nas ligações abusivas feitas por essas empresas, que não ligam só no horário comercial, não?

Nós não estamos restringindo, de forma nenhuma, a atividade dessas empresas. Elas terão todo o horário comercial para fazer o trabalho delas, mas, agora, de dia, de noite, feriado, sábado, domingo ou a qualquer momento, é um grande abuso, muitas vezes feito até por robôs, não é? As pessoas são bombardeadas com as ligações oferecendo serviços, produtos, cobranças. E os idosos? Isso é um crime! Os idosos são bombardeados também, e as empresas simplesmente querendo retirar o dinheiro dos idosos, oferecendo pacotes de empréstimo, produtos, serviços, um grande abuso. Além de citar que os consumidores perderiam o seu direito soberano de fazer a sua escolha, o que é uma coisa absurda, sem sentido nenhum.

Outro argumento apresentado pelo governo é o seguinte: ele cita o Supremo Tribunal Federal, de forma equivocada, através do voto minoritário do ministro Nunes Marques, numa ação direta de inconstitucionalidade, uma ADI do Estado do Rio de Janeiro, para tentar justificar o veto e dar ares de suposta inconstitucionalidade à lei, dizendo que haverá restrição desproporcional à autonomia privada, ou seja, à autonomia privada, sem nenhum limite – o céu é o limite. Diz também que existiriam normas regulamentadoras pela Anatel, sem especificar, de maneira alguma, quais seriam essas normas – não especifica – e ainda que o site Não me Perturbe já seria suficiente para a finalidade da lei; mas não é suficiente e não funciona para nada, as pessoas continuam sofrendo o abuso, da mesma forma, e ele cita trechos aqui do site.

Como se vê, facilmente, o Veto nº 27 não tem nenhuma fundamentação sólida, aceitável, plausível. O parecer do relator, deputado Ulysses Gomes, a quem, repito, agradeço o relatório, é muito claro, e, da mesma forma, o nosso projeto que apresenta as razões para a derrubada do veto. Diz aqui, no seu relatório: “Há necessidade da proposição de lei em questão, uma vez que abusos são cometidos pelas empresas de telemarketing”. Diz ainda: “Por fim, destacamos que o plenário do Supremo Tribunal Federal declarou a constitucionalidade da Lei nº 4.644/2018, do Estado do Amazonas, que proíbe empresas e estabelecimentos comerciais de realizarem cobranças e vendas de produtos por telefone, fora do horário comercial, em feriados e fins de semana”. Além do parecer, a ação direta de inconstitucionalidade citada pelo governador para a razão do veto foi julgada improcedente; ele utilizou um argumento que foi julgado improcedente – lá do Estado do Rio de Janeiro –, porque ela é constitucional, e aqui vou citar, entre aspas, o entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre essa matéria: “É constitucional ante a competência concorrente dos estados para legislar sobre direito do consumidor, norma estadual, a prever cadastro de usuários contrários ao recebimento de oferta de produto ou serviço, fixando prazo para o implemento e multa, ante o descumprimento, e a vedar a realização de cobrança e venda, via telefone, fora do horário comercial e em dias úteis ou não. Portanto, não há quaisquer razões ou motivos para manter o veto; ao contrário, os fatos e fundamentos todos determinam sua derrubada pela Assembleia, pelos deputados e deputadas”.

Ora, em outras palavras, para concluir, presidente, o governador diz aqui que a Assembleia, o Estado de Minas não têm competência para legislar sobre direito do consumidor. Ora, contamos aqui com a Comissão de Defesa do Consumidor, com o Procon Assembleia – muito atuante –, com a Defensoria Pública e com uma atuação também competente do Ministério Público; nesse caso, como não vamos fazer a defesa dos consumidores? Então realmente é um abuso muito grande, não é? As pessoas precisam ter paz, ter sossego, e – repito – não estamos limitando, de maneira nenhuma, a atividade das empresas, apenas colocando algum limite, porque o

abuso realmente é absurdo. As pessoas recebem dezenas, centenas de ligações aleatórias, em dias e horários diversos, muitas vezes feitas por robôs, com mensagens gravadas.

Então o nosso projeto veda esse tipo de abuso, e estamos estabelecendo tão somente um horário, das 9 horas às 18 horas, que acho que é muito razoável, para se permitir essas ligações, vedando-as aos domingos e feriados, no momento de descanso do trabalhador, não é? Então estamos aí, nesse caso, solicitado, pedindo aos nobres pares, deputados e deputadas, que nos acompanhem na derrubada do veto. O governo não pode governar em causa própria. O nosso projeto é muito razoável. Por fim, simplesmente quero agradecer a todos e ao deputado Ulysses o relatório que foi muito claro nessa matéria. Obrigado, presidente.

O presidente – Muito obrigado, deputado Elismar Prado. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Bruno Engler.

O deputado Bruno Engler – Presidente, quero começar o encaminhamento parabenizando o deputado Elismar Prado, pela intenção do seu projeto, intenção com a qual concordo plenamente. As empresas de telemarketing, de fato, ligam em horários que muitas vezes são inconvenientes para o cidadão, mas quero fazer o apelo aqui para que possamos votar pela manutenção do veto, por entender, sim, que essa matéria deveria ser tratada em esfera federal, mas não por se tratar de um vício de competência desta Assembleia, porque a Assembleia tem competência para legislar sobre o assunto. Contudo, se derrubarmos esse veto e se essa matéria se tornar lei, nós não vamos deixar de receber essas ligações de telemarketing, de cobrança e vamos perder todos os empregos de telemarketing em Minas Gerais, pelo simples fato de que já existe uma regulação federal que estabelece os horários limites para que essas ligações possam ser feitas, e os outros estados estão seguindo essa norma federal. Então, se aprovarmos aqui, em Minas, uma regra mais rígida, o que vai acontecer é que as empresas de telemarketing vão migrar para outros estados, estados vizinhos, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo, e vão continuar ligando para os cidadãos mineiros.

Peço aos colegas que façam uma reflexão: quando você recebe uma ligação de propaganda, de oferta, de cobrança e do quer que seja, reparem no DDD. Algumas vezes o DDD é de Minas Gerais, mas, em diversas vezes, o DDD é de outros estados, o DDD é de São Paulo. Então as empresas de telemarketing que estão aqui, hoje, gerando emprego e renda em Minas Gerais, se elas forem proibidas de atuar em horários permitidos em outros estados, elas não vão parar de ligar e de importunar o cidadão mineiro, mas simplesmente migrar para outros estados, e Minas Gerais vai perder apenas os empregos e a renda do telemarketing e vai continuar – o cidadão mineiro – tendo a encheção de paciência de ter que receber essas ligações.

Então parabenizo o deputado Elismar pela intenção. Acho que essa mudança de horário que ele propõe pode e deve ser feita em nível federal, mas, se a fizermos em nível estadual, o que vamos fazer é mandar para os outros estados os empregos e o dinheiro das empresas de telemarketing e manter, em Minas Gerais, a importunação das ligações que apenas virão de outro DDD.

Por isso eu faço um apelo aos colegas: que a gente possa lutar para manter o veto do governador.

O presidente – A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o art. 260, c/c o art. 222, do Regimento Interno. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o veto ao art. 1º.

– Registram “sim”:

Bernardo Mucida – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Bruno Engler – Carlos Henrique – Celise Laviola – Dalmo Ribeiro Silva – Delegado Heli Grilo – Douglas Melo – Duarte Bechir – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – João Leite – João Magalhães – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leonídio Bouças – Mário Henrique Caixa – Neilando Pimenta – Raul Belém – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Tito Torres.

– Registram “não”:

André Quintão – Beatriz Cerqueira – Betão – Cleitinho Azevedo – Doorgal Andrada – Doutor Jean Freire – Elismar Prado – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Vítor Xavier – Leninha – Marquinho Lemos – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Sargento Rodrigues – Tadeu Martins Leite – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães.

O deputado Cristiano Silveira – Presidente, registre o meu voto “não”.

O deputado Bartô – Sr. Presidente, registre o meu voto “sim”.

O presidente – Estão computados. Votaram “sim” 28 deputados; votaram “não” 21 deputados, totalizando 49 votos. Está mantido o veto ao art. 1º. Está, portanto, mantido, em turno único, o Veto nº 27/2021. Oficie-se ao governador do Estado.

Discussão, em turno único, do Veto nº 28/2021 – Veto Total à Proposição de Lei nº 24.909, que altera a Lei nº 14.170, de 15/1/2002, que determina a imposição de sanções a pessoa jurídica por ato discriminatório contra pessoa em virtude de sua orientação sexual. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto. Em discussão, o veto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Com a palavra, para encaminhar a votação, a deputada Rosângela Reis.

A deputada Rosângela Reis – Sr. Presidente, deputado Agostinho Patrus, quero saudar também os deputados e as deputadas aqui, nesta Casa, e quero dizer da minha alegria de podermos estar juntos novamente de forma presencial, discutindo cada projeto de lei e trazendo aqui a nossa função como deputado estadual, como representante da população, do povo mineiro, e de podermos fazer o melhor para a nossa sociedade.

Presidente, mediante a discussão desse Veto nº 28, que determina a imposição de sanções a pessoa jurídica por ato discriminatório praticado contra a pessoa, em virtude de sua orientação sexual, identidade de gênero ou expressão de gênero... Em nome das famílias, dos direitos das crianças, dos direitos das mulheres, dos direitos e segurança das pessoas, eu venho aqui solicitar aos nobres pares que possam aqui manter o veto do governador Romeu Zema. Esse projeto abre brechas jurídicas, abre discussões e ainda dificulta para aqueles que são empreendedores, as empresas que estão gerando empregos, que estão trabalhando, pois podem ser imputadas multas graves a essas pessoas.

Então, nós estamos aqui, presidente, solicitando a manutenção do veto, não só pelas multas, mas também pelas famílias. Nós somos contra – e eu sei que todos os deputados aqui são contra – a discriminação, qualquer que seja ela. Cada cidadão tem o direito de ser o que quiser. Gays, lésbicas, trans têm esse direito e também têm o direito de ser respeitados onde estiverem. Mas o que nós estamos defendendo aqui é o direito à segurança das famílias, das crianças, para que não haja, Bruno Engler, estupros em banheiros, para que não haja confusões em banheiros tanto de homens quanto de mulheres.

Então nós não teremos aqui uma lei que esteja em aberto e que esteja dúbia às pessoas. Eu vi aqui que muitos deputados que votaram nesse projeto de lei viram e estão revendo posicionamentos. Esse é um direito também de fazer acertos e consertos, porque ainda é tempo de solucionar. Então, em nome das nossas famílias, das nossas crianças, nós solicitamos... E foi aprovada, ontem, na reunião, na comissão – eu, como relatora do veto – a manutenção do veto ao governador.

Então, eu quero aqui... Nós sabemos que não podemos permitir que uma legislação abra precedente para penalizar alguém perante interpretação, e não apenas interpretação da pessoa que possa vir a ser ofendida, mas também permitindo que um terceiro possa fazer a denúncia. Qualquer um, nesse projeto de lei, pode fazer denúncia do outro, o que pensou, o que pode ser, para que assim possa criar processos jurídicos, possa discutir com o outro. Então é isto que nós estamos solicitando aqui: a manutenção do veto, em respeito aos direitos de família que já temos, de proteção à família e contra a ideologia de gênero.

O projeto ficou tão dúbio, tão dúbio que ainda criaram mais informações, ainda colocando aqui como se fossem só os homossexuais, as lésbicas, fazendo essa proteção unicamente a esse seguimento. Eu quero deixar aqui a nossa manifestação de respeito àquelas pessoas que querem ter uma identidade sexual diferente de homem e mulher, mas que nós possamos proteger aqui as igrejas, que são instituições e fazem um belo trabalho em respeito a essas pessoas e em respeito à família. Então nós estamos aqui, presidente, fazendo o encaminhamento, deputado Duarte Bechir, pela manutenção.

Nós tivemos aqui a aprovação desse projeto, mas, graças a Deus, é tempo agora de revermos posicionamentos e revertermos a situação desse projeto de lei que está realmente trazendo brechas jurídicas e subjetividades para a implantação da ideologia de gênero e a geração de mais processos jurídicos, brigas jurídicas, que vão fazer com que o empreendedor, enfim, qualquer instituição jurídica impute a ele multas gravíssimas que vão de R\$3.500,00 a R\$177.000,00. Aqui na Assembleia, nós temos posições diferentes e respeitamos todos nesta Casa e fora daqui também. Isso é direito de todos. Agora, o que nós não podemos é provocar e fazer leis, Duarte Bechir, que vão dificultar e criar problemas lá fora.

Obrigada, presidente. Portanto, presidente, solicito a manutenção. Votem “sim” ao veto do governador.

O presidente – Muito obrigado, deputada Rosângela Reis. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Duarte Bechir.

O deputado Duarte Bechir – Sr. Presidente, deputado Agostinho Patrus, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, assim como V. Exa, deputada Rosângela Reis, eu faço uso da palavra neste momento para manter a minha posição quanto ao Projeto de Lei nº 24.909. Quando eu falo em manter a minha posição, presidente, nós, do Bloco Independente, tivemos por parte da liderança o encaminhamento pelo voto “sim”, e não tenho vergonha de dizer, deputado Heli Grilo, que nós estávamos votando remotamente. Lembro-me de que o deputado André Quintão fez a defesa, a Beatriz fez a defesa, o Bruno Engler fez um contraponto, e, por estar distante, senhoras e senhores, eu não tive a exata percepção, deputado Dalmo Ribeiro, do que nós realmente estávamos votando naquele dia. Então, Sr. Presidente, homem tem que ser homem para dizer que não compreendeu, não entendeu e que é necessário corrigir um passo que tenha dado para a direita ou para a esquerda e que precisa ser revisto. Então eu estou aqui de viva voz hoje, votando presencialmente; está aqui o deputado Duarte Bechir para demonstrar a sua posição.

Eu sou pelo respeito a todos os seres humanos. Eu não discordo daquele ou daquela que adota sua forma de viver diferente da minha, diferente da das minhas filhas. Eu respeito todos. Infelizmente a presente matéria – eu digo “infelizmente” porque o autor, o deputado André Quintão, é uma pessoa por quem nutro muito respeito, uma admiração muito grande pelo seu trabalho –, a percepção do povo mineiro foi totalmente contrária a essa matéria. E a percepção do povo, quando eu digo, não é só de religiosos, não. A percepção que tive, as percepções que vieram ao nosso encontro foram também de pais de família, de educadores. Então o que eu quero dizer aqui é que, deputado André Quintão, se – eu estou dizendo “se” – o desejo, se a intenção é diferente daquilo que está colocado, que haja uma nova oportunidade para se esclarecer, mudar, adaptar, porque, diante da forma como ficou, o governador está nos dando a oportunidade de rever aquilo que foi feito. E neste momento, nesta oportunidade, o deputado Duarte Bechir acompanha o veto do governador.

Quero dizer a todas e a todos, aos colegas e às colegas, que nós aqui somos de várias regiões. Eu sou do Sul de Minas, nascido em Cristais, na pequena Cristais; tive a vida pública dedicada a Campo Belo, como prefeito e vereador, e já estou no quarto mandato nesta Casa. Todos que me acompanham sabem do meu comportamento, tanto é que aqueles que usaram as redes sociais para tentar denegrir a nossa imagem, tentando confundir o meu posicionamento, tentando mostrar uma pessoa diferente daquela que eu vivo aqui... Tenho 64 anos, todos me conhecem, e eu precisaria, no dia de hoje, deputado Dalmo Ribeiro, usar a experiência de V. Exa. nos tribunais, essa fala carregada de amor mas também de verdade, para manifestar a minha posição. Vou votar pela manutenção do veto do governador, e esse veto do governador nos dá a oportunidade, conforme eu disse, de nos posicionar e falar para o povo de Minas para ratificar a minha posição, quem eu sou, para onde vou e o que faço. Sou pela família, sou pela igreja, sou pelo meu Deus em que eu acredito, e, se essa proposta não foi aceita, não foi compreendida, que em outro momento possa voltar, e nós estaremos abertos à discussão.

Mas, da forma como está, o deputado Duarte Bechir agradece ao governador a oportunidade do veto e indica, junto com os demais, a manutenção do veto ao Projeto de Lei nº 24.909, que altera a Lei nº 14.170, de 15/1/2002. Vamos juntos pela família, por Minas, pelos mineiros e principalmente pelas nossas famílias. Obrigado, presidente.

O presidente – Muito obrigado, deputado Duarte Bechir. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Cleitinho.

O deputado Cleitinho Azevedo – Bom dia, Sr. Presidente. Bom dia, deputados e deputadas, servidores desta Casa e população de Minas Gerais que acompanha a gente pela TV Assembleia.

Eu quero aqui iniciar a minha fala dizendo para os 76 deputados que eu tenho muito respeito por todos vocês. Podem ter certeza disso. Eu jamais... Às vezes, a gente tem alguma opinião política diferente de uma outra, diverge de alguma opinião, mas jamais vou sair da minha casa, sair do meu gabinete para prejudicar qualquer deputado que esteja aqui, jamais na minha vida vou fazer isso. Quero falar de coração aberto para todo mundo que está aqui que o meu pai me ensinou a ter caráter, o meu pai me ensinou a ter humildade, o meu pai falou para mim: “Se você quer entrar na política, entre para fazer coisa boa, entre para fazer o bem, não entre para fazer o mal”. Então vocês podem ter certeza de que jamais na minha vida – qualquer deputado sabe – alguma fala que eu fale, alguma ação que eu faça, algum vídeo que faça aqui é para denegrir ou falar mal de algum deputado. Jamais vou fazer isso com qualquer ser humano, muito menos com qualquer deputado que esteja aqui, de qualquer partido que seja. Por mais que a gente tenha alguma opinião diferente, de mim, Cleitinho, vocês nunca vão ver, por mais que, às vezes, eu possa... Até a questão desse projeto, em que fizeram arte com a minha foto, fizeram maldade com a minha imagem. Uma situação em que a gente veio aqui com a maior boa vontade, outros deputados aqui interpretaram de uma maneira. Jamais vocês vão ver eu fazer mal para alguém aqui.

Quero agradecer ao nosso governador Romeu Zema. Quero agradecer-lhe, Romeu Zema, porque sou homem suficiente para, quando eu errar... Subi aqui, no Plenário, e falei que me equivoquei. Tenho que falar aqui uma coisa: quando fui votar esse projeto, na minha interpretação, no meu coração estava votando um projeto que falava sobre discriminação. Então eu tinha... Não quero discriminar ninguém, nunca na minha vida quero discriminar alguém, porque, para mim, todo mundo é igual perante os olhos de Deus. Orientação sexual, decisão da pessoa é dela. Cabe a nós aqui respeitar todo ser humano. Acho que o princípio de tudo da vida é o respeito. Então não adianta vim falar que sou uma pessoa preconceituosa, homofóbica, porque não sou. É só conviver comigo que saberão que não sou. Então, quando fui votar esse projeto, na minha interpretação – a lei é interpretativa – fui votar um projeto que falava sobre discriminação. Então, depois que o projeto foi votado, vieram outras pessoas que têm domínio desse assunto falando:” Abre brecha para a questão de ideologia de gênero”, a que sempre fui contra, desde quando assumi como político, como vereador. Há vários pronunciamentos meu, aqui, em que sou contra ideologia de gênero. Então, para mim, na hora em que fui votar esse projeto, falava sobre discriminação. A partir do momento em que as pessoas denunciaram, falando que abria brecha, subi aqui, em Plenário, e fui homem suficiente para falar: Eu me equivoquei. Pedi desculpas, como peço novamente. Estou tendo oportunidade agora de consertar, para provar para o povo mineiro que sou contra a ideologia de gênero.

Agora peço aqui, humildemente, para os deputados – isso vale não só para os deputados estaduais, vale para os deputados federais, vale para vereadores: vamos encerrar esse assunto, gente. Se a gente usar a palavra “respeito”, acabou o problema de tudo. É só respeitar a opinião de cada um, respeitar as decisões de cada um, respeitar a orientação de cada um e amar o próximo como a si mesmo. Existe um mandamento, amar o próximo como a si mesmo, que, se a gente seguiu-lo, a gente segue todos os mandamentos e não precisava ser discutida tanta coisa aqui. Então vamos amar o próximo como a nós mesmos, com os seus defeitos, com as suas qualidades, com as suas decisões. É simples resolver o problema.

Queria só deixar isto claro para todo mundo aqui: vamos seguir, acabar com essa questão de ideologia de gênero, porque expõe as pessoas. As pessoas ficam expostas. A gente fica com um discurso aqui que acaba... Peço até perdão se falei alguma coisa aqui, porque não é minha intenção. A gente está falando de seres humanos. Então não tem necessidade... Parece que a política fica fazendo isso para dividir, e não tem necessidade disso. Se a gente usar a palavra “respeito”, acabará. Vamos seguir a Bíblia, a ideologia de Gênesis. Se a gente seguir a ideologia de Gênesis, resolverá o problema. E sempre respeitando. Deus deu livre-arbítrio para cada um aqui tomar as suas decisões quando estiver adulto.

Uma das questões de ideologia de gênero a que sou totalmente contra – até não tinha isso nesse projeto – é a questão das crianças. Gente, a única coisa que a gente tem pura neste mundo ainda são os animais e as crianças. Não vamos mexer com a pureza das crianças, não. Quando a pessoa estiver adulta, estiver jovem, ela tem as decisões dela, ela escolhe, cabe a nós respeitar.

Então quero agradecer novamente ao governador Romeu Zema, que trouxe esse projeto e o vetou. Estou tendo a chance aqui de provar para o povo mineiro que sou contra a ideologia de gênero. Então vou votar a favor do veto para derrubar esse projeto.

Quero deixar bem claro aqui, olhando nos olhos de toda população mineira: vamos usar a palavra “respeito”. Se a gente respeitar, a gente resolverá o problema de tudo nesta vida. Muito obrigado, presidente.

O presidente – Muito obrigado, deputado Cleitinho. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Delegado Heli Grilo.

O deputado Delegado Heli Grilo – Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, público que nos acompanha, são oportunidades que a gente encontra na vida de ouvir a fala de Duarte Bechir, de ouvir a fala do Cleitinho Azevedo. São oportunidades que a gente vê daqueles que não têm compromisso com o erro, que julgaram que erraram, naquele dia da votação, mas tiveram a oportunidade de voltar atrás. Não podemos ter compromisso com o erro. Eu não tenho. Se errei, volto atrás, peço desculpa e tomo a decisão que entender ser a melhor.

Embora não tenha sido a intenção do deputado André Quintão quando colocou esse projeto na Casa, ele veio de uma forma muito contundente aos olhos da população. Temos que respeitar sempre os nossos semelhantes, sempre. Não tenho nenhum problema com essa questão de homofobia. Nenhuma. Mas o importante é sabermos que os pais, que os seus familiares têm o direito de escolher e de tratar os seus filhos da forma como queiram.

O projeto tem um problema que pode se transformar em um problema sério. Às vezes, se estiver numa mesa, sendo atendido num restaurante, e uma criança, às vezes, olhar de uma forma errada para um atendente, que tem um comportamento normal hoje, pode ser acusado e multado pelo dono do estabelecimento. Olhe, precisamos tomar certo cuidado quando falamos de criança, que é o futuro deste país. Porque cada criança que a gente souber orientar, nos dias de hoje, vai dirigir o futuro. Então sempre tive uma preocupação. Graças a Deus – viu, Duarte? – não estava na Casa, naquele dia, porque estava promovendo uma reunião da Frente Parlamentar do Leite, em Ituiutaba, e não participei da votação, porque eu poderia ter incorrido no mesmo erro que incorreu Cleitinho Azevedo e Duarte Bechir.

O governador deu oportunidade a todos nós, inclusive a mim, de vir aqui. Questionaram-me por que não votei, e, hoje, tenho oportunidade de trabalhar, de conversar e de apoiar o veto do governador, porque entendo que as questões precisam ser amplamente discutidas. Naqueles dias, as coisas ainda caminhavam de forma muito difícil para todos nós.

Então gostaria de dizer que acato a decisão do governador, apoio a sua posição e apoio todos aqueles que foram atrás do governo pedir encarecidamente que vetasse esse projeto. E o governo assim o fez e deu uma chance para muitos daqui se redimirem de um erro, que tenho certeza não gostariam de ter cometido.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O presidente – Muito obrigado, deputado Heli Grilo. Com a palavra, para encaminhar a votação, a deputada Leninha.

A deputada Leninha – Bom dia, nobres colegas, os que nos acompanham pela TV Assembleia. Eu gostaria de destacar algumas questões. Desde quando esse projeto começou a tramitar nesta Casa, eu fui relatora na Comissão de Direitos Humanos. Estou falando de um relatório de um projeto de lei em que, em nenhum momento, eu vi muito dos argumentos que aqui foram tratados. Em nenhum momento deste projeto falou-se em construção de banheiro extra. Em nenhum momento deste projeto falou-se sobre doutrinação, sobre crianças. Em nenhum momento.

Quando eu vi alguns posicionamentos daqui da Casa, eu estranhei, eu falei: será que é esse o projeto de que eu fui relatora? Porque os argumentos aqui trazidos nada tinham a ver com aqueles que discutimos na Comissão de Direitos Humanos. Caros colegas, infelizmente, infelizmente, há algumas pessoas que teimam em falar sobre opção sexual, sobre escolha das pessoas, como se essas pessoas escolhessem e optassem vir a este mundo para sofrer discriminação, para sofrer violência, para ser maltratados por uma sociedade medíocre, que não reconhece que há outras vidas além do gênero masculino e feminino, que não reconhece que essas outras vidas, aos olhos de Deus, são vidas, são seres humanos e merecem, de fato, ter projeto de lei para os proteger. Nós temos lei para proteger animais. Excelente, ótimo. Nenhum ser vivo merece ser maltratado. Por que discutir um projeto para proteger uso de orientação sexual? Nós estamos violando o direito do outro. Por que discutir um projeto dessa natureza? A gente quer trazer elementos que não estão contidos. Nós estamos falando inclusive do que o Supremo já definiu como crime: as práticas de violências homofóbicas, assim como o racismo. Por isso, é fundamental que a gente possa explicar para a sociedade o que esse projeto vem trazer.

Aqui, com certeza, cada um tem amigo, tem parente, tem filhos e filhas que têm orientação sexual diferente. Cada um que está aqui acompanha casos de relatos deprimentes de pessoas que não têm oportunidade na sociedade nem para o trabalho nem para ser aceitas em grandes repartições. Se entrarmos no universo das pessoas de orientação sexual diferente da nossa para ouvi-los, para ouvir o relato dramático que trazem desde criança, a violência não só física e moral das instituições... Inclusive circularam nas redes sociais histórias de banheiros de outros países, que já avançaram na sua legislação, falando que aqui ia ter um banheiro que ia ser usado por homem e por mulher. Não podemos faltar com a verdade. Não podemos espalhar mentiras e, acima de tudo, temos compromisso com as vidas, e todas as vidas são importantes, inclusive daqueles que possuem orientação sexual diferente da nossa. É em nome dessas vidas que a gente tem a ousadia, tem a coragem de fazer o debate franco, mas um debate de formação. Entrar nesse universo e entender como essas pessoas vivem, como elas são tolhidas, como elas são violentadas é papel nosso do Parlamento, para construir política pública, para banir de vez qualquer tipo de violência contra bicho, contra planta, contra as águas, mas principalmente banir a violência contra seres que têm outra orientação sexual diferente da nossa. Eu não consigo entender, nas redes sociais, a quantidade de elementos que não estavam na proposta. Não consigo entender. Falaram de doutrinação, de casamentos de crianças, de banheiros extras. Impressionante é que eu acho que foi isso que fez o governador inclusive vetar o projeto. Mas é preciso entender que nós devemos encarar esse debate, não jogar debaixo do tapete e invisibilizar milhões de vidas que têm orientação sexual diferente da nossa. Mesmo que nesta Casa, neste Parlamento ainda não haja assento para nenhuma pessoa assumidamente com orientação sexual diferente, cabe a nós, cabe a nós fazer a defesa dessas vidas que também são muito importantes para todos nós.

Então, eu creio que a gente não deve se silenciar, que a gente não deve se calar, por isso eu estou assumindo esta tribuna hoje para dizer aquilo que a gente relatou e aquilo que a gente discutiu na Comissão de Direitos Humanos. Estou assumindo esta tribuna hoje para dizer para a sociedade, inclusive da minha igreja, para alguns conservadores que me acusaram de ideologia de gênero, que me acusaram de fazer projeto para proteger gente de orientação sexual diferente da nossa... Mas eu quero esclarecer. O papa Francisco, na sua encíclica Fratelli Tutti, escreve uma seção sobre a melhor política, e a melhor política ele define, segundo Paulo VI, segundo o próprio papa Francisco, o papa Pio XI, que a prática da caridade é a melhor expressão da política, a política é a melhor expressão da prática da caridade. E diz o seguinte: a melhor política é aquela do bem comum para todos e todas sem discriminação, sem discriminação. Eu acredito que a melhor política que se necessita neste país e neste estado, para abandonar as velhas práticas e a velhas políticas, é fazer o debate sério, responsável e verdadeiro. É trazer para cá as vozes silenciadas dos guetos, das favelas, que não têm voz, nem na sua cidade nem na sua comunidade nem no seu país.

Por isso, a Assembleia tem que ecoar essas diversas vozes. Por isso que nós, que estamos aqui, devemos comprar todos os riscos que nós temos neste debate em que teimam em falar de ideologia de gênero. Mas a gente traduz este debate nas vidas que nós defendemos. Por isso, eu gostaria de dizer que nós vamos votar pela derrubada do veto, entendendo que vamos avançar na política, reumanizando a política, quando a gente consegue colocar todas essas vidas no grau de importância que elas merecem e que eles

merecem. Quicá quem não tem aqui nenhum parente e nenhum amigo que tem uma orientação sexual diferente um dia terá, quicá um dia, no futuro, entenderá o que nós estamos falando aqui, neste Plenário, nesta manhã.

Presidente, é isso que eu gostaria de dizer. Muito obrigada. Eu peço novamente aos colegas para refletirem sobre esse veto que o governador enviou a esta Casa. Bom dia. Muito obrigada.

O presidente – Muito obrigado, deputada Leninha. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Bartô.

O deputado Bartô – Bom dia a todos. Estou novamente aqui nesta tribuna agora para falar sobre o veto de um projeto muito importante para Minas Gerais. Aqui, nós não estamos discutindo respeito à orientação sexual, porque respeito todos nós defendemos. Eu não vi nenhum deputado aqui dizer, nem agora nem durante a votação do projeto em si, que seria contra o respeito à orientação sexual de quem quer que seja. A Assembleia claramente se posiciona sempre à favor disso, bem como foi o próprio posicionamento do governador ao vetar esse projeto. O que a gente vê aqui é, mais uma vez, mais um projeto e mais uma esfera tentando trazer a ideologia de gênero para o nosso quadro de leis; e isso é o que nos preocupa, porque há um subjetivismo muito forte. Não se fala de respeito, fala-se de entender uma situação que não é tão clara, respeitar uma situação que não está tão clara.

Vejo o deputado que implementou essa lei falando: “Foi fake news, mentiram pesado sobre a questão do banheiro. Não há nada na lei falando que em banheiro feminino vai poder entrar homem”. E também li o texto da lei; e o texto da lei deixa aberto este parâmetro, porque, quando se fala em respeitar ideologia de gênero, sentimento de gênero – há outra expressão que até esqueci: expressão de gênero... Como não respeitar a expressão de gênero de um homem que se vê como mulher e que não precisa estar vestido de mulher? E se esse homem que se vê como mulher quiser frequentar um banheiro voltado para as mulheres? Como respeitá-lo? Seria falta de respeito falar que ele não poderia entrar no banheiro? O projeto de lei deixa essa dúvida. O projeto de lei fala: “Vamos respeitar a expressão de gênero da pessoa, mesmo que ela não esteja caracterizada de acordo com aquele gênero. Não pode sofrer nenhuma retaliação devido à sua expressão de gênero”. Então, um homem que se sente mulher e que quer frequentar um espaço voltado para as mulheres é ou não é desrespeitado caso ele seja proibido de ir àquele local que é apenas para as mulheres?

Essa é a lei que foi votada e aprovada aqui nesta Assembleia, quando eu e mais cinco votamos “não” justamente porque entendemos e compreendemos o risco que essa lei traz. Muitos deputados falaram aqui: “Isso não vai mudar nada. Isso aqui amanhã vai dar na mesma coisa”. E eu concordo, não vai mudar nada, mas não em tudo. Não vai mudar nada no nosso dia a dia, mas quando acontecer de ter algum problema voltado para aquele público ativista que quer a supremacia das suas orientações sexuais e não o respeito a elas – ou seja, eles querem impor a questão que eles entendem que deve ser feita –, aí a pessoa vai estar sujeita à perseguição, a pessoa vai estar sujeita a diversas interpretações que essa lei dá. E isso a gente conhece na prática. A gente vê isso todo dia? Não. Eu sou ativista, eu vejo isso porque tenho contato com pessoas que sofrem isso e buscam a nós, ativistas, como uma forma de se manifestarem contra aquela perseguição que elas estão sofrendo. Mas no dia a dia, na minha família, na minha casa, no meu trabalho, eu não vejo isso.

É pensando justamente nessas exceções que a gente tem que ter a responsabilidade e o cuidado com o tipo de lei que a gente deixa passar aqui e com o tipo de interpretação que essa lei pode sofrer, porque a intenção é uma; a prática, a realidade é outra. E é nisso que devemos nos ater: é buscar todos juntos o grito de respeito, para o qual todos nós estamos de mãos dadas... Então, quando a gente fala que há que se respeitar o indivíduo, a gente não precisa falar que tem que ser por orientação sexual, que tem que ser por cor, que tem que ser por sexo, que tem que ser por credo; é o indivíduo e a liberdade que esse indivíduo tem para escolher ser o que ele quiser ser.

Então, por isso eu clamo a este Parlamento para que a gente caminhe neste sentido: cada vez mais buscar respeito para o indivíduo e não selecionar, segmentar a sociedade e criar coletivismos e tentar buscar direitos apenas para aquela parcela. A gente não precisa falar de violência contra a mulher; na violência contra o indivíduo a mulher vai estar contemplada, assim como o homem. Canso de ver aqui nas redes: “É um absurdo ter batido em mulher, é um absurdo ter violência contra a mulher”. É um absurdo

violência de todos os tipos. É um absurdo violência contra homens também. É um absurdo violência contra crianças, contra a juventude e contra idosos também. Então, nós temos que lutar contra a violência contra o indivíduo. É nesse sentido que eu sempre estarei lutando aqui, é nesse sentido que eu sempre defenderei aqui.

A gente vê esse projeto que, além de segregar, além de denotar uma questão especial, um grupo especial – a gente perde o foco, porque o foco deveria ser o indivíduo –, também cria essa margem por estar muito aberto. Por isso fui tão contra esse projeto quando passou nesta Casa. E reafirmo aqui, mais uma vez, encaminhando para se manter o veto do governador, que acertadamente o fez. Muito obrigado aos colegas.

O presidente – Muito obrigado, deputado Bartô. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado João Vítor Xavier.

O deputado João Vítor Xavier – Presidente, eu vou ser muito rápido na minha fala, que é apenas para explicitar o seguinte: eu votarei pela manutenção do veto do governador. Mas eu quero deixar uma coisa bem clara, quero fazer aqui um gesto inclusive de desagravo ao deputado André Quintão, que foi injustamente atacado, agredido, mal compreendido. Eu tenho absoluta certeza de que a intenção do deputado André Quintão é a melhor possível. Eu tenho absoluta certeza de que o deputado André Quintão preza pelos melhores valores, princípios pessoais, éticos, morais. Eu e o deputado André somos de correntes políticas e ideológicas distintas, mas eu tenho pelo deputado André o maior respeito pessoal, moral e intelectual; é dos melhores e maiores quadros que nós temos nesta Casa e nesta Assembleia Legislativa.

Infelizmente, na política, nem sempre vence o fato; muitas vezes vence a versão. Eu acredito na melhor intenção do deputado André Quintão, mas entendo que, numa sociedade democrática, é preciso que haja a compreensão exata da sociedade daquilo que está também num texto legal. Entendo, presidente, que não houve a compreensão do que o deputado André Quintão queria; e não havendo a compreensão do que queria, é um assunto que tem que ser mais debatido, mais aprofundado na Casa para que haja o florescer dessa compreensão social do que está sendo discutido.

Tenho certeza de que o que o deputado André quer é o que todos nós queremos, buscamos e entendemos: o respeito à sociedade e que todos sejam tratados como iguais, independentemente da raça, do credo, da educação sexual. Mas isso precisa vir num conjunto de uma medida legislativa adequada com o termo da lei exato e também com um debate que a sociedade compreenda isso de maneira ampla, e que nós tenhamos essa questão compreendida por todos e pacificada na sociedade.

Mas quero aqui, acima de tudo, fazer um ato de desagravo ao deputado André Quintão. Não votarei em conjunto por entender que a sociedade não compreendeu da maneira adequada o que foi o interesse, o desejo do deputado André, que tenho certeza, por conhecê-lo, que é o melhor, pela sua capacidade, pela sua hombridade, pelo seu caráter. Mas eu quero aqui deixar esse ato de desagravo. O que nós vimos foi uma covardia, um massacre contra o homem de bem, contra o homem decente, contra o homem correto, que é o deputado André Quintão, que eu tenho certeza de que goza do respeito dos seus pares e da sociedade por ser um homem decente. E eu tenho certeza de que onde o André Quintão está na sua vida pública ali estão as melhores intenções porque ele é um homem de bem e que não faz política com demagogia rasteira ou no submundo do *fake news*.

Eu votarei pela manutenção do veto. Espero que nós possamos sempre construir uma sociedade mais fraterna, mais justa, mais equilibrada; que todos os assuntos que permeiam todas as questões sociais sejam construídos na nossa Assembleia de maneira fraterna, sincera, respeitosa; que nós possamos discutir essas questões de maneira aprofundada; e que, quando for votada, haja também a compreensão da sociedade, o que não houve nesse caso – e, não havendo a compreensão da sociedade, é preciso que o assunto seja mais aprofundado para que se atinja o objetivo e que não haja nenhum desvirtuamento. Votarei pela manutenção do veto e expresso aqui o meu respeito e a minha solidariedade ao deputado André Quintão.

O presidente – Muito obrigado, deputado João Vítor Xavier. Com a palavra, para encaminhar a votação, a deputada Beatriz Cerqueira.

A deputada Beatriz Cerqueira – Presidente, mais uma vez – agora acho que é boa tarde aos colegas parlamentares, não é? –, quero fazer duas ou três considerações em relação a esse veto do governador, ao qual votarei contrariamente; acho que o governador presta um desserviço ao propor esse veto. Para isso, eu queria trazer algumas contribuições.

Há sete notícias para a gente conversar aqui: “Brasil registra uma morte por homofobia a cada 23 horas”, “Brasil é o País que mais mata transexuais”, “Assassinatos LGBT crescem 30%”, “Cento e setenta e cinco assassinatos de transexuais em 2020”, “O Brasil é o País onde mais se assassina homossexuais no mundo”, “LGBTfobia. Mortes foram subnotificadas no último ano”, “Duzentos e trinta e sete LGBTs morreram vítimas de homotransfobia no Brasil em 2020”. A gente não muda esse quadro dizendo que a violência igualmente deve ser combatida contra homens e mulheres. Nós morremos por sermos mulheres. Homens nos matam, nos espancam por sermos mulheres. E, da mesma forma, lésbicas, gays, transexuais, bissexuais morrem por serem o que são. Então querer manter aí o veto do governador é o debate do voto soberano de cada um de nós, mas nós precisamos de uma legislação que diga à sociedade que as pessoas precisam ser respeitadas, isso é essencial. A única supremacia que existe no Brasil é a supremacia de homens brancos, héteros. Toda a nossa normativa é pensada exatamente dessa forma. Por isso, nós mulheres enfrentamos violência política de gênero; por isso nós mulheres morremos por sermos mulheres, por isso nós mulheres somos estupradas por homens brancos héteros, não é por gays, não é por trans. Discutir estupro nesse projeto de leitura foi uma forçação de barra de não saber quem nos estupra. Quem nos estupra é o pai, é o padrasto. Um jogador da equipe sub-20 do Sport Club Internacional foi flagrado, em vídeo publicado nas redes sociais, contando que dopou uma mulher em festa. São esses aqui bacanas que nos estupram. Não é nenhuma legislação para atualizar o enfrentamento a LGBTfobia que aumenta estupro, não, pessoal. Quem estupra crianças e vulneráveis é o pai, é o tio, é o vizinho, são aqueles, inclusive, que gozam da confiança da família. Então vamos tirar o estupro desse debate porque senão a gente não está entendendo quem estupra a mulher. Os nossos estupradores são homens héteros que, na sua maioria, violam crianças e adolescentes gozando da empatia e da confiança que eles têm com a família. É só a gente perguntar aos dados, aos números que eles vão nos dizer isso.

Eu também queria contar uma grande novidade: lésbicas, gays, bissexuais, trans também têm famílias, viu? Eles pertencem a uma família. Então dizer que precisa manter o veto em defesa da família... Nós estamos falando de qual família? De qual família? Nós respeitamos todos, mas não queremos que o Estado seja rigoroso com aqueles que cometem crimes contra um determinado grupo que não é majoritário. Por isso nós precisamos de políticas de reparação, de políticas que protejam quem está sendo assassinado. Nenhum colega aqui é assassinado por ser hétero, ou nós estamos identificando essa modalidade de crime no Brasil? Mas morrem trans por serem trans, morrem gays por serem gays. E cabe ao Parlamento legislar para que os números que eu li sejam corretamente enfrentados.

Eu só queria contar que gays, lésbicas, trans possuem família, fazem parte de família. Então não se trata de escolher qual família o Parlamento mineiro vai defender, porque existem mães de gays, de lésbicas, de trans, pais, famílias, não é? Eles vão para a escola, e lá nenhum professor interfere porque a tarefa do professor é respeitar.

Li o projeto de lei antes de votar. Ele está alterando uma lei que já existe, que é a Lei nº 14.170, que determina imposição de sanção à pessoa jurídica por ato discriminatório contra pessoas por orientação sexual. O projeto de lei de autoria do deputado André Quintão, a quem parabeno pelo trabalho, pelo projeto, pela luta, pela liderança, atualiza para que esses dados, que rapidamente consegui trazer, diminuam, porque queremos que todos vivam, não é? Ou uns podem ser assassinados, podem sofrer violência pelo que são e tudo bem?

Art. 1º do projeto de lei que aprovamos e cujo veto agora estamos discutindo: acrescenta à identidade de gênero a sua expressão de gênero. É uma atualização. Não abre brecha para ninguém invadir banheiro de ninguém e não abre brecha para nenhuma família ser desrespeitada.

O parágrafo único traz conceito, porque, se estou falando de orientação sexual, de identidade de gênero, de expressão de gênero, o corpo da lei precisa trazer o conceito, porque, sem ele, você não tem normativa que oriente a aplicação da lei.

Lá no art. 3º atualiza-se multa. As multas precisam ser altas, porque, muitas vezes, é a única linguagem que aqueles que matam, que fazem política de vida pelo ódio entendem. Olhe aí a Vale. Ela está aí livre, leve e solta. Matou 272 pessoas, pagou um preço bacana. Foi o quê? Foram R\$36.000.000.000,00? Está firme. Está aí agora. Vai ficar a briga na justiça federal, estadual, quem processa quem. Aí fica fácil! Vamos romper(?) outra barragem. Não há nada que pedagogicamente implique a quem comete o crime o incentivo para não cometer um novo crime. Qual o nosso problema com as multas? Não compreendi também. Quem comete um crime tem de ser pedagogicamente multado.

Ao final, no art. 5º, assegura-se, na composição de um conselho, que já existe, Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos, a participação de um representante das entidades civis, legalmente reconhecidas, voltadas para a defesa do direito à liberdade de orientação sexual e identidade de gênero e expressão de gênero. Estamos atualizando.

A orientação sexual das pessoas não vai mudar porque não as reconhecemos. A identidade de gênero não vai mudar porque as pessoas são atacadas. A expressão de gênero das pessoas não se altera por essa votação aqui. Ela não altera nem a orientação, nem a identidade nem a expressão. O que vai alterar é tornar Minas Gerais um estado mais tolerante para discriminar LGBTQIA+, porque, no momento em que o Parlamento tornou isso, mais severo o governador vetou. Ele disse: “Já há lei demais, não precisa de mais leis”. Um argumento fantástico. Volta para o Parlamento, que mantém o veto do governador. Esse procedimento é pedagógico, porque está dizendo que reconhecemos umas famílias em detrimento das outras; está dizendo que a discussão de estupro e banheiro entrou aqui... E não tem nada a ver com o projeto, porque quem nos estupra não é objeto aqui de proteção nessa lei, nem quem estupra crianças, nem quem viola adolescentes. Não está sendo tratado isso aqui.

Então, encaminhei a votação favorável ao projeto à época dizendo que eu, como mulher, não estou atacada por esse projeto de forma alguma. A ausência de normativa é que possibilita que essa política de ódio, de assassinato daqueles que têm orientação, visão, raça diferente da normativa continue acontecendo.

Então, deputado, parabéns pelo trabalho. Votei sabendo o que era. Continuo com o mesmo posicionamento e acho que o projeto de V. Exa. foi importantíssimo para a discussão e a proteção de todas as pessoas. Todos não são iguais. Há gente que está pegando osso para comer. Se há gente que está comendo osso e há gente que está comendo picanha, não são iguais. Não é o mercado que cuida das pessoas, porque ele não dá igualdade de oportunidades. Para isso, precisa-se do Estado, precisa-se do Parlamento, precisa-se da gente, para trazer equidade, para trazer proteção até que ninguém seja assassinado por ser mulher, até que ninguém seja assassinado por ser trans, até que ninguém seja assassinado por ser gay. O banheiro foi um detalhe colocado aqui, que não está no projeto de lei. É preciso esclarecer às pessoas que não há banheiro no projeto de lei. Como os empreendedores vão cumprir a legislação era o processo seguinte, mas a discussão não é de banheiro, mas de respeito e de proteção a quem hoje está sendo assassinado por ser quem é. Obrigado, presidente.

O presidente – Muito obrigado, deputada Beatriz Cerqueira. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Cristiano Silveira.

O deputado Cristiano Silveira – Presidente, só gostaria aqui de dizer aos colegas, às colegas que, na minha opinião, no meu entendimento, deputados Duarte, Cleitinho, não há necessidade do pedido de desculpas de V. Exas. por terem votado a favor do projeto do deputado André Quintão. No meu entendimento, como a grande maioria dos colegas aqui neste Parlamento, ninguém cometeu erro ou equívoco. Talvez o equívoco poderá ser cometido caso votemos pela manutenção do veto, porque o que está estabelecido, deputado amigo Cleitinho, talvez seja uma confusão do entendimento do que estamos votando, inclusive o debate aqui sobre esse veto é um debate que está sendo importante porque começa a clarear algumas questões que a gente talvez não tenha tido a oportunidade de tratar.

Então, queria falar para os nobres colegas que não houve por parte dos parlamentares que votaram a favor da matéria, como eu votei, nenhum movimento a favor da implementação da ideologia de gênero, a favor de colocar crianças em risco por essa situação. De forma alguma! Sabe o que V. Exas. compreenderam? Quero aqui trazer alguns dados. Em 2020, de acordo com o Trans Murder de monitoração, 124 pessoas transexuais foram mortas no Brasil, garantindo ao País o triste título de país que mais mata LGBTQI+ no mundo pelo 12º ano consecutivo.

Quando V. Exas. votaram a favor do projeto do deputado André Quintão, tiveram a consciência de que irmãos estão sendo mortos em nosso país e de que é importante que tenhamos políticas para fazer o enfrentamento dessa violência, especialmente nós, que somos cristãos e somos movidos pelo imperativo do amor ao próximo. A grande expressão do amor ao próximo é manifestada quando estamos investidos em funções que nos dão poder, prerrogativas, inclusive de legislar, e não nos omitimos diante dessa violência; tentamos buscar respostas concretas na força, na obrigação, no exercício do ofício que desempenhamos onde estamos.

Vejam vocês que, em 17/5/2018, Dia Nacional contra a LGBTfobia, o site do Senado chamou a atenção para o fato de o Brasil ser o País onde mais se matam homossexuais no mundo. O País registrou 445 casos de mortes violentas, entre homicídios e suicídios de pessoas LGBTQI. Esse levantamento foi realizado por um grupo de estudo e análise da Bahia. Olha, gente, para vocês terem uma ideia, entre 2008 e 2016, 868 travestis e transexuais foram assassinados no Brasil. O Brasil ficou à frente apenas de países onde a homossexualidade ainda é crime, a exemplo do Paquistão. Isso é muito grave, pessoal. O fato de, às vezes, subirmos aqui a tribuna e dizer que não temos preconceitos, que respeitamos, que toleramos, não muda a realidade das pessoas trans, das pessoas homossexuais que estão morrendo neste país. Somente dizer que somos simpáticos: “Olha, inclusive, eu tenho amigos”, só isso, a nossa simpatia às questões não resolve o problema enfrentado de violência contra esse público. De nós é exigido um pouco mais: a nossa postura proativa e de, realmente, compromisso com a legislação no Estado que ajude a enfrentar essa realidade.

Eu queria dizer para os colegas que a expectativa de vida das pessoas trans no Brasil é de apenas 35 anos de idade; 35 anos. A Associação Nacional de Travestis e Transexuais, em pesquisa, em 2017, indicou que 90% das pessoas trans se dirigem à prostituição. Sabem por quê? Porque existe muita discriminação no ambiente de trabalho, muita discriminação. Então, essa medida proposta visa proteger as pessoas também no ambiente de trabalho e garantir a permanência delas, diminuindo a exclusão social.

O termo que talvez tenha incomodado alguns colegas... E eu quero aqui abrir um parêntese. A proposta do deputado André Quintão é uma proposta que atualiza alguns aspectos – não muitos – da lei de 2002, em vigor no Estado de Minas Gerais. Desde 2002. Vejam vocês que essa lei já traz, no art. 1º, o seguinte.... Lei em vigor, de 2002.

Peço a compreensão dos nossos colegas para que possam acompanhar a nossa intervenção. Presidente, gostaria de contar com a concentração dos colegas para que eu possa concluir.

O presidente – Por favor, com a palavra, o deputado Cristiano Silveira.

O deputado Cristiano Silveira – Então, pessoal, continuando aqui com o nosso raciocínio, o art. 1º da lei atualmente em vigor no Estado de Minas Gerais traz o seguinte: “O Poder Executivo imporá, no limite da sua competência, sanção à pessoa jurídica que, por ato de seu proprietário, dirigente, preposto ou empregado, no efetivo exercício da atividade profissional, discrimine ou coaja pessoa, ou atente contra os seus direitos, em razão de sua orientação sexual”. Já está na lei. Quando falamos de aplicação de multas, nós estamos em consonância com o que já prevê o art. 1º. Se a sanção não é estabelecida, não é clara, você não cria o mecanismo para coibir o ato discriminatório. É importante o aprimoramento.

E, quando o deputado atualiza... Vou pedir ao amigo deputado Sargento Rodrigues que possa nos acompanhar, porque eu preciso do voto de V. Exa. nessa matéria, se possível. Gostaria de pedir aqui a concentração dos colegas. As expressões que aparecem, como “identidade de gênero” ou “expressão de gênero”, são expressões que já estão consolidadas, pacificadas na normativa legal brasileira. Para efeito de compreensão, o projeto não está impondo ideologia de gênero a ninguém, não está ensinando criança a ter ideologia de gênero, não se trata disso. O termo se faz presente porque é um termo que já está na normativa jurídica do nosso país; já

está. Vejam vocês que o próprio Supremo Tribunal Federal decide que transexuais e transgêneros poderão mudar registro civil sem necessidade de cirurgia. Compreendem? Então, não é dizer que eu sou a favor da ideologia de gênero; é a gente dizer que um termo, que aí já está e classifica um contingente importante da sociedade brasileira que sofre violência, que não está previsto no texto, seja incorporado ao texto da lei. É isso que está sendo dito.

Então, colegas, a proteção... Eu sou pai de uma menina de 15 anos e de um menino que vai completar 4 anos, tenho a minha esposa e a minha família. Não vejo, de forma alguma, nenhuma violência, atentado, corrupção, qualquer coisa nesse sentido contra os meus filhos, de forma alguma; pelo contrário, espero que eles cresçam compreendendo o que nós estamos fazendo e possam formar uma sociedade melhor do que a nossa, mais tolerante, mais respeitosa, em defesa da vida. Quando a gente fala da preocupação com a família, com as crianças, com o que temos de nos preocupar de fato? Vocês sabem? Oitenta e quatro por cento dos estupros são cometidos por conhecidos das vítimas. Não é um pessoa que anda... Porque, às vezes, está vestindo uma roupa de mulher, se identifica como mulher; um homem que se identifica como mulher. Oitenta e um por cento dos casos de violência contra crianças e adolescentes ocorrem sabem onde? Dentro de casa. Esses são dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos.

Então, eu queria falar para os nobres colegas que precisamos também ter uma postura de sermos pedagogos, didáticos, diante de uma parcela da sociedade que talvez não tenha compreendido o que aqui estamos fazendo. Mas é necessário que haja de nossa parte um pouco de coragem. Eu sei que não é fácil. Alguns parlamentares são mais pressionados do que outros a partir do segmento em que se encontram. Mas esta é uma missão importante do Parlamento, esta é uma missão importante de nós, deputados, mineiros e mineiras: que sejamos, além de tudo, agentes de um processo educativo, agentes da transformação social e que possamos ser o agente de esclarecimento do que, de fato, estamos fazendo aqui. Às vezes, o que a vida exige da gente é coragem; e o chamado que nós fazemos aos colegas do Parlamento é que tenhamos coragem de fazer esse debate, de dar continuidade, mas aqui garantindo a manutenção do projeto do deputado André Quintão, que aprimora uma lei já em vigor no Estado de Minas Gerais desde 2002. Obrigado, colegas. Que a gente possa contar com o apoio dos parlamentares nessa matéria.

O deputado – Muito obrigado, deputado Cristiano Silveira. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Doutor Jean Freire.

O deputado Doutor Jean Freire – Bom dia, Sr. Presidente; bom dia, caros colegas deputados e deputadas.

Pegando um gancho aqui na fala do deputado Cristiano, a gente fica aí pensando, Cristiano, se vale a pena ou não a gente subir e fazer o debate, mas, como você colocou muito bem, a vida nos pede coragem, e nós não podemos nos omitir. Eu ouvi companheiros deputados e deputadas falarem de respeito e pedirem desculpas à sociedade. Realmente, como V. Exa. coloca, não precisa disso, companheiros, não precisa. Na minha convicção, vocês fizeram o correto, tanto que me parece aqui, pelos números aqui... Acho que foram seis deputados, pelo que eu ouvi o colega falando, que votaram contra o projeto. Fizeram o correto, mas aí a opinião pública atacou. A opinião pública, diga-se de passagem, André... Eu acho que se se for fazer uma pesquisa, não se achará essa situação assim. Determinados setores atacaram, como ocorre com alguns projetos aqui.

Vejo muitos falarem de serem cristãos, de serem cristãos. Eu quero fazer o debate. Ser cristão é seguir a Cristo. Eu quero fazer o debate nessa linha. Se fosse Ele aqui a apertar o dedo, se fosse Jesus Cristo a apertar o dedo, de que lado ele estaria? Onde ele votaria? Porque a mesma preocupação que a gente tem em pedir desculpas à sociedade, talvez muitos aqui depois, ao apertarem o dedo, vão pedir perdão a Cristo, pela falta de coragem.

Eu vejo colegas deputados falarem e dialogarem, com razão, fora deste ambiente, que a fake news está parecendo que vai vencer o fato, a verdade. E é triste isso, deputada Leninha. É triste, porque, como foi colocado aqui, cabe a nós também fazer esse papel do pedagogo. Cabe a nós também não nos acovardamos e termos coragem sobre o que falamos ali fora, fora do microfone; falar aqui, levar esse projeto, discutir, falar para quem está fazendo as críticas a esse projeto. Mas não é isso que diz nesse projeto, não é isso que fala nesse projeto.

Eu fui atacado. Eu e o Professor Cleiton, me permita, Professor Cleiton... Eu e V. Exa. fomos atacados. Os membros que se dizem da nossa fê cristã, que se dizem cristãos, diziam, dizem – foi de um que eu ouvi isso – que nós deveríamos arder no fogo do inferno. E acho que, seguindo ele, o governador nos deu a oportunidade de nós salvarmos nossas almas. Seguindo o que pensa esse, o governador nos deu a oportunidade de salvar nossas almas. Não, não é nisso que eu acredito. Não é nisso que eu acredito, não é nessa igreja que eu acredito. Meu Cristo não é esse aí. Meu Cristo não é esse.

Foi na igreja que eu aprendi a fazer política. Foi na igreja, sim, e eu me orgulho disso. Foi na igreja que eu aprendi a fazer política, e lá, deputado André, eu aprendi a não discriminar. E o que a sua lei traz, baseado em outra que já existe, é isso. Não adianta nós aqui falarmos de respeito, como foi colocado aqui. Não adianta falarmos de respeito. A gente quer muito mais que isso. Quem vai continuar morrendo são as mulheres. Se for pobre e negra, mais ainda. Vai continuar existindo homofobia. Se for pobre e negro, mais ainda. Essa é a verdade. Não vamos fugir disso. Por isso, como diz o poeta, a vida nos pede isso aí, Cristiano. A vida nos pede coragem. A vida nos pede coragem. E é isto que eu quero: olhar nos olhos de cada um, de cada um que eu sei que, porque ele acha que é a opinião pública, vai voltar atrás aqui, agora.

Eu poderia, eu poderia não me expor aqui, André. A gente sabe o que está caminhando para acontecer, mas a vida me pede mais que isso. A vida me pede mais que isso. Eu quero ler aqui uma poesia escrita por minha filha, quando tinha 14 anos de idade: “Eu quero ser como Marielle, mas não quero ter o mesmo fim que ela. Eu quero ser como Marielle, mas não quero sofrer preconceito por minha cor. Eu quero ser como Marielle, mas não quero sair de casa com medo de não voltar. Eu quero ser como Marielle, mas não quero ser parada no meio da rua por suspeita de um crime por minha cor ou extrato social. Eu quero enxergar o mundo como ela enxergou. Eu quero lutar por todas as causas que ela lutou. Eu quero lutar pelo povo da favela, mesmo não sendo da favela. Eu quero lutar pelos negros, mesmo não sendo negro. Eu quero lutar pelos gays, mesmo não sendo gay. Eu quero lutar por eles, pois lutar por mim, branca, hétero e participante da classe média brasileira, não faz sentido”.

E é isso que eles esperam de nós, porque vão continuar sendo discriminados. Vão continuar morrendo mais, como os dados que foram colocados aqui pela companheira Leninha, pelo Cristiano, pela companheira Beatriz. A vida nos pede coragem para que nós possamos ter uma sociedade mais fraterna, mais justa e quem sabe um dia não precisemos realmente, deputado Cleitinho, estar discutindo isso aqui, porque, no fundo, seria belo se não precisássemos. Mas nós precisamos. Nós precisamos.

Tenho falado, deputado, o quanto o admiro e admiro tantos outros colegas aqui quanto às posturas que vejo e quero solicitar a cada companheiro e a cada companheira que naquele momento teve o entendimento correto e que sabe que teve o entendimento correto para não falarmos aqui que é porque estávamos votando de maneira remota, porque não adianta. Vocês sabem que vocês tiveram o entendimento correto; vocês sabem que o projeto não diz isso. Cheguem pelo menos aqui, mesmo votando ou mudando o voto, e digam, e falem: “O projeto não fala isso, o projeto vai em outra linha, não estamos dizendo isso”. Por isso, quero parabenizá-lo, André. Parabéns por toda a sua caminhada de parlamentar, parabéns por sempre lutar pelos mais pobres, pelos que mais precisam. E, como você falou aqui, vou repetir a sua fala, já que você falou sobre isso no último trecho em que o ouvi falar sobre o projeto: “Mesmo sendo homem branco e hétero, esse é o nosso papel. Há muitos irmãos e irmãs que precisam de nós. Bom seria que não precisassem, bom seria que não precisassem, mas ainda precisam da nossa coragem”. Por isso quero pedir essa reflexão a cada deputado e a cada deputada. Muito obrigado, presidente, obrigado, colegas deputados.

O presidente – Muito obrigado, deputado Doutor Jean Freire. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Bruno Engler.

O deputado Bruno Engler – Boa tarde, presidente; boa tarde, colegas aqui presentes; e boa tarde a todos os que estão acompanhando essa sessão da TV Assembleia. Bom, muita gente trouxe aqui notícias para tentar sensibilizar os deputados, e quero trazer também uma notícia: “Adolescente é estuprada por aluno de saia em banheiro de escola nos Estados Unidos”. No início do ano passado, o estado norte-americano da Virgínia aprovou uma legislação muito semelhante à que está em pauta hoje e que também dizia

que vinha para combater a discriminação contra as pessoas trans, e aí estabelecia que os trans poderiam frequentar o banheiro de acordo com a sua identificação, sem nenhum critério. Valendo-se dessa lei que foi implementada no estado da Virgínia, um marginal de 14 anos, trajando uma saia, adentrou o banheiro feminino e cometeu um ato de violência sexual contra uma aluna, e esse caso só ganhou repercussão nacional nos Estados Unidos e repercussão internacional porque o pai da aluna violentada foi até a escola reclamar e foi tachado de mentiroso pelos burocratas da escola e pelos membros do conselho que disseram que nada de grave havia acontecido. E o pai da menina, pela reclamação, ainda foi preso, levado para a delegacia. Isso foi aprovado no estado norte-americano da Virgínia, e, se nós não mantivermos o veto, isso vai ser aprovado também no estado brasileiro das Minas Gerais.

Muito se falou aqui das *fake news*, que estamos contra esse projeto por causa de *fake news*, que o projeto nada fala de banheiro; e, por diversas vezes, desta tribuna, li o teor do projeto e faço questão de ler novamente para que os parlamentares ouçam e interpretem. Não é difícil interpretar. “Art. 1º – O Poder Executivo imporá, no limite da sua competência, sanção a pessoa jurídica que, por ato de seu proprietário, dirigente, preposto ou empregado, em efetivo exercício da sua atividade profissional, discrimine ou coaja pessoa ou atente contra os seus direitos em razão de sua orientação sexual, sua identidade de gênero, ou sua expressão de gênero. Parágrafo único – Para os fins do disposto nesta lei, entende-se por identidade de gênero a percepção individual e interna de cada pessoa em relação ao seu gênero, podendo ou não corresponder ao seu sexo biológico ou ao sexo que lhe foi atribuído no nascimento, e não se limitando às categorias masculino e feminino. Já expressão de gênero é considerada manifestação social e pública da identidade de gênero, podendo ou não incluir, entre outros, modificações corporais, comportamentos e padrões estéticos distintivos e mudança de nome”. “Podendo ou não”, ou seja, não é necessária nenhuma dessas mudanças para que a expressão de gênero seja diferente do sexo biológico. Ou seja, um homem com roupa de homem, com cara de homem e com barba na cara pode ir a um estabelecimento, dirigir-se ao banheiro, ao vestiário e à sauna feminina e falar: “Eu quero frequentar esse ambiente porque a minha expressão de gênero é feminina”. E, se ele for impedido, a multa é de até R\$177.000,00.

Em momento nenhum, eu disse que a intenção do deputado autor é maléfica. Em nenhuma vez, eu falei isso desta tribuna; e podem buscar as notas taquigráficas desta Casa. O que estou dizendo é que esse projeto abre brecha, abre brecha, sim, para estupro, para abuso, para importunação sexual. Esse projeto é perigosíssimo porque estabelece que os espaços exclusivamente femininos não serão mais exclusivamente femininos. Dessa forma, qualquer homem vai poder adentrar naquele espaço dizendo que a sua expressão de gênero é feminina; e aqui a gente está falando não só das pessoas que sofrem de disforia de gênero, mas também de qualquer homem mal-intencionado, que pode se valer da lei e da possibilidade de multa para frequentar, sim, os espaços que são destinados exclusivamente às mulheres e às meninas de Minas Gerais.

Portanto, senhoras e senhores, é um projeto que traz esses conceitos de expressão e de identidade de gênero que não estão no ordenamento jurídico de Minas Gerais, e portanto é, sim, trazer ao nosso estado a ideologia de gênero. E é um projeto, sim, que coloca em risco as mulheres e meninas de Minas Gerais. Peço a V. Exas. que se coloquem no lugar daquele pai que teve a sua filha estuprada por um marginal que entrou no banheiro feminino do colégio, vestindo uma saia. Imaginem se fosse a filha dos senhores! Imaginem se fosse a irmã dos senhores! Imaginem se fosse a mãe dos senhores, no caso, num clube, ou coisa que equivalha, e não numa escola! Esse projeto é muito, muito perigoso.

A Assembleia Legislativa de Minas Gerais cometeu um erro histórico ao aprovar esse projeto, mas agora temos uma oportunidade de consertar o nosso erro com a manutenção do veto do governador. Então peço encarecidamente a V. Exas. que protejam as mulheres e as meninas de Minas Gerais e que mantenham o veto do governador Romeu Zema a esse absurdo. Muito obrigado, presidente.

O presidente – Muito obrigado, deputado Bruno Engler. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado André Quintão.

O deputado André Quintão – Boa tarde, presidente; boa tarde, deputados e deputadas. Hoje, 21 de outubro, além de ser dia do aniversário do deputado Doorgal, a quem transmito um abraço, é o Dia Nacional da Alimentação na Escola, o Dia do Ecumenismo, o Dia do Coletor – dia do trabalhador em coleta de lixo –, e acho que pode ser também o dia do constrangimento.

Nós estamos prestes a realizar aqui uma votação em que o que será analisado é a versão, e não o fato. Isso é um precedente muito perigoso para a Assembleia, porque, na verdade, já existe uma legislação – e eu queria aqui agradecer as palavras dos deputados e das deputadas que me antecederam, que inclusive fizeram menção a ela – que busca coibir a discriminação em virtude de orientação sexual. Trata-se da lei de 2002. Traduzindo para quem nos acompanha, porque os deputados e as deputadas têm conhecimento disso: a pessoa, às vezes, faz uma entrevista para ter acesso a um emprego, fica bem colocada, mas, na hora de ser admitida, o patrão chega e fala: “Olhe, eu descobri que você é gay, que você é lésbica; a vaga não será sua”. Às vezes, chegam duas mulheres lésbicas, de mãos dadas, no ambiente, e são discriminadas. Às vezes, são, inclusive, convidadas a se retirar. A legislação de 2002 busca coibir isso.

O que eu apresentei, a pedido de entidades do movimento LGBT, foi um projeto de lei que atualiza terminologia. E, naquele período, Betão, o governador Itamar Franco, seu conterrâneo, estipulou multa em reais: R\$50.000,00, R\$40.000,00. Eu transformei aquele valor em Ufemg, em unidade fiscal. A lei é isso. Por isso que nós aprovamos aqui por 34 a 6. A lei é isso, o projeto de lei é isso; não é nada mais do que isso.

Depois veio uma enxurrada de *fake news*, uma campanha sórdida. Eu nunca vi isso na minha vida; não esperava. Eu sei que esse projeto, presidente, pode custar a minha reeleição, porque aonde eu vou, não sei se intencionalmente ou não, as pessoas estão falando de terceiro banheiro, de kit gay, de implantar ideologia de gênero no Estado. Eu voltei agora a viajar; estava sem a segunda dose e não estava viajando, mas agora voltei a viajar. A cada lugar que vou, eu tenho que explicar o raio do terceiro banheiro, do kit gay. Não tem nada a ver.

Eu sinceramente entendo que a opinião pública, que as pressões... Eu não sou juiz aqui de voto de deputado ou de deputada. Quem julga é o eleitor. Agora, o governador tem uma responsabilidade quando veta – ele tem. Ele foi fazer gracinha ao lado do Bolsonaro e falou em terceiro banheiro, em prejuízo para comerciante. Ele não pode fazer isso. O governador foi desleal comigo; mas meu pai e minha mãe me deram caráter, e eu não vou dar o troco na mesma moeda, porque eu tenho caráter. O governador foi desleal, ele não poderia ter feito aquilo.

Leiam as razões do veto do governador, vejam se há terceiro banheiro, vejam se há prejuízo para comerciante. Quando ele recebeu aplausos de bolsonarista e adiantou o veto... Se ele sancionasse a lei, não ia haver terceiro banheiro. A lei existe desde 2002. Olhe, gente, sinceramente, as pessoas me conhecem; eu tenho filha. Eu vou apresentar projeto aqui para permitir estupro, para permitir homem entrar em banheiro de mulher? Será que alguém aqui acredita nisso? Será que é justo eu ser acusado, hoje, nos quatro cantos de Minas Gerais por isso? Mas eu entendo, eu vou entender; eu sou católico.

Hoje eu orei muito antes de chegar a este Plenário porque isso me machuca. Não há problema nenhum a gente discutir conteúdo de projeto; alguns são a favor, outros... Isso não tem problema, não. Isso faz parte da democracia. Agora, você ter que explicar, discutir mentira? Por isso eu acho que esse precedente é perigoso. O governador podia sancionar e regulamentar, se ele tivesse alguma dúvida jurídica. Seria perfeitamente possível. Ele poderia sancionar e falar: “Deputado, eu vou mandar um projeto alterando uma pequena coisa aqui para não haver dúvida”. Isso é perfeitamente possível. Ninguém, mais do que eu aqui... Eu diálogo, faço mediação. Agora, o governador cancelar *fake news*? É *fake news*, sim; é *fake news*, sim. Não há nada... A lei existe desde 2002. Qual comerciante foi obrigado a instalar terceiro banheiro? Eu atualizei a multa em Ufemg.

Eu entendo os deputados e as deputadas. O que aconteceu com a *fake news*? Todo mundo que votou a favor – eu agradeço o voto dos 34 – lá na cidade onde ele é voltado, o adversário chegava e alimentava *fake news*. É isso que está acontecendo. Vamos ser claros entre nós; está acontecendo comigo. Em todo lugar em que eu sou majoritário, estou chegando e sendo destruído, achincalhado,

desmoralizado por mentira – mentira –, porque o projeto não fala nada disso. Só que isso chegou aos deputados e às deputadas. Por isso eu entendo, por isso eu sei do constrangimento, porque eu conheço... Quem, eventualmente...

Eu estou pedindo voto para derrubar o veto, é lógico. Mas quem, eventualmente, não votar, não é porque é homofóbico, eu sei que não é – pelo menos alguns. Eu sei que é por pressão. Agora, o que eu estou alertando aqui é que nós não podemos ficar reféns de rede social. Nós não podemos ficar reféns de *fake news*, porque hoje é esse projeto; amanhã pode ser outro e, depois de amanhã, pode ser outro.

Apoiadores meus falaram: “André, não sobe à tribuna, não. Fique doente, pegue Covid, fale que você pegou Covid no dia porque você está sendo destruído”. Eleição, eu perco; dignidade, não. E, quando eu entro na minha casa, eu tenho filha também, sou católico, ela bate palma porque eu tenho coragem de enfrentar esse debate. É isso que vale para mim. Eleição, a gente ganha ou perde, mas repito aqui: respeito todos os deputados e deputadas. Vou entender a posição, presidente; agora, repito aqui: o governador, quando veta ou sanciona um projeto, tem que ter argumento, e o argumento do governador foi fazer gracinha. Ande, governador, de mão dada com o Bolsonaro. O troco é na eleição do ano que vem. Muito obrigado.

O presidente – Muito obrigado, deputado André Quintão. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado João Leite.

O deputado João Leite – Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, eu queria dizer da minha satisfação de podermos ter esse longo debate aqui pela manhã, e já iniciamos a tarde, com a volta em grande estilo da representação da população de Minas Gerais. Nós acompanhamos a votação desse projeto, depois de ele ter sido votado. Tivemos 40 deputadas e deputados no Plenário, e muitos de nós ficamos sabendo do resultado final – e todos nós estávamos distantes. Eu representava a Comissão de Ferrovias em Brasília, na assinatura das autorizações de operação ferroviária, de cinco operações ferroviárias em Minas Gerais. E, quando eu voltava, já fui atacado violentamente: saí do Plenário para não votar. Foi isso que nós enfrentamos também, sem conhecimento do que aconteceu. A gente não sabia o que tinha acontecido, e eu nem quero discutir as alterações propostas pelo deputado André Quintão, por quem tenho o maior carinho; fomos companheiros, trabalhamos juntos, e conheço o deputado André Quintão.

Eu queria discutir é o projeto que foi alterado, e hoje vamos manter o veto. O projeto que foi alterado vai permanecer, o que foi alterado vai permanecer, e eu queria propor que nós o revogássemos. Temos que revogá-lo. Nós temos que revogá-lo. Eu vou citar aqui, por exemplo, o art. 2º, inciso IV, que diz o seguinte: “Será penalizada a pessoa responsável por logradouro público, estabelecimento público ou estabelecimento aberto ao público que coibir manifestação de afeto”. Imaginem! Eu, em todo domingo, vou à igreja com as minhas netas – são três – e as carrego para o culto. As minhas netinhas estão lá, andando. As crianças estão lá, andando. E aqui penalizam qualquer dirigente.

Foi bom para a gente saber o que é e de onde saiu essa alteração: é desta legislação aqui. Vai ser punido. As multas estão aqui. “São pequenas as multas”. Mas está aqui, olhem: “Impedimento, preterição ou tratamento diferenciado em relação que envolva a aquisição, a locação, o arrendamento ou o empréstimo de bem móvel ou imóvel, para qualquer finalidade”. Eu tenho o maior respeito pelas iniciativas, escolhas das pessoas; presidi a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia por muitos anos. Eu tenho o maior respeito. Agora, nós não podemos impor à população que sequer questione a finalidade do empréstimo ou do aluguel de um imóvel. Será para que aquele imóvel dentro de um condomínio residencial? Então eu queria propor que revogemos, assinemos e revogemos essa legislação porque ela fere de morte o direito mais fundamental da população de Minas Gerais.

Não adianta o Supremo se manifestar em relação à questão do que eu creio, do que nós cremos, da nossa fé. A história está aí para mostrar isso. A Declaração Universal dos Direitos Humanos nasce da morte de 6 milhões de judeus, da morte de homossexuais. É esse o nome correto? Desculpem-me se não for, mas são pessoas que tinham outra prática, que é respeitada, que tem que ser respeitada. Agora, não podem impor à minha igreja, não podem impor à escola que encontros, abraços, beijos, isso não fere o

nosso direito – eu diria – mais pétreo, de pedra mesmo. São direitos por que nós morremos. Pela minha família, eu morro; pela minha propriedade, pela minha casa, eu morro; pela minha fé, eu morro. Não tentem alterar isso. Não é possível aceitarmos isso.

Nós estamos vendo tantas coisas acontecendo que ficamos impressionados. Eu queria convidar todos para alterarmos, revogarmos esse projeto de lei que ensejou essa alteração. Imaginem: advertência, multa, suspensão do funcionamento do estabelecimento, interdição do estabelecimento, inabilitação para acesso a crédito estadual. Olhem que coisa grave! Nós estamos vendo de onde saiu. É pior! Rescisão de contrato firmado com órgão ou entidade da administração pública estadual. Eu não estou falando da alteração. A alteração do deputado André Quintão, de alguma forma, minimiza o projeto que está sendo alterado: inabilitação para recebimento de isenção, remissão, anistia ou qualquer outro benefício de natureza tributária. “A pessoa jurídica de direito público, por ação de seu dirigente, preposto ou empregado, no efetivo exercício das suas atividades profissionais, praticar ato previsto no art. 2º desta lei...” É aquilo que falei: “fica sujeito, no que couber, a sanções previstas no seu art. 3º”, que acabei de ler.

Então, eu queria encaminhar pela manutenção do veto e queria solicitar às deputadas e aos deputados que, com a assinatura de todos nós, em nome das nossas famílias, em nome da nossa fé – somos uma civilização judaico-cristã, uma civilização da fé, não uma civilização da narrativa, do sofisma –, não aceitem; nós somos radicais na defesa desses princípios e valores tão fundamentais em que está apoiada a sociedade brasileira, a civilização brasileira e lutaremos para que seja assim na escola, na igreja, no trabalho e em todos os lugares. Obrigado, presidente.

O presidente – Muito obrigado, deputado João Leite. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Carlos Henrique.

O deputado Carlos Henrique – Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, prometo ser breve até por conta do tempo que nós temos para dar seguimento aos nossos trabalhos. Mas o que me motivou a subir a esta tribuna nesse momento foi um dos deputados perguntar o que o Senhor Jesus ou o que Jesus faria ou votaria neste momento. Eu vou dizer, eu vou responder para ele muito claramente. Muitos se declaram cristãos. Ser cristão é ser seguidor de Cristo. Ser cristão é ser seguidor dos pensamentos de Cristo, do que ele pensa, do que ele ensina. E eu me recordo de pensamentos e ensinamentos que em muitos casos trazem para gente a reflexão também do sacrifício, do sacrifício de perdoar, do sacrifício de compreender o outro, como foi o caso da prostituta. Religiosos, fariseus hipócritas queriam apedrejar essa mulher, matá-la por ela ser uma prostituta. O Senhor Jesus escreve no chão, olha para os fariseus, para os religiosos e pergunta: “Quem não tiver pecado que atire a primeira pedra”. Todos se excluíram e deixaram aquele lugar. Ele falou para a prostituta: “Onde estão os teus acusadores? Nem tão pouco eu te condeno, mas vai e não peques mais”. Ele condenou a prática, mas amava a mulher. Ele ama o ser humano, mas condena práticas que os seres humanos, errônea e equivocadamente, praticam. E o ladrão da cruz? Havia dois ladrões na cruz: um deles era Barrabás, e o outro reconheceu seus erros quando ele disse a Jesus: “Nós, na verdade, com justiça estamos aqui pagando pelos erros que cometemos, mas Este nenhum mal fez”. Jesus perdoou. Por que não perdoou o outro: Barrabás? Porque insistia nas suas práticas; práticas essas que às vezes – a do roubo – são defendidas, são compreendidas. Roubar um celular; por que prender o menino porque ele roubou um celular? O ex-presidente da República falou isso, incentivando o crime, sob a ótica de que ele está fazendo aquilo porque ele precisa. Mas quantos celulares foram roubados e a vítima foi assassinada?

Portanto este projeto... Deputado André, eu tenho muito respeito por você, eu tenho um carinho muito grande por você, demais; nós somos amigos, nós falamos por telefone, você me liga no dia do meu aniversário e me dá parabéns, a gente brinca de Atlético e Flamengo. Eu tenho um respeito muito grande pela sua trajetória política. Você tem o meu respeito, você tem a minha admiração, e eu sei que, esse projeto, você não fez com intenções das piores. Talvez, não não haja uma vírgula de má-intenção no seu projeto, mas existe a questão de interpretação. Nós somos muitos aqui cristãos praticantes, religiosos, evangélicos, católicos. Igreja, André, tem CNPJ; igreja tem personalidade jurídica, elas são responsabilizadas também nesse projeto. É claro que ninguém que entra numa igreja vai ser excluído porque é isso, porque é aquilo, porque é aquilo outro, mas quantas vezes ali, na porta da nossa igreja, na

Olegário Maciel, em época de Carnaval, afrontavam a nossa igreja gratuitamente, afrontavam a nossa fé gratuitamente, se expunham nus provocando ali os fiéis da igreja que saíam do culto; se expunham, agrediam as pessoas, nus na porta da igreja, fazendo práticas libidinosas na porta da igreja; e os fiéis saíam silenciosamente e não provocavam essas pessoas, mas éramos provocados.

A gente precisa construir uma sociedade melhor de fato, nós precisamos compreender a dor do outro, mas ninguém aqui pode se arvorar e dizer que as minorias pertencem a A, a B ou a C, à direita ou à esquerda, porque nós também defendemos, nós estamos nas favelas todos os dias, nós estamos nos presídios todos os fins de semana, nós estamos nas ruas, nós estamos conversando com as prostitutas, nós estamos conversando com os marginalizados dessa sociedade, nós também falamos com eles, nós entregamos cesta básica aos famintos, nós estamos conversando com os índios também, mas para torná-los livres, mas para torná-los não escravos de uma ideologia, levá-los também a Cristo e, por meio de Cristo, eles serem livres da escravidão do pecado que muitos cometem. Ou vamos dizer aqui que não existe pecado? Ou vamos dizer aqui que todos nós aqui somos santos? Existe um santo aqui? Eu me incluo, eu sou pecador. Mas, quando se trata de projeto de lei, uma vez aprovado, cumpra-se, e as consequências são posteriores a um projeto de lei aprovado.

Nós estamos aqui defendendo a manutenção do projeto, mas, com todo respeito a V. Exa., com todo respeito à trajetória política, à trajetória de pai, de educador, de defensor das políticas sociais, como V. Exa. defende como um dos melhores parlamentares desta Casa, esse projeto, deputado André, se não tivesse, por meio de interpretação, algo com que nós nos sentíssemos inseguros – e estamos... Compromete, de fato, não somente as igrejas, mas as pessoas jurídicas. Se um casal gay homossexual entra num determinado ambiente para provocar – e são provocadores, são provocadores, porque nós somos provocados muitas das vezes na porta de nossas igrejas por eles –, olha a complicação jurídica que isso vai dar para quem gera emprego, para quem prega o evangelho. Portanto, eu encaminho, recomendo, solicito, peço, faço um apelo aos deputados: mantenham o veto do governador, acertadamente, Romeu Zema. Muito obrigado.

O presidente – A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o art. 260, c/c o art. 222, do Regimento Interno. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o veto.

– Registram “sim”:

Bartô – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Bruno Engler – Carlos Henrique – Celise Laviola – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Dalmo Ribeiro Silva – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Duarte Bechir – Fábio Avelar de Oliveira – Gil Pereira – Guilherme da Cunha – Gustavo Santana – Inácio Franco – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leonídio Bouças – Mário Henrique Caixa – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Professor Cleiton – Raul Belém – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Tadeu Martins Leite.

– Registram “não”:

André Quintão – Beatriz Cerqueira – Betão – Cristiano Silveira – Doutor Jean Freire – Elismar Prado – Leninha – Marquinho Lemos – Osvaldo Lopes – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães.

– Registra “branco”:

Hely Tarquínio.

O deputado Elismar Prado – Presidente, corrija o meu voto “sim”, por favor.

O presidente – Está computado. Votaram “sim” 34 deputados; votaram “não” 10 deputados; houve 1 voto em branco, totalizando 45 votos. Está mantido o veto. Está, portanto, mantido, em turno único, o Veto nº 28/2021. Oficie-se ao governador do Estado.

Chega à Mesa comunicação do deputado Léo Portela informando ao Plenário a sua ausência devido à Covid-19 e que, segundo suas convicções, votaria pela manutenção do veto. Portanto, o deputado Léo Portela está em casa acamado e por isso não está presente nesta reunião.

Questão de Ordem

O deputado João Vítor Xavier – Questão de ordem, presidente. A Mesa soltou uma deliberação, no início do mandato, para que não fossem feitos vídeos no Plenário. Nós temos uma deliberação da Mesa sobre isso. Nós temos a TV Assembleia. É uma deliberação da Mesa. É importante que todos os deputados cumpram isso, respeitem, pelo bem da Casa. Nós já tivemos momento aqui de deputado ser constrangido com vídeo. É uma deliberação da Mesa e tem que ser respeitada, presidente.

O presidente – É regimental. A presidência solicita aos deputados que porventura estejam fazendo vídeo do Plenário que encerrem as suas gravações. É uma decisão da Mesa da Assembleia de que está proibida a feitura de vídeos. Deputado Carlos Henrique, por gentileza, a Mesa, com a participação de V. Exa., determinou que não fossem feitos vídeos no Plenário. Solicito a V. Exa. e ao deputado Heli Grilo que não repitam este ato, porque é uma decisão da Mesa e válida para todos os parlamentares, como lembrou muito bem aqui o deputado João Vítor Xavier. A presidência passa a palavra ao deputado Duarte Bechir para declaração de voto. Com a palavra, o deputado Duarte Bechir.

Declaração de Voto

O deputado Duarte Bechir – Muito bem. Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, está em Campo Belo hoje um veículo circulando pela cidade e dizendo que este parlamentar é contra a passagem barata. É uma campanha difamatória paga pela Buser, que está indo em todas as cidades. Eu só quero dizer ao pessoal que está pagando essa publicidade para serem sinceros, serem corretos na informação. É mentira, o povo da Buser e os seus dirigentes estão mentindo, estão pagando para mentir nas ruas, nas cidades do nosso estado. A Buser não participou da concessão quando o governo licitou as linhas que atendem aos municípios. Eu falava agora há pouco com um deputado aqui, e ele dava o exemplo de Setubinha. Será que a Buser vai querer ir lá em Setubinha? Não. A Buser quer transportar passageiros sem participar de concessão, livremente, desrespeitando uma legislação, e quer que a gente compartilhe desse erro. Ora, nós estamos aqui para legislar, e quando você se propõe a legislar, você tem que fiscalizar. A Buser mente. A Buser está mentindo, dizendo que alguns deputados não querem passagem barata, enquanto que, na verdade, eles querem desrespeitar a lei e as concessões estabelecidas ao longo dos anos, oferecendo passagem barata, mas sem o contrato com o governo do Estado. Ora, vão à minha cidade, como estão indo, mas digam a verdade. O que a Buser está propondo é fraudar uma licitação, uma concessão, tirar proveito dela, sem estar cumprindo a legislação. Eu não vou patrocinar, não vou ajudar, não vou compartilhar dessa situação. E quero aqui reiterar, presidente, estão andando o interior inteiro, patrocinados pela Buser, falando mentira, porque não explicam. Eles não explicam por que não podem pegar passageiro, mas é porque não têm concessão. Ora, a viação que atende Campo Belo é a Viação Campo Belo, que é de Formiga. Ela atende Campo Belo-Belo Horizonte, Campo Belo-São Paulo. A viação chama-se Campo Belo e pertence a um grupo de Formiga. Agora, vai lá o ônibus da Buser em Campo Belo e fala: “Olhe, nós vamos levar mais barato”. “Vocês têm concessão?” “Não, o nosso transporte é livre, o fretamento é livre.” Mas e a Viação Campo Belo? Eles têm uma concessão. O governo, lá atrás, licitou, e as empresas pagaram por fazer aquele trajeto. Ora, vamos falar a verdade. Ir à cidade da gente falar mentira é muito fácil. Eu estou aqui dizendo, e essa mensagem é muito especial ao povo de Campo Belo. Essa propaganda que está correndo nas ruas aí é de gente mentirosa e enganadora, que quer ganhar dinheiro sem licitar a sua empresa; é de gente aproveitadora, e gente aproveitadora tem que ser desmascarada. Então que licitem a linha, que façam concessão e que eles participem do processo de concessão, e que o nosso governador Romeu Zema abra a possibilidade de concessão a novas empresas. Se o governador achar que Campo Belo precisa de uma outra, e aqui a Viação Campo Belo pagou para ter o direito da concessão, então que indenize, que devolva uma parte e fale: vou ter que licitar de novo. Aí a Buser entra no chamamento, participa da concessão, paga o valor que elas pagaram – ou dividem –, e ela pode transportar de qualquer cidade onde ela ganhar a concessão. Agora, contrato – eu

sou formado em direito – foi feito para ser cumprido. Os contratos devem ser cumpridos, e todo contrato tem penalidade, tem multa, se não for cumprido. Portanto, senhores diretores da Buser, assim como estão fazendo em Campo Belo, hoje, tentando denegrir a imagem deste parlamentar, estou aqui para contrapor o que vocês estão fazendo. Vocês não estão cumprindo a legislação; vocês estão querendo descumprir. Se a concessão foi dada para a Viação Campo Belo, ela tem o direito. Não estou aqui para beneficiar A ou B, estou aqui para fazer cumprir a lei, e a lei que hoje está em vigor é a da concessão. Respeitem a concessão que vamos estar no mesmo caminho. Obrigado, presidente.

Encerramento

O presidente (deputado Glaycon Franco) – Esgotada a hora destinada a esta reunião, a presidência a encerra, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a especial também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 90ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 21/10/2021

Presidência dos Deputados Doutor Jean Freire e Osvaldo Lopes

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – Correspondência: Ofícios – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Resolução nºs 150 e 151/2021; Projetos de Lei nºs 3.233 e 3.239 a 3.242/2021; Requerimentos nºs 9.501, 9.503, 9.505 a 9.508, 9.510 a 9.513, 9.516, 9.518 e 9.520 a 9.526/2021 – Comunicações: Comunicações das Comissões de Minas e Energia, de Desenvolvimento Econômico e de Meio Ambiente – Oradores Inscritos: Discursos dos deputados Doutor Jean Freire, Leandro Genaro e Bruno Engler– 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Comunicação da Presidência – Leitura de Comunicações – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Agostinho Patrus – Doutor Jean Freire – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – André Quintão – Bartô – Beatriz Cerqueira – Bernardo Mucida – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Bruno Engler – Cássio Soares – Celise Laviola – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leninha – Leonídio Bouças – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Raul Belém – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tito Torres – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

Abertura

O presidente (deputado Doutor Jean Freire) – Às 14h13min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, a 2ª-secretária, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte**1ª Fase (Expediente)****Ata**

– A deputada Rosângela Reis, 2ª-secretária *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

– O deputado Osvaldo Lopes, 1º-secretário *ad hoc*, lê a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Sr. Joaquim Francisco Neto e Silva, chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, agradecendo o envio do livro *Opção pelo risco: causas e consequências da tragédia de Brumadinho* – a CPI da Almg e parabenizando os parlamentares membros da CPI de Brumadinho pelo desempenho de suas tarefas. (– Aos membros da CPI de Brumadinho.)

Da Sra. Dayse Maria Silva Galante, prefeita municipal de Estrela do Sul, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 2.900/2021, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Carlos Roberto de Rezende, prefeito municipal de Cristiano Ottoni, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 2.866/2021, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Paulo Sérgio Magalhães, prefeito municipal de Muzambinho, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 2.979/2021, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Sérgio Gusmão Suchodolski, diretor-presidente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A., prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.912/2021, do deputado Mauro Tramonte. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Luiz Carlos Gontijo, presidente do Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.063/2021, da Comissão da Pessoa com Deficiência. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Marília Carvalho de Melo, secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.062/2019, da Comissão de Assuntos Municipais. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Marcelo da Fonseca, diretor-geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.062/2019, da Comissão de Assuntos Municipais. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Reynaldo Passanezi Filho, diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.168/2021, da Comissão de Defesa do Consumidor. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Leônidas José de Oliveira, secretário de Estado de Cultura e Turismo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.148/2021, da Comissão de Administração Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Fábio Baccheretti Vitor, secretário de Estado de Saúde, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.759/2021, da Comissão de Saúde. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Sérgio Gusmão Suchodolski, diretor-presidente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A., prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.784/2021, da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Elizabeth Jucá e Mello Jacometti, secretária de Estado de Desenvolvimento Social, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.178/2021, da Comissão de Meio Ambiente. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Rodrigo Sousa Rodrigues, comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.190/2021, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Carlos Eduardo Tavares de Castro, diretor-presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG –, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.176/2021, da Comissão de Meio Ambiente. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Marcelo da Fonseca, diretor-geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.403/2019, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Luísa Cardoso Barreto, secretária de Estado de Planejamento e Gestão, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.266/2021, da Comissão de Transporte. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Luísa Cardoso Barreto, secretária de Estado de Planejamento e Gestão, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.276/2021, da Comissão de Transporte. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Luísa Cardoso Barreto, secretária de Estado de Planejamento e Gestão, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.280/2021, da Comissão de Transporte. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Luísa Cardoso Barreto, secretária de Estado de Planejamento e Gestão, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.143/2021, da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Antônio Claret de Oliveira Júnior, diretor-geral da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.237/2021, da Comissão de Meio Ambiente. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Luiz Carlos Magalhães Guerra, superintendente Regional substituto do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit –, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.275/2021, da Comissão de Transporte. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Elizabeth Jucá e Mello Jacometti, secretária de Estado de Desenvolvimento Social, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.232/2021, da Comissão dos Direitos da Mulher. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Rodrigo Sousa Rodrigues, comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.340/2021, da Comissão de Meio Ambiente. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.041/2021, do deputado André Quintão. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.235/2021, do deputado Coronel Henrique. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.391/2021, da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.402/2021, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O presidente – A presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 150/2021

Dispõe sobre o Direcionamento Estratégico da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais para o período de 2021 a 2030 e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º – Fica instituído o Direcionamento Estratégico da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais para o período de 2021 a 2030.

Art. 2º – Para fins do disposto nesta resolução, entende-se por:

I – visão de futuro: a expressão da forma como a instituição pretende ser vista no futuro projetado, a partir dos compromissos e das ações estratégicas definidos;

II – missão: a tradução do propósito da instituição, de modo a representar sua essência e sua razão de existir, de forma ampla e duradoura;

III – compromissos: as diretrizes norteadoras da estratégia organizacional em uma perspectiva sintonizada com os campos de expectativa da sociedade;

IV – objetivos estratégicos: os resultados a serem alcançados nas diferentes dimensões da atuação institucional, visando às transformações pretendidas;

V – linhas de ação: o repertório de possíveis iniciativas a serem implementadas visando ao atingimento dos objetivos.

Art. 3º – O Direcionamento Estratégico da Assembleia Legislativa para o período 2021 a 2030 se orientará:

I – pelo alcance, até 2030, da visão de futuro representada pela expressão: “ser reconhecida como o poder do cidadão, em sintonia com as transformações sociais, na construção de uma sociedade melhor”;

II – pelo cumprimento da missão de “exercer a representação, com participação da sociedade, na formulação e fiscalização das políticas públicas para o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais”;

III – pela observância dos compromissos de:

a) representar os interesses coletivos e diversos da sociedade mineira de forma efetiva, independente e ética;

b) promover a participação, o relacionamento e a escuta permanente da sociedade com inovação, transparência e retorno;

c) exercer a mediação política para o fortalecimento da relação entre os Poderes do Estado, da democracia e do amplo exercício da cidadania;

d) garantir uma gestão moderna, eficiente e responsável.

Art. 4º – São objetivos estratégicos da Assembleia Legislativa para o período de 2021 a 2030:

I – aprimorar o exercício da função de representação, nas suas diversas dimensões e formas de atuação, considerando os interesses plurais e divergentes da sociedade;

II – aperfeiçoar o processo de elaboração legislativa, de modo a promover o aprimoramento das leis estaduais, produzidas em sintonia com os interesses da sociedade;

III – aprofundar e sistematizar os processos de avaliação e fiscalização das políticas públicas, de forma continuada e independente;

IV – fomentar e aprimorar práticas participativas institucionais, com ampliação da capacidade de escuta e de diálogo, como garantia de expressão da cidadania e como estratégia para potencializar a representação política;

V – aprimorar a comunicação institucional, promovendo a aproximação com a sociedade, a compreensão do trabalho parlamentar e as possibilidades de escuta e diálogo;

VI – ampliar e aprimorar práticas e ações para a educação política e o exercício da cidadania, em prol do fortalecimento da democracia;

VII – assegurar o aperfeiçoamento da gestão institucional, com foco em eficiência, responsabilidade com os gastos, integridade e transparência, orientada para resultados e entregas para a sociedade;

VIII – aprimorar a política de gestão de pessoas, de forma alinhada com os impactos das transformações sociais no Parlamento e com as necessidades e diretrizes institucionais;

IX – ampliar a oferta de serviços de Tecnologia da Informação e otimizar a gestão das informações institucionais, para suporte à inovação e à transformação digital no Parlamento.

Parágrafo único – O detalhamento e as linhas de ação correspondentes a cada objetivo estratégico são os definidos no Anexo desta resolução.

Art. 5º – A Mesa da Assembleia definirá em regulamento, a cada biênio, a diretriz institucional, as prioridades e os projetos estratégicos para implementação do Direcionamento Estratégico.

Art. 6º – Compete à Diretoria de Planejamento e Coordenação – DPC –, sem prejuízo das funções previstas no Anexo da Resolução nº 5.198, de 21 de maio de 2001:

I – coordenar o monitoramento da execução do Direcionamento Estratégico, avaliar os resultados alcançados e propor ações de atualização;

II – alinhar as ações estratégicas da Assembleia, de forma a proporcionar a atuação articulada das diretorias, das gerências e demais órgãos encarregados da gestão dos projetos estratégicos;

III – incentivar o alcance dos objetivos e das metas dos projetos estratégicos;

IV – apoiar os gestores dos projetos estratégicos na resolução de questões que estejam fora de sua alçada de decisão;

V – dar publicidade às metas e aos resultados relacionados à gestão estratégica da Assembleia Legislativa, de forma a permitir seu acompanhamento pelos parlamentares, pelos servidores e pela sociedade.

Parágrafo único – Os servidores responsáveis pelo desempenho da função de gestor de projetos serão designados pelo diretor-geral e estarão subordinados tecnicamente à DPC.

Art. 7º – O § 3º do art. 20 da Resolução nº 5.339, de 20 de dezembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 20 – (...)

§ 3º – Excetuam-se do disposto no § 1º os afastamentos decorrentes de férias regulamentares e de licença-maternidade.”.

Art. 8º – Ficam revogados o § 4º do art. 2º e o § 3º do art. 3º da Resolução nº 5.198, de 21 de maio de 2001.

Art. 9º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Mesa da Assembleia, 21 de outubro de 2021.

ANEXO

(a que se refere o parágrafo único do art. 4º da Resolução nº , de de de 2021)

DIRECIONAMENTO ESTRATÉGICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS – ALMG
– PARA O PERÍODO DE 2021 A 2030

Objetivos estratégicos, seus detalhamentos e linhas de ação:

I – Objetivo: aprimorar o exercício da função de representação, nas suas diversas dimensões e formas de atuação, considerando os interesses plurais e divergentes da sociedade.

Detalhamento: A Assembleia Legislativa é, por sua composição e atribuições, uma instituição mais permeável às demandas da sociedade, constituindo uma arena em que a deliberação pública acontece e na qual diferentes interesses e posicionamentos divergentes se encontram. Nesse sentido, é necessário aprimorar o exercício da representação política, em suas diversas formas de atuação, como caminho para discussão, mediação e busca de soluções para os problemas, conflitos e controvérsias sociais, contribuindo para o fortalecimento da democracia, bem como da legitimidade e da confiança no trabalho parlamentar.

Linhas de ação:

- a) promover uma escuta institucional ampla e sistemática, capaz de identificar agendas e demandas da sociedade e realizar mapeamento de controvérsias públicas, visando ao aprimoramento da representação de temas, territórios e sujeitos políticos diversos;
- b) desenvolver ações que contribuam para o reconhecimento, a sistematização e a valorização da função de representação nas suas diversas formas de atuação;
- c) valorizar a atuação parlamentar no Plenário, como conjunto da representação da sociedade mineira e como espaço singular de expressão, debate e defesa de temas e pautas sociais;
- d) ampliar a interiorização do debate sobre políticas públicas, visando ao fortalecimento da diversidade e das peculiaridades das demandas regionais;
- e) potencializar o papel institucional das comissões, como instância privilegiada de reconhecimento e debate de problemas públicos, na elaboração da lei, na fiscalização das atividades do Estado e no acompanhamento de políticas públicas;
- f) aprimorar a capacidade de mediação política do Parlamento na relação com os demais Poderes do Estado e com a sociedade, em prol da democracia e da cidadania.

II – Objetivo: aperfeiçoar o processo de elaboração legislativa, de modo a promover o aprimoramento das leis estaduais, produzidas em sintonia com os interesses da sociedade.

Detalhamento: Quando se analisam outros parlamentos no mundo, percebe-se que a qualidade da produção de leis é um dos componentes centrais na atualidade, em um ambiente em que a legística ganhou destaque nas agendas de mudanças, sendo essa uma busca constante da ALMG. É necessário, no entanto, continuar avançando no sentido de uma atuação com foco na justificação pública da produção legislativa e em seus resultados, assim como na construção de um arcabouço legislativo sintonizado com os temas de interesse da população.

Linhas de ação:

- a) desenvolver meios que possibilitem o monitoramento e a avaliação de impacto das leis estaduais e que contribuam para instruir o debate no processo de elaboração legislativa;
- b) promover e apoiar estudos e pesquisas para a geração de conhecimento relacionado às atribuições do Poder Legislativo, que sejam capazes de articular as diversas contribuições nos campos técnico, político e social, e que contribuam para a produção de uma legislação voltada para o desenvolvimento socioeconômico sustentável do Estado;
- c) desenvolver ações voltadas para a racionalização do processo legislativo e do ordenamento jurídico estadual, as quais considerem a complexidade e a relevância das matérias submetidas ao Parlamento e a necessidade de discussão adequada dos temas, com consistência e participação, contribuindo para o bom entendimento e a plena aplicabilidade das normas;
- d) promover a inovação nos procedimentos inerentes ao processo de elaboração legislativa, imprimindo-lhes agilidade, coordenação e transparência;

e) incrementar esforços no sentido da utilização de linguagem que facilite a comunicação e a compreensão do processo e da produção legislativa pela sociedade.

III – Objetivo: aprofundar e sistematizar os processos de avaliação e fiscalização das políticas públicas, de forma continuada e independente.

Detalhamento: A fiscalização e o controle são funções próprias da ação parlamentar que, nos últimos anos, ganharam centralidade no Legislativo mineiro. Com o objetivo de melhorar a atuação do Parlamento de Minas, ações de monitoramento, exercidas de maneira mais efetiva e independente, com o incremento da participação da sociedade em todo o processo de fiscalização, contribuirão para o alcance de melhores resultados na promoção de políticas públicas estaduais.

Linhas de ação:

a) estabelecer mecanismos de monitoramento dos encaminhamentos decorrentes do processo de fiscalização, de forma a contribuir para a melhoria da informação prestada à população, para a produção legislativa e para o debate público em torno da formação das políticas públicas;

b) identificar agendas e públicos interessados na supervisão e no acompanhamento de políticas públicas, ampliando a participação da sociedade nos processos de fiscalização;

c) aprimorar a sistematização, a publicidade de informações e a comunicação de dados, no âmbito do acompanhamento das políticas públicas, em parceria com outros órgãos públicos, instituições de ensino e pesquisa e entidades da sociedade civil;

d) investir no uso de dados abertos, na tradução e na contextualização das informações sobre as atividades de fiscalização e de acompanhamento de políticas públicas, com vistas a garantir a apropriação, a circulação e a inteligibilidade desse conteúdo;

e) fortalecer o papel do Legislativo na promoção do compartilhamento de informações pelos Poderes e órgãos do Estado, com vistas a garantir a responsividade e a transparência da administração pública perante a sociedade.

IV – Objetivo: fomentar e aprimorar práticas participativas institucionais, com ampliação da capacidade de escuta e de diálogo, como garantia de expressão da cidadania e como estratégia para potencializar a representação política.

Detalhamento: A ALMG tem desenvolvido, ao longo dos anos, inovações democráticas com vistas a impulsionar diferentes maneiras de mediação política entre o Parlamento e a sociedade civil. Com isso, por meio de práticas participativas que assegurem a expressão da soberania popular, a Casa pretende seguir como referência por sua capacidade de dar visibilidade e traduzir institucionalmente as diversas agendas e demandas da sociedade, de forma a contribuir para um debate público mais plural, participativo e igualitário, bem como para adensar a legitimidade das funções do Parlamento.

Linhas de ação:

a) implementar inovações participativas digitais que favoreçam a interlocução da ALMG com os cidadãos, com atenção às potencialidades e limites dessas soluções;

b) aperfeiçoar continuamente os mecanismos de monitoramento, retorno e transparência das demandas oriundas das atividades institucionais em que haja interlocução com a sociedade;

c) garantir a inclusão de diferentes públicos e a expressão das minorias, participantes ou não de organizações da sociedade civil formalizadas, por meio de ações e mecanismos que mitiguem as assimetrias informacionais e as condições adversas à participação e promovam maior equidade na capacidade de vocalização das diversas agendas e demandas sociais;

d) investir de forma sistemática na abertura e permeabilidade da ALMG às agendas e demandas da sociedade, por meio de práticas participativas presenciais e remotas, da identificação de controvérsias públicas e da articulação com instâncias ou estratégias participativas externas de debate e deliberação.

V – Objetivo: aprimorar a comunicação institucional, promovendo a aproximação com a sociedade, a compreensão do trabalho parlamentar e as possibilidades de escuta e diálogo.

Detalhamento: É fundamental reconhecer a função estratégica da comunicação institucional e sua contribuição para que o Parlamento possa estar cada vez mais sintonizado com as demandas do cidadão, promovendo a aproximação com a sociedade, a transparência e a compreensão do trabalho parlamentar.

Linhas de ação:

- a) aperfeiçoar a produção de conteúdo multiplataforma, numa perspectiva integrada, envolvendo as diferentes especialidades da comunicação – jornalismo, publicidade e relações públicas;
- b) consolidar a presença digital da ALMG, com o desenvolvimento de soluções para as diversas formas de comunicação institucional;
- c) aprimorar e fortalecer estratégias integradas de comunicação interpessoal, dirigida e aproximativa, com especial atenção às inovações que garantam maior efetividade na identificação e mapeamento de públicos de relacionamento, considerando inclusive aquelas proporcionadas pelas novas tecnologias;
- d) ampliar a abrangência da comunicação institucional, de maneira a elevar o nível de compreensão sobre a importância do trabalho parlamentar, numa perspectiva de geração de valor da reputação da ALMG;
- e) tornar a comunicação institucional mais inclusiva e plural, tanto na linguagem quanto nos meios de interação e difusão de informação, favorecendo o amplo entendimento que fomenta o debate e a participação cidadã;
- f) aperfeiçoar os mecanismos de retorno e transparência nas ferramentas relacionais e dialógicas.

VI – Objetivo: ampliar e aprimorar práticas e ações para a educação política e o exercício da cidadania, em prol do fortalecimento da democracia.

Detalhamento: O exercício qualificado da cidadania é fundamental para a democracia. Por sua natureza plural e por suas múltiplas funções, os parlamentos devem atuar como indutores do letramento político, da prática da cidadania e do engajamento cívico para promover a autonomia do cidadão. A ALMG deve assumir seu protagonismo na construção de uma sociedade mais democrática, exercendo sua função educativa e de promoção da cidadania por meio da atuação sistêmica de seus vários setores.

Linhas de ação:

- a) estabelecer uma política institucional de educação para a cidadania, como forma de articular e potencializar as ações realizadas por diversos setores da ALMG;
- b) fomentar projetos de formação política que promovam a conscientização sobre a importância do engajamento político nas atividades do Parlamento;
- c) potencializar a disseminação de conhecimento sobre o Poder Legislativo e a capacitação de agentes públicos, lideranças sociais e outros segmentos da sociedade, especialmente por meio da adoção de tecnologias digitais aplicadas à educação;
- d) fortalecer a integração entre as atividades de ensino e pesquisa e as práticas participativas institucionais, com vistas a qualificar a interação entre Parlamento e sociedade;
- e) reforçar as ações institucionais de fornecimento de orientações e de apoio à sociedade, com vistas à promoção e à garantia do exercício de direitos de cidadania;
- f) intensificar ações de articulação e colaboração com outros órgãos da administração pública, câmaras municipais, instituições de educação e sociedade civil.

VII – Objetivo: assegurar o aperfeiçoamento da gestão institucional, com foco em eficiência, responsabilidade com os gastos, integridade e transparência, orientada para resultados e entregas para a sociedade.

Detalhamento: Um dos grandes desafios enfrentados pelos parlamentos na atualidade está relacionado a como os legislativos podem aprimorar seus mecanismos de responsividade e accountability. Para que a ALMG se consolide como uma instituição inovadora, orientada para resultados, é necessário que a instituição se adéque às melhores experiências voltadas para o controle e a qualidade do gasto no setor público, bem como que se comprometa com a eficiência e a transparência na sua gestão e nas entregas para a sociedade.

Linhas de ação:

- a) promover o acesso da sociedade às informações a respeito da gestão institucional;
- b) ampliar a eficiência dos processos organizacionais e o controle eficaz do gasto público, incluindo a incorporação de novas competências e ferramentas de gestão;
- c) aperfeiçoar a gestão por resultados, com a elaboração e a adoção de indicadores para monitoramento das entregas e dos produtos das equipes setoriais;
- d) promover a estruturação de programa institucional de governança, integridade pública e gestão de riscos, com vistas a maximizar o controle de legalidade e a eficiência administrativa;
- e) aprimorar os fluxos de comunicação e informação na ALMG, aprofundando a sinergia entre os setores, de forma horizontal e integrada;
- f) prover infraestrutura física, operacional e de segurança, em condições necessárias ao adequado desempenho das atividades institucionais;
- g) incrementar os esforços voltados para a melhoria da acessibilidade de todos os cidadãos às estruturas físicas, atividades, serviços e canais de informação e comunicação da ALMG;
- h) otimizar a sustentabilidade ambiental da ALMG.

VIII – Objetivo: aprimorar a política de gestão de pessoas, de forma alinhada com os impactos das transformações sociais no Parlamento e com as necessidades e diretrizes institucionais.

Detalhamento: Um longo caminho no sentido de modernizar seu sistema de gestão de pessoal e aprimorar a qualificação gerencial e técnica de seus servidores já foi percorrido. No entanto, é importante que a ALMG busque soluções para as novas perspectivas de trabalho. É preciso estimular e fomentar a aprendizagem e o desenvolvimento permanente de gestores e servidores das áreas administrativa e parlamentar, ampliar as formas de provimento de pessoal e investir na política de saúde ocupacional.

Linhas de ação:

- a) assegurar as entregas institucionais por meio da adequação do quadro permanente às necessidades da ALMG, considerando as soluções de organização do trabalho e de provimento de pessoal;
- b) promover a capacitação dos servidores da ALMG, com foco no desenvolvimento de habilidades alinhadas às novas demandas de competências e de inovações;
- c) aprimorar as atividades relacionadas à saúde ocupacional, contemplando os aspectos psicossociais do trabalho;
- d) reforçar a integração entre as áreas administrativa e parlamentar, de forma sistêmica, por meio do compartilhamento de ações e espaços de informação, aprendizagem e discussão;
- e) desenvolver ações voltadas para promover a compreensão da atividade parlamentar e das diretrizes institucionais por parte de estagiários, terceirizados e adolescentes trabalhadores que atuam na ALMG.

IX – Objetivo: ampliar a oferta de serviços de tecnologia da informação e otimizar a gestão das informações institucionais, para suporte à inovação e à transformação digital no Parlamento.

Detalhamento: A conjunção estratégica entre tecnologia e informação pode ser vista, cada vez mais, como a espinha dorsal das organizações, constituindo-se num poderoso meio para se tornarem mais eficientes e produtivas. O pleno alcance dessa potencialidade na ALMG requer, de um lado, o estabelecimento de diretrizes e metodologias para a gestão eficaz da variedade e do volume crescente de informações produzidas e mantidas para a instituição e a sociedade. Do outro lado, demanda fortemente recursos de tecnologia e uma visão institucional na sua alocação para criação de valor, bem como uma efetiva governança de todos os aspectos do provimento de serviços de tecnologia da informação. Apoiada nesses princípios, a Casa deve estar focada em promover inovações para incorporá-las à realidade do Legislativo mineiro, contribuindo para a transformação digital no Parlamento.

Linhas de ação:

- a) aprimorar o suporte tecnológico e informacional aos parlamentares para o exercício do mandato;
- b) intensificar a adoção das tecnologias de informação e comunicação nos processos organizacionais;
- c) alinhar o desenvolvimento de novos produtos e serviços digitais à estratégia institucional;
- d) garantir a manutenção, a evolução e a convergência da infraestrutura tecnológica;
- e) promover o tratamento e a segurança das informações e dos dados institucionais, em todas as suas dimensões;
- f) melhorar continuamente as práticas de gestão dos serviços de tecnologia da informação e das informações institucionais.

Justificação: O Direcionamento Estratégico da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais para o período de 2010 a 2020, instituído pela Resolução nº 5.334, de 15 de julho de 2010, representou iniciativa responsável por promover importantes avanços institucionais, estabelecendo sólido planejamento, capaz de propiciar a implementação de métodos consistentes de elaboração e concretização de projetos e de incorporar à Assembleia Legislativa os valores expressos na sua missão e na sua visão de futuro. Durante a década que passou, desenvolveu-se intenso trabalho de análise, pesquisa, diagnóstico e debates, com envolvimento dos parlamentares, do corpo gerencial e dos servidores da Assembleia Legislativa, em torno de um conjunto de premissas, diretrizes e proposições concretas para o aprimoramento do Legislativo mineiro. Foram conquistadas inequívocas melhorias institucionais, obtidas a partir do exercício da representação política com participação social; da produção legislativa de qualidade, em sintonia com os interesses da sociedade; da formulação de políticas públicas eficazes, da avaliação e fiscalização dessas políticas públicas com foco em resultados e da atuação de forma ética e transparente, com uma gestão eficiente e austera.

Constata-se, então, a necessidade de continuidade desses avanços, com nova formulação estratégica institucional, de modo a reunir as diretrizes, os objetivos e as linhas de ação da Assembleia Legislativa para a próxima década.

O novo Direcionamento Estratégico para o período de 2021 a 2030 se orientará no sentido de alcançar, até 2030, a visão de futuro representada pela expressão: “ser reconhecida como o poder do cidadão, em sintonia com as transformações sociais, na construção de uma sociedade melhor”; pelo cumprimento da missão de “exercer a representação, com participação da sociedade, na formulação e fiscalização das políticas públicas para o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais” e na observância aos compromissos de representar os interesses coletivos e diversos da sociedade mineira de forma efetiva, independente e ética; de promover a participação, o relacionamento e a escuta permanente da sociedade com inovação, transparência e retorno; de exercer a mediação política para o fortalecimento da relação entre os Poderes do Estado, da democracia e do amplo exercício da cidadania; e de garantir uma gestão moderna, eficiente e responsável.

Diante da importância inequívoca do Direcionamento Estratégico da Assembleia Legislativa para o período de 2021 a 2030, formulado em consonância com as grandes transformações sociais, com os valores da democracia e da cidadania e em sintonia

com os anseios da sociedade mineira, contamos com a aprovação deste projeto de resolução, a fim de favorecer e aprimorar o cumprimento das atribuições constitucionais do Legislativo mineiro.

– Publicado, vai o projeto à Mesa da Assembleia para parecer, nos termos do art. 195, c/c o art. 79, do Regimento Interno.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 151/2021

Cria a Procuradoria da Mulher no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º – Fica criada a Procuradoria da Mulher no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG.

Art. 2º – A Procuradoria da Mulher será constituída por uma Procuradora-Geral da Mulher e uma Procuradora Adjunta da Mulher, designadas pelo Presidente da ALMG entre as Deputadas em exercício.

Parágrafo único – O mandato da Procuradora-Geral da Mulher e da Procuradora Adjunta da Mulher será de dois anos, coincidente com o da Mesa da Assembleia, permitida uma recondução.

Art. 3º – Compete à Procuradoria da Mulher zelar pela participação efetiva das Deputadas eleitas nos órgãos e atividades da ALMG, bem como, em articulação com a bancada feminina e a Comissão Permanente de Defesa dos Direitos da Mulher:

I – contribuir para o enfrentamento das discriminações e violências contra a mulher, por meio do recebimento e da análise de denúncias e do encaminhamento dos casos aos órgãos competentes;

II – contribuir para a maior efetividade das políticas públicas, das ações e dos programas voltados para a equidade de gênero e para o enfrentamento das violências contra a mulher;

III – fortalecer e divulgar a rede de proteção das mulheres e promover a igualdade de gênero;

IV – incentivar a criação de procuradorias da mulher no âmbito dos municípios;

V – qualificar os debates de gênero e dar maior visibilidade às pautas e agendas de proteção e promoção das mulheres;

VI – promover ações e cursos de formação que possam contribuir para o aumento da participação e da representatividade das mulheres nos espaços decisórios e de poder, nas esferas institucional e política, ampliando o número de mulheres eleitas e garantindo que suas vozes sejam ouvidas.

Art. 4º – Fica instituída a Bancada Feminina na ALMG, agrupamento suprapartidário integrado por todas as deputadas.

§ 1º – A Bancada Feminina indicará à Mesa da Assembleia, até cinco dias após o início de cada sessão legislativa ordinária, o nome de sua Líder, que será escolhida em reunião por ela realizada para esse fim.

§ 2º – São garantidas à Líder da Bancada Feminina as prerrogativas asseguradas pelo Regimento Interno aos líderes de bancada ou bloco parlamentar quanto ao uso da palavra.

§ 3º – Enquanto não for feita a indicação, considerar-se-á Líder a deputada mais idosa.

§ 4º – A Líder da Bancada Feminina poderá indicar Vice-Líderes, na proporção de uma para cada cinco Deputadas, ou fração, da respectiva Bancada.

Art. 5º – Excepcionalmente, o mandato da primeira Procuradora-Geral da Mulher e da primeira Procuradora Adjunta da Mulher terá duração até o final da 19ª Legislatura, permitida a recondução.

Art. 6º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Mesa da Assembleia, 21 de outubro de 2021.

– Publicado, vai o projeto à Mesa da Assembleia para parecer, nos termos do art. 195, c/c o art. 79, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.233/2021

Proíbe a realização de corridas competitivas com cães ou atividades similares no Estado.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica proibida a realização de corridas competitivas de cães ou atividades extenuantes de mesma natureza, em que figurem ou não apostas, oferta de brindes ou promoções, independentemente da raça, linhagem, variante ou categoria canina a que os cães forem associados.

Parágrafo único – Quem, sob qualquer circunstância, organizar promover, facilitar, realizar ou participar de corridas de cães ou atividades similares estará sujeito às sanções previstas no art. 2º da Lei nº 22.231, de 20 de julho de 2016, observado o previsto pelo art. 16 da Lei nº 7.772, de 8 de setembro de 1980.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 14 de outubro de 2021.

Oswaldo Lopes (PSD)

Justificação: O presente projeto de lei visa proibir a realização de competições de corrida de quaisquer raças de cães no Estado de Minas Gerais.

É de conhecimento notório que as corridas de cães galgos causam danos físicos e psíquicos aos animais envolvidos, já que se tratam de eventos extremamente violentos e desgastantes aos animais. A irresponsabilidade dos tutores fica mais evidente pela utilização de misturas de substâncias como efedrina, arsênico, estricnina, cafeína e, em certos casos, até cocaína, para um melhor rendimento dos cães nas competições. Não são raros os relatos de animais que fraturam membros ou adquirem diversos ferimentos durante as corridas, que se configuram como verdadeiros eventos institucionalizados de promoção aos maus-tratos de cães.

Nesse sentido, é imprescindível ressaltar que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu art. 225, §1º, VII, incumbe ao Poder Público proteger fauna e flora, afastando as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção das espécies ou submetam os animais à crueldade. Ainda, a Lei nº 22.231, de 2016, dispõe que os animais são seres sencientes, sujeitos de direito despersonalizados, e obrigar o animal a realizar trabalho excessivo ou superior às suas forças ou submetê-lo a condições ou tratamentos que resultem em sofrimento configura maus-tratos ao animal.

Diante da situação exposta, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação da proposição para coibir a realização de eventos tão cruéis no Estado.

– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado Oswaldo Lopes. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 269/2019, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.239/2021

Cria o Cadastro de Animais Domésticos Não Tutorados e Abridados Provisoriamente em Estabelecimentos Coletivos Públicos no Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica criado o Cadastro de Animais Domésticos Não Tutorados e Abridados Provisoriamente em Estabelecimentos Coletivos Públicos no Estado de Minas Gerais – Cadprov.

Parágrafo único – O Cadprov será um cadastro eletrônico vinculado ao Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais, gerenciado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad.

Art. 2º – Todos os animais domésticos não tutorados e abrigados provisoriamente no Estado de Minas Gerais em estabelecimentos públicos coletivos deverão ser cadastrados no portal do Cadprov, obtendo através dele um número único de Registro Geral Animal – RGA, que conterà:

- I – foto do animal;
- II – a data de sua entrada e sua motivação;
- III – as características físicas identificadoras do animal;
- IV – sua condição clínica-médica inicial.

Parágrafo único – O registro no Cadprov de todos os animais domésticos não tutorados e abrigados provisoriamente será obrigatoriamente realizado no prazo de até sete dias da sua entrada no estabelecimento coletivo público, ainda que a saída do animal seja efetuada antes desse prazo.

Art. 3º – Serão registradas quaisquer modificações no RGA do animal no Cadprov, no prazo de sete dias contatos da sua ocorrência:

- I – controle regular de parasitas;
- II – esquema de vacinação contra doenças espécie-específicas;
- III – esterilização;
- IV – nascimento de filhotes;
- V – doenças eventuais e bem como seus respectivos tratamentos;
- VI – adoção;
- VII – fuga;
- VIII – óbito, com sua motivação específica.

Art. 4º – Ao estabelecimento infrator da presente lei será aplicada multa de 100 (cem) Ufemgs em caso de registro irregular, ou falta de registro, por animal.

Art. 5º – O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 6º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 19 de outubro de 2021.

Noraldino Júnior, presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (PSC).

Justificação: Em Minas Gerais, a Lei Estadual nº 21.970/16, que dispõe sobre a proteção, identificação e o controle populacional de cães de gatos, disciplina sobre a responsabilidade municipal em implantar programas de controle populacional ético de animais domésticos, bem como a identificação dos mesmos através de microchipagem. A referida lei também destaca a necessidade da implantação de programas para a guarda responsável consolidando essas ações como métodos eficazes de dirimir a questão da superpopulação destes animais e conseqüentemente diminuição de casos de abandono e maus tratos, além de proteger a figura do cão comunitário.

Alinhada à Lei Federal nº 13.426/17, que trata da responsabilidade do município em implantar programas de manejo populacional de cães e gatos atrelados a um programa de educação para a guarda responsável, essa proposição legislativa se visa estabelecer critérios mínimos e mecanismos de implementação da atual legislação em vigor através da unificação de registros para criação de parâmetros estaduais sobre a fauna doméstica em situação de vulnerabilidade que esteja em abrigamentos coletivos.

A Proteção Animal prevê a realização de campanhas de conscientização sobre bem-estar animal, guarda responsável, importância da vacinação e do controle reprodutivo de cães e gatos. A identificação animal, por sua vez, estabelece um relacionamento entre a guarda responsável e a diminuição do número de animais abandonados. E mais, prevê o acompanhamento e dinâmica da vida do animal tutorado ou não tutorado. Mas somente a microchipagem dos animais não possibilita o estudo, controle, levantamento e acompanhamento da vida animal nos municípios, se faz necessário a geração de um cadastro único, completo e de fácil acesso.

Além de proporcionar um controle mais efetivo e levantar dados sobre a população, o registro geral dos animais se faz essencial para a promoção de políticas públicas mais eficazes para atendê-los. Feito de forma rápida e simples o cadastro, intitulado Cadprov, servirá para rastrear e contabilizar os animais em todo o Estado, concentrados em um cadastro único, gerenciado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad –, que é hoje o órgão competente pela gestão da fauna doméstica em Minas Gerais.

A oferta de um banco de dados com informações sobre o animal e o seu local, dentre outras informações básicas e esquematizadas, garante a possibilidade de contagem e controle de forma eficiente. Permitindo assim que, caso o animal fuja e alguém o encontre, acesse o banco de dados disponível no Portal da Transparência para facilmente vinculá-lo a algum centro de abrigo. Dessa maneira, ao encontrar um pet perdido, é possível levá-lo ao veterinário para acessar as informações do microchip e entrar em contato com o tutor, já que a base de dados é única. Já o histórico de saúde é útil para alertar sobre a necessidade de cuidados especiais.

Para os entes públicos, um levantamento de número de animais, características e dinâmica populacional permite facilidade de estudo de controle e de levantamentos epidemiológicos de doenças transmissíveis ou não ao humano. Para que seja realmente útil, é fundamental que o identificador eletrônico do pet esteja devidamente cadastrado em um único banco de dados, como também é importante manter as informações sempre atualizadas (contato de tutor, adoções, prenhez, castração, morte). Além, é claro, da facilidade de gerenciamento da saúde do próprio animal pelo Estado, quando se encontra responsável por ele, para aplicação de vacinas, vermífugos e acesso ao histórico clínico de saúde do animal. Não somente, o portal pode vir a ser uma fonte de divulgação dos animais que estão disponíveis para adoção, por exemplo.

– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelos deputados Noraldino Júnior e Fred Costa. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 1.306/2015, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.240/2021

Confere ao Município de Extrema o título de “Portal de Desenvolvimento de Minas Gerais”.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica concedido ao Município de Extrema o título de “Portal de Desenvolvimento de Minas Gerais”.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 19 de outubro de 2021.

Betinho Pinto Coelho, vice-líder do Bloco Deputado Luiz Humberto Carneiro (Solidariedade) – Dalmo Ribeiro Silva, vice-líder do Governo (PSDB).

Justificação: Nas últimas décadas o município de Extrema, limítrofe de Minas Gerais ao Sul, com o Estado de São Paulo, notabilizou por se tornar um dos municípios brasileiros que mais se desenvolveu tanto econômica, como socialmente.

Esta realidade está ancorada na elevada visão e espírito empreendedor de sua laboriosa gente e fundada nas exemplares gestões públicas do município, simbolizadas e reconhecidas em dois jovens médicos paranaenses, que fixando residência e serviços profissionais, escolheram Extrema como sua outra terra natal. Trata-se de Dr. Luiz Carlos Bergamin e Dr. Sebastião Antônio Camargo Rossi, amigos e parceiros permanentes, com suas natas lideranças, exerceram, juntos, 7 mandatos de prefeito, dos quais 5 exercidos pelo “Dr. Berga”, com apoio incondicional do Dr. Sebastião, à frente de 2 outros também marcantes mandatos, perfazendo um total de 28 anos de profícuas gestões.

Extrema como paradigma de gestões públicas harmoniosas com a Câmara Municipal e relevante exemplo a ser seguido Brasil afora, se faz merecedora do reconhecimento público e da certificação de Portal de Desenvolvimento de Minas Gerais.

Exemplo desta vocação está no recente anúncio pelo Governo de Minas Gerais da instalação do terceiro maior centro logístico do país, o BWP Business Park, em Extrema. A iniciativa vai movimentar R\$ 750 milhões e gerar 6,5 mil empregos diretos.

Conforme o governo, serão estabelecidos dois parques logísticos de e-commerce, somando oito galpões construídos em 400 mil metros de Área Bruta Locável – ABL –, o correspondente a 38 campos de futebol.

Os dois condomínios que vão abrigar os empreendimentos estão em fase de construção. O primeiro galpão do projeto 1 será entregue ainda neste mês e os galpões do projeto 2, até meados de 2022. O protocolo de formalização do investimento foi assinado e o projeto segue em implantação por meio da Agência de Promoção de Investimento e Comércio Exterior de Minas Gerais – Indi.

Extrema lidera a geração de empregos em 2021 no Sul de Minas, com mais de 3,6 mil vagas formais de emprego geradas.

Diante do exposto contamos com o apoio dos pares para a aprovação do reconhecimento de Extrema como “Portal de Desenvolvimento de Minas Gerais”.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Desenvolvimento Econômico para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.241/2021

Cria a figura do Manual de Manutenção com entrega concomitante à inauguração da obra pública e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica criada a figura do Manual de Manutenção, com entrega concomitante à inauguração de obra pública.

Parágrafo único – O Manual de Manutenção será de observância obrigatória e conterá as seguintes indicações:

- I – Rotinas de manutenções necessárias à conservação da obra;
- II – Periodicidade de vistorias e/ou operações visando a manutenção da estrutura;
- III – Informações sobre o projeto executivo utilizado para a realização da obra;
- IV – Cuidados básicos relativos à utilização da estrutura;
- V – Informações de segurança.

Art. 2º – A elaboração do manual caberá ao Fiscal da execução da obra ou ao agente que exerça função análoga.

Art. 3º – Na hipótese do Poder Público não dispor de recursos para levar adiante as providências estipuladas no Manual de Manutenção, ficará impedido de iniciar ou licitar novas obras.

Parágrafo único – A fiscalização da disposição do *caput* caberá aos órgãos de controle, a exemplo do Ministério Público, Tribunal de Contas e Assembleia Legislativa.

Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 19 de outubro de 2021.

Cleitinho Azevedo (Cidadania)

Justificação: O projeto de lei tem o objetivo de implantar o Manual de Manutenção no Estado de Minas Gerais, que trará as informações técnicas necessárias à conservação de obra pública, delimitando as atividades incumbidas ao gestor ao longo dos anos a fim de evitar a sua deterioração e/ou criação de situações de risco.

Na hipótese do Poder Público não dispor de recursos para levar adiante as providências estipuladas no Manual de Manutenção, este ficará temporariamente impedido de iniciar ou licitar novas obras.

A iniciativa busca contribuir para a melhor gestão do Estado e racionalização do uso dos recursos públicos, impelindo o gestor a priorizar a conservação de obras já existentes, em vez de realizar gastos com obras novas.

Por tal razão, conto o apoio dos colegas para a aprovação do projeto de lei.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Transporte e de Administração Pública para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.242/2021

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária de Roça de Baixo, com sede no Município de Monte Azul.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária de Roça de Baixo, com sede no Município de Monte Azul.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 20 de outubro de 2021.

Gil Pereira, presidente da Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos (PSD).

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 9.501/2021, da deputada Leninha, em que requer seja formulada manifestação de aplauso a Elisabeth Cardoso pela homenagem recebida da Forbes Brasil, que lançou, no dia 15 de outubro de 2021, em celebração ao Dia Internacional da Mulher Rural, a sua primeira lista “100 Mulheres Poderosas do Agro”, com nomes que estão transformando diferentes segmentos do setor. (– À Comissão dos Direitos da Mulher.)

Nº 9.503/2021, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja encaminhado à operadora TIM pedido de providências para melhoria do serviço de telefonia móvel prestado no Município de Andrelândia. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 9.505/2021, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente pedido de informações consubstanciadas em estudo técnico-científico que comprove a necessidade da proibição da pesca no Rio da Prata, como delimita o art. 112 combinado com o Código da Infração nº 427 do Anexo II, ambos do Decreto nº 47.383, de 2018, ressaltando-se que, na ausência de tal estudo ou concluindo-se pela desnecessidade de tal proibição, seja liberada a pesca com linha de mão, caniço simples, vara acoplada ou não de molinete, de anzol simples e chumbada no referido rio. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 9.506/2021, do deputado Zé Guilherme, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – e à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que seja criado um *kit* com conjunto padronizado de brinquedos inclusivos para pessoas com deficiência. (– À Comissão da Pessoa com Deficiência.)

Nº 9.507/2021, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento pedido de informações sobre a elaboração de plano, no processo de privatização, que garanta aos pequenos produtores o escoamento de seus produtos, sem que tenha sua renda negativamente impactada, tendo em vista que a agricultura familiar representa mais de 50% dos produtores somente no Mercado Livre do Produtor, em Contagem. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 9.508/2021, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para abertura imediata de negociação com os trabalhadores da empresa para discussão do Acordo Coletivo de Trabalho 2021/2022.

Nº 9.510/2021, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento pedido de providências para que se inicie diálogo contínuo com as entidades sindicais que representam os trabalhadores da CeasaMinas, dadas as denúncias de omissão e negligências em relação a seus trabalhadores, não oferecendo a eles perspectivas de futuro.

Nº 9.511/2021, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento pedido de informações sobre os estudos que subsidiaram o valor anunciado para o lance inicial de venda da CeasaMinas, tendo em vista que é de conhecimento de todos que tal valor corresponde a cerca de 10% do valor real da empresa.

Nº 9.512/2021, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento pedido de providências para que seja imediatamente suspenso o processo de privatização da CeasaMinas e criado um canal de comunicação com a população e trabalhadores envolvidos, para debate sobre o processo.

Nº 9.513/2021, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Governo pedido de informações sobre as implicações jurídicas, administrativas e sociais do processo de privatização da CeasaMinas, em especial no que se refere ao Mercado Livre do Produtor. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 9.516/2021, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG – pedido de informações sobre o impacto, na qualidade do atendimento e na política de investimentos da companhia, decorrente da aplicação do novo percentual de dividendos regulares no ano-exercício de 2021, especificando-se quais setores sofreram contingenciamentos de recursos financeiros, uma vez que os valores a serem distribuídos aos acionistas são significativamente maiores quando comparados aos do ano anterior. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 9.518/2021, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG – pedido de informações sobre quantos dias, em média, são necessários para a empresa executar uma nova ligação de água, uma nova ligação de esgoto, uma religação de água, a identificação e o reparo de vazamento de água na cidade de Belo Horizonte e região metropolitana; e quantas famílias estão inscritas e são beneficiadas com a tarifa social, esclarecendo-se se o número de famílias aumentou ou diminuiu em termos percentuais quando comparados os seis primeiros meses de 2021 com os seis últimos de 2020. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 9.520/2021, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de informações substanciadas na relação de empresas de transporte de passageiros com linhas regulares municipais, intermunicipais e interestaduais; de empresas de transporte de passageiros do fretamento contínuo e eventual cadastradas no DER-MG; e no número de veículos cadastrados no DER que operam nos transportes de passageiros. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 9.521/2021, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à Organização Pan-Americana da Saúde – Opas-OMS – e à Organização Internacional do Trabalho – OIT –, ambas em Brasília, pedido de providências para que a proteção e a segurança da saúde no trabalho sejam caracterizadas como direito fundamental do trabalhador e para que seja atribuída responsabilidade ao Estado em caso de trabalho informal e desprotegido.

Nº 9.522/2021, da Comissão do Trabalho, em que requer seja formulada manifestação de repúdio à Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimentos e Mercados pelo não envio de representante à audiência pública realizada pela comissão em 13/9/2021, que teve por objetivo debater o processo de privatização das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais – Ceasaminas –; as consequências desse processo para a agricultura familiar, para os pequenos produtores rurais e para a população mineira; e seus impactos na vida dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Nº 9.523/2021, da Comissão do Trabalho, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Associação Beneficente de Itaporé – Abita – pelo trabalho desenvolvido em Coronel Murta, ao longo de seus 64 anos de existência, com o objetivo de proporcionar o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes através de programas de formação pessoal e de desenvolvimento dos seus responsáveis, tendo como valores a comunidade, a sustentabilidade, a diversidade, a educação integral, a inclusão, as potencialidades do território e o bem-estar de todos os envolvidos.

Nº 9.524/2021, da Comissão do Trabalho, em que requer seja formulado voto de congratulações com o projeto Casa da Juventude pelo trabalho social desenvolvido em defesa das crianças e dos adolescentes do Vale do Jequitinhonha.

Nº 9.525/2021, da Comissão do Trabalho, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Associação da Criança e do Adolescente de Itaobim – Ascai – pelo ótimo trabalho desenvolvido com crianças, adolescentes, jovens, famílias e comunidades em situação de risco social, para que possam exercer com plenitude o direito à cidadania.

Nº 9.526/2021, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares pela atuação no cumprimento de mandado de busca e apreensão em desfavor de Ednilson Gomes Júnior, no Município de Juiz de Fora. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Comunicações

– São também encaminhadas à presidência comunicações das Comissões de Minas e Energia, de Desenvolvimento Econômico e de Meio Ambiente.

Oradores Inscritos

O presidente (deputado Osvaldo Lopes) – Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado Doutor Jean Freire.

O deputado Doutor Jean Freire – Boa tarde, presidente; boa tarde, colegas deputados e deputadas, servidores desta Casa, servidoras desta Casa, público que nos acompanha pela TV assembleia e pelas redes sociais.

Sr. Presidente, vou ser bem breve na minha fala. Vim aqui, hoje, para discutir, pautar nesta Casa Legislativa e juntar-me a tantas vozes dos condutores do Samu. São tantas classes que atuam na área de saúde. E falamos tanto, nessa pandemia, em tantas classes que merecem e devem ser valorizadas.

Nós estamos passando por um problema, Sr. Presidente, neste exato momento, e devemos somar forças aos condutores. No momento, eles estão numa luta por reconhecimento, por condições de trabalho e principalmente por questão salarial. Alguns me procuraram porque sabem da minha atuação na área de saúde. Chegou até mim que o salário de um condutor do Samu é de R\$1.300,00. É um absurdo uma situação dessa. Os condutores do Samu não são só condutores-motoristas. A gente, que já teve a oportunidade de atuar com muitos deles, sabe que, às vezes, na estrada, é preciso parar para ajudar no socorro a acidentados. Receber pacientes trazidos pelo Samu... Diga-se de passagem, o Samu foi criado neste país no governo Lula e cumpre um papel fundamental no acesso à saúde, chegando até as casas das pessoas; muitas vezes, naquele momento, já resolvem o problema ali; e, quando sentem

necessidade, conduzem a pessoa até o hospital. O Samu exerce um papel fundamental no transporte de uma cidade a outra – eu vejo isso no dia a dia. O Samu exerce também uma função fundamental no transporte aéreo. Isso foi muito importante neste país – foi muito importante neste país. E, há anos, eles não têm reajuste – há anos.

Caros colegas deputados e deputadas, em plena pandemia, isso serve para a gente ver mais de perto a ação desses profissionais, de todos eles: médicos, enfermeiros e enfermeiras, técnicos e técnicas de enfermagem, condutores do Samu. Como eu estava dizendo, eles são mais do que isso; já seria uma função fundamental e importantíssima, mas eles ajudam a retirar a vítima de ferragens. Muitas vezes eu já presenciei os condutores em ribanceira, levando a vítima até a ambulância do Samu. Eles adentram o hospital, eles adentram o CTI, o CTI-Covid, a enfermagem-Covid. Eles conduzem um paciente e, em todos os seus aspectos, eles estão ali, ao lado, eles estão ali atuando.

Então alguns entraram em contato comigo, como o vice-presidente do Samu da nossa região Norte, Nordeste. O prefeito de Almenara, Ademir Gobira, preocupado com essa questão, também entrou em contato comigo. Ele já se reuniu hoje com alguns condutores. Eu propus uma reunião com eles para ouvi-los, para entender essa situação. Já solicitei audiência pública na Comissão de Trabalho e na Comissão de Saúde, para debater essa questão. E nós sabemos que as prefeituras já estão fazendo mais que o seu papel; nós sabemos disso: estão colocando mais aportes.

Se olharmos o que uma prefeitura colocava há quatro anos, há oito anos, é muito mais; é muito mais o que ela coloca hoje. Nós sabemos que há aporte do governo do Estado, do governo federal. As informações que nos chegaram é que não têm reajustado o aporte financeiro. E ficam sempre os encargos maiores a custo da prefeitura em todos os aspectos, inclusive onde as pessoas têm um acesso direto.

Então nós estamos aqui trazendo esta pauta para a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais na condição de parlamentar, na condição de 2º-vice-presidente, na condição de ex-membro da Comissão de Saúde, mas sobretudo na condição de profissional de saúde. Muitas vezes, quando se fala em profissional de saúde, o primeiro profissional em que a gente pensa é o médico – eu sou médico –, é o primeiro profissional em que muitas vezes se pensa. Saúde vai muito além disso, e trabalhar em equipe é fundamental. Eu quero aqui parabenizar a cada condutor, a cada um e a cada uma que trabalha nessa função tão nobre como a profissão do médico e da médica; tão nobre como a profissão do enfermeiro e da enfermeira, que também precisam ser mais valorizados; tão nobre como a do técnico e da técnica de enfermagem, porque o que eu vejo no dia a dia é eles fazerem função dupla, função tripla; não só conduzem, não só dirigem uma ambulância, eles vão além disso. E que bom que vão além disso com muita responsabilidade e com muito preparo que têm.

Então eu quero dizer que nós já solicitamos audiência pública e quero pedir a cada deputado e a cada deputada para se somarem a essa luta, para a gente, inclusive, discutir um piso salarial para esses profissionais que desempenham tão bem essa função. Além de se exporem à possibilidade de uma infecção por várias doenças, agora, com essa questão da Covid, talvez eles sejam os maiores responsáveis pela condução. É a equipe toda que conduz, mas quem está ali no volante dia e noite, nas péssimas condições de nossas estradas, faça chuva ou faça sol, são esses profissionais; são eles que estão ali no dia a dia. Então, muitas vezes, quando a gente fala de uma equipe, às vezes nos esquecemos desse profissional. E eu repito: eles são tão importantes quanto nós, médicos. Eles são fundamentais para que o paciente chegue com toda segurança a uma cidade para onde está sendo transferido. E olha, são os primeiros a adentrar, muitas vezes conduzindo a maca, com o rosto alegre, feliz. Eu já presenciei tantos com a felicidade de fazerem parte de uma equipe de saúde e de saberem que estão ajudando, sim, a salvar vidas, e estiveram à exposição agora na pandemia como nunca estiveram. Sei dos outros profissionais também, mas olha, Sr. Presidente, R\$1.300,00 por mês é, em muitas situações, o que ganha um plantão médico.

E repito, como já falei muitas vezes aqui: não que se tenha de diminuir o plantão do médico, mas um profissional de uma equipe ganhar o mesmo, em um mês de trabalho, que ganha outro profissional em alguns plantões, em alguns hospitais, em um dia, em 12 horas? Então, nós precisamos avançar nisso. Isso é justiça social. Isso é dar mais a quem tem menos.

Então quero, primeiro, parabenizar os condutores pela função que exercem e dizer que estão corretos em questionar e em lutar por melhoria salarial. Está correto lutar por uma melhoria salarial. Parabéns! Quero dizer também a vocês que nós estamos juntos nessa luta, nós estamos juntos nessa empreitada. Fiz questão de não deixar de pautar isso aqui hoje. Nesta Casa, tivemos uma manhã de votação – acabamos há pouco e emendamos uma reunião na outra –, mas eu não poderia deixar de pautar isso aqui hoje; fiz esse compromisso de hoje pautar essa luta. Amanhã eu espero estar reunido, na nossa querida Itaobim, com os condutores de lá. Além disso, quero convidar os outros condutores que estiverem de folga nas cidades vizinhas para avançarmos, para pautarmos e analisarmos quais serão os próximos passos.

Quero reafirmar a vocês que já está solicitada uma audiência pública a fim de trazer essa demanda para esta Casa. Vamos cobrar de quem mais deve ser cobrado, que é o governo federal. Vamos somar esforços aos prefeitos. Já estou sabendo que o presidente do Samu da nossa região – prefeito Tadeu, de Capelinha – já está em Brasília dialogando sobre essa questão também no Senado. O prefeito Ademir, que é o vice-presidente, me passou isso; já está contactando todas as forças possíveis para que tenhamos vitória, para que possamos avançar, e por uma questão simples: trata-se, colegas deputados, de justiça; trata-se disso. Quando eu falei do valor do salário, V. Exas. chegaram aí a se assustar, porque é triste, é triste, nos dias de hoje, em plena pandemia. Se não reconhecemos determinados profissionais neste momento em que vivemos, eles nunca vão ser reconhecidos. O momento talvez seja esse. Se não avançarmos neste momento em que foram e estão sendo fundamentais para combater a pandemia... São os primeiros a chegar a casa, são os primeiros a chegar a casa; são os primeiros a chegar ao hospital; são os que estão ali, na frente da ambulância, dia e noite, em condições favoráveis ou não, conduzindo paciente de um hospital a outro, da sua casa até o hospital. Então, parabéns pelo trabalho! Parabéns pela luta! Muito obrigado.

O deputado Leandro Genaro – Boa tarde, Sr. Presidente, deputados e também aqueles que acompanham esta reunião pela TV Assembleia, pelos canais oficiais da Casa.

Eu fiz questão de, na reunião que se encerrou agora há pouco, não encaminhar a votação do veto do Projeto de Lei nº 24.909, porque queria falar algo, mas não me limitar ao projeto, que tratava de questões de gênero, de ideologia de gênero.

Faz quase sete anos que nós estamos aqui, nesta Casa, nos posicionando muito claramente, nos posicionando muito claramente sobre a questão da ideologia de gênero. Quem não entende bem desse assunto pode não perceber o quanto esse tema é perigoso e delicado. Como eu disse, são quase sete anos em que nós estamos debruçados sobre esse assunto, pesquisando o assunto, lendo, buscando mais informações, porque a ideologia de gênero... E aqui vai um alerta para você, que está aí, pai, mãe, que tem filhos nas escolas. Sempre o pai e a mãe devem acompanhar, com muito zelo, o que está sendo ensinado aos seus filhos nas escolas, porque embora no Plano Estadual de Educação, seguindo o nacional, nós tenhamos tirado do texto a parte que tratava de ideologia de gênero, tratorando a decisão do Congresso, da Assembleia, da maioria dos municípios, alguns, não estou dizendo que é generalizado, mas alguns professores, algumas professoras insistem nesse tema na sala de aula. Isso embora nós tenhamos como matéria vencida aqui, decisão tomada, que esse assunto não seja abordado em sala de aula com crianças que ainda não têm o discernimento da vida, e que são, portanto, muito maleáveis. É fácil moldar uma criança. Olha só, a ideologia de gênero tem origem, tem fundo marxista. Lá na sua origem, vem a ideia do marxismo, da desconstrução da família.

Agora, eu preciso dizer aqui, deputados, pessoas que me acompanham agora pela TV Assembleia, que cada deputado aqui é de uma região, é de um segmento, tem uma determinada defesa, segura determinada bandeira. E eu também tenho a minha defesa, também tenho a minha bandeira, que é cristã. Não é novidade para ninguém que eu sou pastor evangélico. Sou da Igreja do Evangelho

Quadrangular. Como pastor, antes de ser deputado, ou de estar aqui deputado, eu sou pastor. Em algum momento eu vou deixar de ser deputado, mas nunca vou deixar de ser pastor e de ter a minha fé na palavra de Deus.

Como alguns colegas citaram a Bíblia aqui hoje mais cedo, na reunião extraordinária, eu quero também citar a Bíblia, porque ela é a minha regra de fé e conduta. E na Bíblia nós vemos que Deus criou a família. Eu costumo dizer, na igreja, que a família não é invenção do homem, a família é criação de Deus. É claro que pode existir alguma família em que falte ali a figura do pai. O pai pode ter abandonado, pode ter falecido. Pode ser que falte a figura da mãe. Há crianças criadas pelos avós, por um outro parente, mas o padrão bíblico no qual a maioria das pessoas acredita, porque a nossa sociedade é judaico-cristã, é homem, mulher e seus filhos. Nós acreditamos nisso. Eu quero ter o direito de ensinar aos meus filhos o que acredito ser o padrão divino e bíblico de família, mas a ideologia de gênero vem para tentar fazer com que aquilo em que nós acreditamos vire chacota. Em alguns ambientes, se a gente falar que crê na família tradicional, você é achincalhado, é vaiado, é tido como uma pessoa mal instruída, ignorante, extremista, radical. Mas se for para ser chamado de radical, defendendo aquilo em que nós acreditamos, então que me chamem de radical.

Não é a primeira vez que esse tema da ideologia de gênero vem aqui para este Plenário e não será a última. Por quê? Sempre estão criando uma modalidade nova, uma estratégia nova para trazer esse conteúdo, para trazer essa doutrinação para dentro deste Parlamento. E, com todo respeito a todos os colegas, porque eu sei que cada um tem a sua bandeira, tem a sua crença, tem a sua ideologia, tem a sua convicção, nessa pluralidade de pensamentos, eu quero me reposicionar, mais uma vez, aqui contra a ideologia de gênero. A ideologia de gênero é um lixo que tem que ser combatido. Eu continuo aqui também representando muitos cristãos, quase 100 mil, que votaram em nós, na última eleição, e acreditam, assim como eu, que a família é o padrão bíblico. Respeitando quem não pensa assim, nós queremos o respeito naquilo que nós pensamos.

Então, eu não vou usar o tempo todo, mas eu quero aqui deixar bem marcada a minha posição. Toda vez que projetos com esse teor vierem aqui para esta Casa, deputado Bruno Engler, toda vez, porque não é de hoje que eu sou contra esse tipo de matéria – desde 2015, essa história começou aqui, eu não sei se começou antes, mas comigo aqui desde o primeiro ano do mandato, do primeiro mandato –, nós vamos nos posicionar contra, contra, e em defesa da família, em defesa dos valores cristãos, em defesa daquilo em que nós acreditamos. Essa é a minha fala hoje, aqui. Deus abençoe a todos. Obrigado.

O presidente (deputado Doutor Jean Freire) – Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado Bruno Engler.

O deputado Bruno Engler – Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde aos colegas e a todos que nos acompanham. Hoje pela manhã, votamos uma matéria importante: o Veto nº 28, do governador, à proposição de lei que instituiria a ideologia de gênero no Estado de Minas Gerais e colocaria em risco as mulheres e crianças mineiras. Como deixamos bem claro aqui para esta Assembleia é um projeto que cria a identidade de gênero, expressão de gênero, no Estado de Minas Gerais, e estabelece que homens biológicos podem frequentar espaços exclusivamente femininos, como saunas, banheiros e vestiários. Um projeto muito perigoso, que disporia risco às mulheres e meninas de Minas Gerais. Mas, graças a Deus, nós conseguimos derrotar esse projeto. Por isso, eu subo à tribuna desta Casa para agradecer, agradecer a Deus, agradecer também ao governador Romeu Zema pelo veto, às lideranças religiosas que se encamparam nesta luta. Aqui, faço questão de citar nominalmente: Pastor Jorge Linhares, sua filha Daniela, Pastor Marco Feliciano, dentre diversas outras lideranças que se juntaram a nós nessa batalha. Quero agradecer a cada um dos colegas que votou pela manutenção do veto, e quero agradecer em especial ao cidadão mineiro que, quando viu o absurdo que havia sido aprovado nesta Casa, se mobilizou, foi às redes sociais, pressionou os seus deputados, pressionou o governador Romeu Zema pelo veto e garantiu que o governador vetasse e que os deputados mantivessem o veto. Não foi só um deputado que veio ao microfone dizer que foi cobrado nessa base, que foi questionado em relação a esse projeto. Então, se não fosse a mobilização de cada cidadão mineiro em defesa da família, em defesa dos valores cristãos, em defesa das nossas mulheres e crianças, esse projeto absurdo talvez tivesse se tornado lei e a gente teria colocado em risco as mulheres e meninas de Minas Gerais.

Hoje tivemos a vitória do bom senso, a vitória da família, a vitória dos valores cristãos, a vitória de Minas Gerais sobre a ideologia de gênero. Muito obrigado a todos que participaram conosco nessa luta.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O presidente – Não havendo outros oradores inscritos, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Comunicação da Presidência

A presidência informa ao Plenário que foram aprovados, nos termos do parágrafo único do art. 103 do Regimento Interno, os Requerimentos nºs 9.508, 9.510 a 9.512 e 9.521 a 9.525/2021, da Comissão do Trabalho. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Leitura de Comunicações

– A seguir, o presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões

de Minas e Energia – aprovação, na 3ª Reunião Extraordinária, em 20/10/2021, dos Requerimentos nºs 8.721, 8.930, 9.244, 9.246, 9.248, 9.249, com a Emenda nº 1, e 9.250/2021, da Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos, 9.005/2021, do deputado Bosco, 9.085 a 9.089/2021, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, e 9.174, 9.175 e 9.321/2021, da Comissão de Agropecuária;

de Desenvolvimento Econômico – aprovação, na 9ª Reunião Extraordinária, em 20/10/2021, dos Requerimentos nºs 8.454/2021, da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia, 9.207/2021, do deputado Mauro Tramonte, 9.209/2021, do deputado João Vítor Xavier, 9.327/2021, da Comissão de Assuntos Municipais, e 9.397/2021, do deputado Douglas Melo; e

de Meio Ambiente – aprovação, na 18ª Reunião Extraordinária, em 20/10/2021, dos Projetos de Lei nºs 2.948/2021, do deputado Noraldino Júnior, e 3.055/2021, do deputado Osvaldo Lopes, e dos Requerimentos nºs 1.441, 2.247, 2.249, 3.174 a 3.176 e 4.115/2019, da Comissão de Direitos Humanos, 2.073/2019, da Comissão de Assuntos Municipais, 2.721/2019, da Comissão de Minas e Energia, 4.396/2019, da Comissão de Participação Popular, 9.257 e 9.299/2021, do deputado Gustavo Mitre, e 9.306/2021, da Comissão de Educação (Ciente. Publique-se.).

Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de logo mais, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 15ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 21/10/2021

Presidência da Deputada Beatriz Cerqueira

Sumário: Comparecimento – Abertura – Ata – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Registro de Presença – Execução do Hino Nacional – Exibição de Vídeo – Palavras da Presidente – Entrega de Placa – Palavras do Sr. Paulo Sérgio Lacerda Beirão – Palavras da Presidente – Encerramento – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparece a deputada:

Beatriz Cerqueira.

Abertura

A presidente (deputada Beatriz Cerqueira) – Às 20h11min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

Sejam todas bem-vindas, sejam todos bem-vindos para este momento importantíssimo de celebração.

Ata

– A presidente, nos termos do § 2º do art. 39 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada, e a subscreve.

Destinação da Reunião

O locutor – Destina-se esta reunião a homenagear a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig – pelos 35 anos de sua fundação.

Composição da Mesa

O locutor – Convidamos a tomar assento à Mesa o Exmo. Sr. Paulo Sérgio Lacerda Beirão, presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig; as Exmas. Sras. Sandra Regina Goulart Almeida, reitora da Universidade Federal de Minas Gerais; e Andrea Macedo, diretora da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – Regional Minas Gerais; o Exmo. Sr. Mauro Teixeira, vice-presidente, pela Regional Minas Gerais, da Academia Brasileira de Ciências; e a Exma. Sra. Stella Ferreira Gontijo, vice-presidente da Associação Nacional de Pós-Graduandos.

Registro de Presença

O locutor – Registramos e agradecemos a presença do Sr. Roberto Sena Rocha, diretor da Fiocruz Minas, Instituto René Rachou.

Execução do Hino Nacional

O locutor – Convidamos os presentes para, em posição de respeito, ouvir o Hino Nacional.

– Procede-se à execução do Hino Nacional.

Exibição de Vídeo

O locutor – Assistiremos agora ao vídeo institucional da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais, Fapemig.

– Procede-se à exibição do vídeo.

O locutor – Com a palavra, a deputada Beatriz Cerqueira, autora do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Palavras da Presidente

Quero dar um boa-noite a todos nós que estamos aqui ou que estamos em cada canto deste país acompanhando virtualmente a celebração dos 35 anos da nossa Fapemig.

Ao falar da importância da ciência, da nossa Fapemig, no momento em que estamos vivendo ainda uma pandemia, todos nós de máscaras, com uma vontade enorme de nos abraçarmos, mas ainda nos contendo, essa responsabilidade não pode ser

individual. Então, quero compartilhar esse momento institucional e regimental de fala com todos os que estão compondo a nossa Mesa no sentido de fazer deste momento algo mais coletivo, como a ciência tem-nos ensinado.

Então, quero convidar para a sua saudação e a sua contribuição a nossa Exma. reitora da Universidade Federal de Minas Gerais, Sandra Regina Goulart Almeida.

A Sra. Sandra Regina Goulart Almeida – Muito obrigada, deputada. Boa noite a todas e a todos. Cumprimento, primeiramente, o nosso presidente da Fapemig, Prof. Beirão; também o Prof. Mauro Teixeira, que aqui representa a ABC; a Profa. Andréa Macedo, representando a SBPC; a Stella, que representa aqui a ANPG. Para mim é uma grande satisfação, como reitora da UFMG e também membro do conselho curador da Fapemig, estar aqui hoje para saudar a nossa Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais. Gostaria de cumprimentar, também, a Dra. Júnia, que é presidente do conselho curador, e agradecer, de forma muito especial, à deputada que nos homenageia hoje pelos 35 anos da nossa Fapemig. Este é um momento importante para todos nós que atuamos nas nossas universidades, que lutamos pelo fomento, pelo financiamento contínuo em educação, ciência e tecnologia.

A deputada Beatriz Cerqueira conhece a relevância das nossas instituições e a importância da Fapemig não apenas para as nossas instituições, mas também para todo o Estado de Minas Gerais. O Estado de Minas Gerais – repito sempre isso, não é, deputada? – é o Estado, entre os estados da Federação, que mais possui universidades públicas, e esse é um enorme patrimônio do Estado de Minas Gerais que precisa ser revertido em benefício das pessoas do nosso estado. Nesse sentido a Fapemig tem o papel imprescindível de fomentar toda a ciência que é desenvolvida aqui no nosso Estado.

Darcy Ribeiro, que foi um grande pensador das universidades e também da ciência, da educação, da tecnologia, disse que não se constrói um País sem universidades. Ele falou também, pensando na nossa situação, que, no caso desse projeto de País, ele se preocupava muito com isso. Mas ele falava que só tinha duas opções: ou ele se resignava, ou se indignava. Então, a nossa posição hoje é de muita preocupação com o fomento da ciência e tecnologia no nosso país.

Estamos aqui principalmente, primeiro, para falar da enorme importância da Fapemig nesses 35 anos de existência e também para pensar o futuro, não apenas da Fapemig, mas também do nosso estado e do nosso país. Se queremos um País menos desigual, um País com desenvolvimento sustentável, com desenvolvimento social, somente conseguiremos fazer isso se, de fato, investirmos nos pilares essenciais para o povo mineiro e para o povo do nosso país. Nesse sentido, as fundações de apoio, a Fapemig em especial, têm esse papel que é imprescindível para as nossas instituições, para o nosso estado e para o nosso país.

Então, estou aqui hoje não apenas reverenciando os 35 anos que comemoramos, mas quero também, Prof. Beirão e deputada, reverenciar o futuro que depende de uma Fapemig cada vez mais sólida, com investimento sustentável, sustentado ao longo desses anos. Então, vida longa à nossa querida Fapemig. É um prazer estar aqui e fazer essa saudação. Muito obrigada.

A presidente – Nós é que agradecemos, reitora, e agradecemos também por todo o papel que a nossa UFMG tem tido nesse enfrentamento à pandemia e em nome de todo progresso e de toda ciência no nosso estado e no nosso país.

Quero também compartilhar essa fala com a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, que tem uma regional aqui em Minas Gerais, chamando a Profa. Andréa Macedo.

A Sra. Andréa Mara Macedo – Gratidão, deputada Beatriz Cerqueira. É uma honra e um prazer enorme estar aqui nesta sessão que homenageia nossa querida e nosso patrimônio mineiro, Fapemig, pelos seus 35 anos de contribuição para o desenvolvimento social, científico, tecnológico, inclusivo e para o futuro mineiro, do nosso estado, e também da Nação. E é uma honra ainda maior estar aqui representando duas organizações, entidades muito queridas para nós: a SBPC, como sua conselheira, e também a Secretaria Regional de Minas Gerais, como membro. Aproveito para fazer presente a nossa secretária regional, Cristiana Brito, que não pôde estar aqui por questões médicas, mas que gostaria muito de estar aqui neste momento. E também represento aqui o Inteligência Coletiva, que é uma iniciativa da nossa querida deputada Beatriz Cerqueira, da diretoria da Fiocruz Minas e também da

SBPC e que tem o objetivo de propor políticas públicas para a solução dessa pandemia e crise sanitária e humanitária e também de fazer a defesa da nossa Fapemig, a defesa do repasse constitucional de 1% em duodécimos do seu orçamento para a Fapemig – por ela geridos –, ou seja, a defesa da autonomia da Fapemig na gestão desses recursos; também a defesa da nossa Funed, além de várias outras pautas em defesa da ciência, da saúde, da educação, do meio ambiente, da democracia, da inclusão e da renda fundamental para a sobrevivência da população mineira nesses tempos de crise.

Então, mais uma vez, agradeço a oportunidade de estar aqui e fico muito feliz que esta Casa do povo tenha escolhido homenagear a Fapemig nesses seus 35 anos. Então, mais uma vez gratidão, professora e deputada Beatriz Cerqueira, que tem sido uma pessoa muito combativa em defesa da educação, da ciência e da tecnologia nesta Casa. Obrigada.

A presidente – Andréa, gratidão nossa à SPBC e a toda a luta. Eu acho que eu poderia resumi-la como uma luta contra a barbárie que é no exato ponto em que nós estamos. Eu quero compartilhar também essa fala com a Associação Nacional de Pós-Graduandos, chamando a vice-presidente da associação, Stella Ferreira.

A Sra. Stella Ferreira Gontijo – Boa noite a todos e a todas. Boa noite, deputada Beatriz. Queria primeiramente saudar o Prof. Beirão, presidente da Fapemig, companheiro assíduo da defesa da ciência e da tecnologia, e saudar o papel que a ciência tem tido também neste momento em que a gente vive; por isso estamos tendo a possibilidade de estar aqui hoje presencialmente. Quando cheguei eu falei sobre isso, a gente só se encontra em espaços virtuais nesses últimos tempos. Eu queria ressaltar quão importante é a gente ter este momento aqui hoje, em que a Assembleia de Minas Gerais está cedendo este espaço para a gente homenagear uma agência tão fundamental que é a Fapemig. Dentre todas as agências de fomento do Brasil, a Fapemig faz um trabalho de excelência aqui em Minas Gerais, um Estado que tem muitas universidades, muitos pós-graduandos e pós-graduandas que têm contribuído para a produção científica do nosso país, que se vê atacada e sendo desmontada cotidianamente, e isso impacta diretamente a nossa produção científica no Estado.

Então, eu queria ressaltar que este último período tem sido de árdua luta em defesa da ciência e tecnologia, travada aqui nesta Casa pela deputada Bia, inclusive se luta pela garantia do 1% constitucional à ciência e tecnologia e à Fapemig. Temos que continuar atentas e atentos nessa luta para que a gente não sofra o mesmo corte que a gente vem sofrendo do governo federal; a gente conseguiu aprovar também, no Congresso Nacional, o fundo do FNDCT e agora a gente vê tudo indo por água abaixo, às escuras. Então, resalto aqui a importância de a gente estar vivendo este momento nesse cenário.

Queria também ressaltar o papel que a ciência tem tido nessa pandemia e como a gente tem esse desafio de dialogar mais com a sociedade. E, nesse sentido, a Fapemig tem um trabalho fundamental que é incentivar a pesquisa desde a base. A gente tem a Fapemig que financiava e vem financiando durante muito tempo pesquisadoras e pesquisadores, desde o ensino básico até a pós-graduação; e isso é fundamental para que a gente continue tendo uma produção científica soberana, popular, a serviço do povo brasileiro.

Então, para não me alongar mais, eu queria deixar aqui a minha saudação aos 35 anos da Fapemig e convidar a todos e a todas para se somarem junto com a gente no dia 26 de outubro, o dia que a gente está chamando de Dia nacional de Paralisação em Defesa da Ciência. A gente acredita que isso deve ser construído por toda a comunidade científica para que a gente consiga garantir que a pesquisa feita no Brasil não fique refém de interesses privados. Então, agradeço a oportunidade de estar aqui hoje e parablenizo a deputada Bia pela ótima iniciativa de organizar este evento. Obrigada.

A presidente – Stella, nós é que agradecemos por toda luta feita em defesa da ciência no nosso estado e no nosso país. Eu quero também compartilhar a minha fala com a Academia Brasileira de Ciências, por meio do seu vice-presidente, pela Regional Minas Gerais, Mauro Teixeira.

O Sr. Mauro Martins Teixeira – Boa noite a todos. Primeiramente, quero agradecer pelo convite. É muito bom estar aqui. Nossos parabéns, Fapemig; Beirão, o Sr. Fapemig aqui hoje. Eu cumprimento a todos. Roberto Sena, é muito bom revê-lo; há muito

tempo que eu não o via. Então, é um prazer estar aqui. Acho que é muito bom a gente poder estar junto aqui hoje por causa da ciência – acho que é lembrar disso a cada dia mais.

Alguém ousou criar essa jovem senhora, que é a Fapemig, que tem hoje 35 anos, e a gente tem que ousar dar os passos seguintes, Beatriz. Eu acho que nós temos que tornar essa Fapemig mais independente; o orçamento dela deveria ser direto e não passar... Nós temos bons exemplos no País, que é a Fapesp. E eu acho que é um momento crítico para o Estado hoje, porque nós deixamos de ter um sistema nacional de ciência e tecnologia; ele está se esfacelando a olhos vistos, muito rapidamente, e vai ser muito difícil reconstruir.

Então, quero agradecer a essa senhora de 35 anos. Eu sou fruto total dela. Tudo o que eu fiz tem a ver com a Fapemig, tudo o que a ciência brasileira fez tem a ver com a Fapemig. Nós temos que olhar para frente e melhorar muito essa senhora. Parabéns, Beirão! Parabéns a todos da Fapemig que estão aqui! Eu acho que vocês são a Fapemig. Não é um prédio, mas as pessoas e nós, pesquisadores, que dependemos de vocês. Muito obrigado.

A presidente – Mauro, nós é que lhe agradecemos todo o trabalho na Academia Brasileira de Ciências.

Eu quero também partilhar a minha fala com a Fiocruz Minas. Queria convidá-lo, Roberto, para que o senhor também faça a sua saudação. A Fiocruz é muito importante para todos nós aqui, em Minas, e em todo o País. Então, quero partilhar esta fala, convidando-o também para a saudação da Fiocruz.

O Sr. Roberto Sena Rocha – Muito obrigado, deputada, pela oportunidade de me dirigir à Fapemig hoje, nesta noite, e dar os parabéns ao Beirão em nome de todos os pesquisadores de todas as instituições de pesquisa do Estado. Não sei se é desnecessário a gente falar da importância da Fapemig, mas vale enfatizar o papel importante que ela vem desempenhando nesses 35 anos de existência. Quer dizer, se a ciência, em Minas Gerais, avançou, muito se deve à Fapemig. As nossas lutas, o nosso trabalho, enfim, a ciência de Minas Gerais está intimamente ligada ao desenvolvimento da Fapemig.

Eu acho, deputada, importante este ato; a Fapemig estar dentro da Casa do povo, da Assembleia Legislativa é muito importante e mostra a necessidade de a gente lutar sempre em defesa da ciência e das nossas instituições científicas. Muito obrigado. Parabéns!

A presidente – Eu quero também registrar e dizer da importância do subsecretário de Ciência, Tecnologia e Inovação da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Felipe Attiê, que está conosco. Subsecretário, eu gostaria de partilhar a minha fala com o senhor, convidando-o também para fazer a saudação. Digo às pessoas que nos acompanham, enquanto o subsecretário chega, que, na reunião especial, o rito nosso, a formalidade é a fala do homenageado, do autor ou da autora do requerimento e do presidente da Casa. Mas, diante da grandiosidade do que é a Fapemig, da celebração dos seus 35 anos, deste encontro, desta Mesa e de todos nós que estamos aqui, eu, como professora primária e ex-dirigente sindical, aprendi que fazemos na coletividade e que, pela coletividade, fazemos muito melhor. Então, por isso estou partilhando este momento de fala com todos que estão aqui conosco, que são importantes nesse processo. Subsecretário, bem-vindo. É um prazer tê-lo aqui conosco.

O Sr. Felipe Attiê – Quero agradecer à Assembleia Legislativa de Minas Gerais – já tive a oportunidade de participar desta Casa – e dizer à ilustre deputada Beatriz Cerqueira que, como subsecretário de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de Minas Gerais, nós assumimos num momento difícil que tem tido este governo, após três anos de problemas graves, em nível mundial, como Brumadinho, como Covid, e em meio à pandemia. Isso tem dificultado algumas coisas, e nós queremos seguir em frente; seguir com a ciência, feita com tudo aquilo que é necessário para que ela brilhe e nos aponte os caminhos e soluções do futuro.

Este governo, deste grande governador Romeu Zema, está de mãos dadas com a Central Nacional de Vacinas e não vai permitir, em momento nenhum, que essa realidade da nossa Universidade Federal de Minas Gerais, que leva o nome, seja impedida de qualquer forma. Isso é uma determinação do governador Romeu Zema e do secretário-geral Mateus Simões. Nós temos certeza de que isso, reitora – e a senhora sabe do nosso esforço e do nosso empenho –, é importantíssimo, Beirão, para desenvolvermos novas

tecnologias, Beatriz, para a dengue, para a Zika, para a chikungunya, com as vacinas de RNA, com os grandes profissionais da UFMG; e para criar um ecossistema de inovação na área dessa questão.

Nós também não podemos deixar de dizer, Beirão, que estamos trabalhando nesse pedido que você sempre tem feito a nós do problema dos R\$220.000.000,00 de restos a pagar do governo anterior. Nós temos a certeza, Prof. Beirão, de que esses R\$37.000.000,00 que faltam, que nós vamos resumir, vamos conseguir resolver isso. O problema é que o governador Romeu Zema é o maior pagador de contas da história deste estado: R\$9.000.000.000,00 dos depósitos judiciais; R\$30.000.000.000,00 de restos não pagos de 2015, 2016 e 2017, onde há R\$220.000.000,00 da Fapemig. Corrija-me – viu, Beirão? –, se eu estiver falando alguma coisa errada. O senhor está aqui, na frente de todo mundo. Sem dúvida nós fazer o melhor. A Fapemig precisa ter o nome honrado. O governador Zema é um homem que gasta e paga; paga até o que não foi feito por ele. São tantas as contas! É dinheiro consignado, é problema de tudo quanto é ordem que se imagina. É duro dar R\$300.000.000,00 para o Tribunal de Justiça todos os meses de um dinheiro de terceiros que foi gasto aí – e ele tem que pagar. E não é só isso; são vários outros problemas, como férias-prêmio de três governos anteriores sendo pagas às professoras – viu, Beatriz? – com a graça de Deus. É muito importante isso. Nós não vamos deixar. Na hora em que se normalizar essa baderna que nos foi entregue, nós vamos, sem dúvida, Beirão, gastar 1%, sim; nós vamos fazer como São Paulo, que é um Estado rico. A Fapesp tem um orçamento de R\$1.400.000.000,00; o senhor sabe que eu estive com o Marco Antônio Zago. O senhor está aí com esses poucos recursos da nossa pobreza, que é o nosso estado perto de São Paulo – tem menos de 1/3 da receita de São Paulo, mas tem um Goiás a mais de município; um Goiás a mais de município que São Paulo, mas menos de 1/3 da receita do Estado de São Paulo, que deve bater na casa dos R\$380.000.000.000,00. Com esse aumento de impostos que o governador lá fez sobre saúde e tudo, está havendo um superávit de arrecadação, e eles não estão dando conta de gastar o dinheiro.

Então, Beatriz, você está de parabéns, porque preserva a ciência. Nós também a preservamos e acreditamos na pesquisa. Há espaço para pesquisa básica, assim como espaço para a pesquisa virar nota fiscal e produto também. Nós temos que ter as duas pesquisas, nós temos que ter o equilíbrio e o bom senso, como você está tendo aqui, de prestar esta homenagem a essa instituição tão importante de Minas Gerais. Nós, da Subinova, estamos de mão dadas com a Sede, com o Prof. Beirão. Vamos apoiar e fazer o possível e contamos com a sua presença. Você sabe que eu mesmo procurei lhe enviar algumas modificações do sistema aqui como emenda. Aprovamos o seu projeto de feira de ciências. O parecer da Subinova sobre o projeto da ilustre deputada é de total validade, foi enviado para cá. Eu fiz pessoalmente o parecer. Quero parabenizá-la por estar procurando levar as feiras de ciências para as escolas estaduais. E nós vamos, sim, levar junto com a senhora, porque o nosso governo é um governo sério, equilibrado e que aceita a sugestão de todos. É o governo do bom mineiro, quieto, equilibrado, de bom senso e que quer, acima de tudo, independente de partido, de ideias ou de ideologias, fazer as boas ideias vingarem em Minas. E a ideia da senhora é boa, por isso contou com o meu aval, com o meu parecer para isso. Fique com Deus. Sucesso.

Beirão, ainda quero estar em muitas ocasiões aqui, com a nossa Fapemig; quero ajudar você – eu sei dos seus intuitos – a modernizá-la e a integrá-la; a fazer com que a receita de Minas cresça com inovação e tecnologia nas empresas, sim, para podermos pagar melhor ainda os professores. Porque mais impostos, como é o ICMS da LeishTec, a vacina que a UFMG desenvolveu e que é patenteada, significa mais receita. Se eu não me engano, reitora, R\$30,00 ficam com o Estado e R\$10,00 com vocês. Então grande sorte de tudo neste País é o Estado brasileiro. E é com esse dinheiro que nós temos que pagar as nossas professoras, os nossos policiais, o nosso povo.

Deus nos abençoe. Parabéns, deputada. Conte conosco.

A presidente – Muito bem. Ao finalizar este momento, eu quero assumir dois compromissos. Primeiro, o debate trazido aqui foi da importância do Centro Nacional de Vacinas, então, Sandra, eu quero assumir com a senhora e com todos que estão aqui conosco... Na segunda-feira encerra-se o período para que apresentemos emendas ao orçamento do Estado. Uma das emendas que

será apresentada será exatamente a destinação ao orçamento do Estado. Vamos disputar aqui a receita para onde ela precisa ir. Nós apresentaremos uma emenda para a destinação dos R\$50.000.000,00 ao Centro Nacional de Vacinas e batalharemos até o Plenário para que essa emenda seja aprovada. O governo do Estado pratica hoje R\$10.000.000.000,00 por ano de renúncias e isenções fiscais. Então em toda política que queremos fazer investimento a gente sabe exatamente de onde nós podemos retirar. Diminui-se a isenção, diminui-se a renúncia e investe-se naquilo que é um bem coletivo. Portanto, esse é o primeiro compromisso que eu quero assumir com todos nós aqui, neste momento de celebrar os 35 anos da Fapemig.

O segundo compromisso que eu quero assumir é de nós construirmos um arcabouço legal que dê a autonomia necessária à Fapemig. É hora de avançarmos nisso, é hora de pararmos de, todo ano, aprovar aqui, na Assembleia, 1% constitucional. Mas quando a gente faz o balanço, ano a ano, nós vemos que o que é aprovado como orçamento não é o que é executado. E não é executado porque a Fapemig hoje não tem essa autonomia. Eu tenho certeza de que, com autonomia, todo recurso seria plenamente executado, trazendo mais desenvolvimento, mais ciência, mais pesquisa para o nosso estado.

Então eu quero assumir esses dois compromissos aqui, neste momento em que nós celebramos os 35 anos da nossa Fapemig, e quero também deixar aqui um registro do momento que nós estamos vivendo. Porque celebrar a ciência sem contextualizar essa celebração seria impróprio, porque nós estamos numa Casa política, nós estamos numa Casa que é constituída pelo voto popular, e, portanto, é necessário que, ao celebrarmos os 35 anos da nossa Fapemig, a gente faça um compromisso da luta contra o negacionismo. Negacionismo não é uma posição pessoal, negacionismo não é uma ignorância. Negacionismo no Brasil é um projeto. Nós estamos enfrentando um projeto. O negacionismo hoje é um projeto.

Quando nós lembramos que no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação o maior corte foi no orçamento, de 21%; quando a gente lembra com saudade do Ciência sem Fronteiras e de quase 104 mil bolsas no exterior; quando eu vejo a minha geração e olho a geração posterior, que teve tantas oportunidades com a criação de tantas universidades federais e institutos federais em cada canto deste país e em cada canto deste estado, nos governos do presidente Lula, da presidente Dilma; quando nós lembramos a importância do CNPq e que agora, do orçamento destinado a ele, em 1921, foi o menor do século... Por isso o negacionismo é um projeto. Quando a gente lembra que o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico está com 90% do seu orçamento contingenciado... Corte agora tem um novo nome, não é? Contingenciamento. A gente aprendeu isso, para eles não assumirem que é corte. Quando nós lembramos que o orçamento da Capes e dos institutos de pesquisa é 22% menor do que em 2020; e quando nós lembramos que, em Minas Gerais, de acordo com a Secretaria de Estado e da Fazenda, o investimento médio anual em ciência, pesquisa e tecnologia em Minas Gerais, no biênio 2019-2020, é o menor dos últimos 20 anos... Se eu mostrasse um gráfico, nós ficaríamos com vergonha, porque esse biênio é o pior de investimento do governo do Estado na área de ciência e tecnologia. O ano de 2020 teve o menor investimento em 20 anos.

O papel da Assembleia Legislativa é dizer que é possível que as locadoras de carro paguem o mesmo IPVA que todos nós pagamos, de modo que elas não sejam privilegiadas, e a gente possa investir em ciência, a gente possa investir no nosso Centro Nacional de Vacinas. Porque alguns são beneficiados pela renúncia fiscal ou pela isenção fiscal, e não está na hora de esses privilégios continuarem.

Portanto, esse é o nosso compromisso, junto com esses compromissos de continuar lutando em defesa da ciência, pesquisa e tecnologia em nosso estado, no nosso Centro Nacional de Vacinas, na nossa autonomia da Fio... Da Fiocruz, não, porque já está lá. Que continue protegida, mas que haja autonomia da nossa Fapemig.

Assim, eu encerro as considerações em nome do nosso mandato, como autora do requerimento que deu origem a esta homenagem, a esta justa celebração. Porque, em tempos de negacionismo, em tempos de barbárie, se nós não celebrarmos, vamos nos contaminar com o desencanto, o estado de desânimo de que o que está aí não tem outro caminho possível. É claro que tem. A ciência nos mostra, Paulo Freire nos mostra, a luta das mulheres nos mostra. Então, viva a ciência! Viva a nossa Fapemig,

Entrega de Placa

O locutor – A deputada Beatriz Cerqueira, neste ato representando o presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, deputado Agostinho Patrus, fará entrega de uma placa alusiva a esta homenagem ao Sr. Paulo Sérgio Lacerda Beirão. A placa contém os seguintes dizeres: “Em 1986 nascia aquela que viria ser uma das mais respeitadas instituições de pesquisa do País, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig. Com a nobre missão de estimular e fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico do Estado, essa entidade vem, há mais de três décadas, apoiando projetos de grande relevância para os cidadãos mineiros, o que evidencia o indispensável papel da ciência na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A Assembleia Legislativa de Minas Gerais, ao reconhecer a importância da Fapemig para o Estado e para o País, rende a ela honrosa homenagem pelos 35 anos de sua fundação.”.

Palavras do Sr. Paulo Sérgio Lacerda Beirão

Exma. Sra. Deputada Beatriz Cerqueira, autora do requerimento de homenagem à Fapemig e aqui representando o presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, deputado Agostinho Patrus.

Quero, deputada Beatriz, expressar todo o nosso agradecimento por esta homenagem e o reconhecimento pelo seu trabalho legislativo, principalmente presidindo a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, que tem sido um trabalho muito profícuo e muito importante para o Estado.

Exma. Sra. Reitora da Universidade Federal de Minas Gerais, Profa. Sandra Regina Goulart Almeida; Sra. Diretora da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – Regional Minas Gerais –, Profa. Andrea Macedo, colega de departamento; Sr. Vice-Presidente da Regional de Minas Gerais da Academia Brasileira de Ciências, Prof. Mauro Teixeira, também colega de departamento; e Sra. Vice-Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduandos, Stella Ferreira Gontijo.

Queria também saudar a Sra. Júnia Cioffi, presidente do nosso conselho curador, na pessoa de quem saúdo todos os membros da comunidade científica do nosso Estado.

É difícil resumir a importância da atuação da Fapemig ao longo dos últimos 35 anos. Não vou tentar fazer isso nesse curto intervalo de tempo, mas quero citar alguns indicadores.

Em 1986, quando foi fundada a Fapemig, foram publicados 166 artigos científicos feitos em Minas Gerais e, no ano passado, publicamos 5.641 artigos, mostrando um enorme crescimento na capacidade de geração de conhecimento novo, ou seja, 34 vezes mais, com atividade no Estado ou mesmo no País, e teve tanto crescimento. Hoje temos 714 cursos de pós-graduação, mestrado e doutorado, distribuídos em 53 instituições mineiras de ensino superior espalhadas pelo território mineiro.

Nas universidades estaduais, Uemg e Unimontes, saímos de zero para 26 cursos de pós-graduação, inclusive quatro deles considerados de excelência. É claro que esses números refletem o trabalho de múltiplos parceiros, principalmente das próprias instituições e do seu pessoal. É difícil aferir com exatidão o quanto a Fapemig foi determinante para alcançarmos esses resultados, porque não dá para fazer um experimento histórico com e sem a Fapemig para ver como vai dar, mas vale o testemunho dessas instituições que é unânime em mostrar que a Fapemig, apesar de todas as dificuldades e percalços pelos quais passou nesses 35 anos, teve um efeito fundamental para o estabelecimento da estrutura de ciência e tecnologia que temos hoje no Estado. Aproveito para fazer um agradecimento muito especial a todo corpo técnico e dirigentes da Fapemig ao longo desses 35 anos, que contribuíram com seu trabalho, com sua criatividade, com seu esforço para as realizações da Fapemig.

Mas quero falar principalmente do presente e do futuro do Estado. Vivemos recentemente dificuldades financeiras resultantes da dificuldade do Estado de cumprir o desembolso dos duodécimos estabelecidos na Constituição. E tivemos, com isso, de suspender programas importantes, como o programa de bolsa de iniciação científica, iniciação científica júnior, tivemos de restringir

as bolsas de pós-graduação, tivemos de suspender o programa Demanda Universal e o programa Pesquisador Mineiro, entre outros. Não se pode pagar bolsas com orçamento; paga-se com o financeiro, com reais. O mesmo ocorre com os projetos de pesquisa.

Nós, da Fapemig, consideramos fundamental não fazer chamadas de projetos que sabemos de antemão que não podemos pagar e seria um desrespeito assinarmos termo de outorga que não pudéssemos honrar. Por isso, nós temos esse compromisso, e agradeço a manifestação do Filipe Attiê, reassumindo esse compromisso que ele já havia falado comigo anteriormente.

Uma agência de fomento tem que preservar a sua credibilidade e transparência se quer realmente ser uma mola propulsora do desenvolvimento do Estado. Sobretudo as ICTs, Instituições de Ciência, Tecnologia e Inovação, e os pesquisadores são nossos parceiros e são a verdadeira razão da nossa atuação. E não se ludibria parceiro – esse é um princípio sagrado para nós. Felizmente estamos conseguindo recuperar nossa capacidade de financiar projetos e, para isso, temos contado com a crescente colaboração do governo estadual, que está nos permitindo recuperar progressivamente a nossa capacidade de investimento.

Relançamos o programa de iniciação científica em bases mais transparentes, fruto da experiência acumulada. Estamos em fase de contratação e pagamento do Universal 2021, cujo orçamento foi duplicado em decorrência da citada colaboração. Lançamos, ou estaremos lançando, ainda neste mês, algumas chamadas públicas de projetos. Aqui é importante enfatizar que a Fapemig não dá de mão beijada os recursos. Todo projeto tem avaliação de mérito, em que se avalia qual é a efetiva contribuição que o projeto poderá proporcionar dentro da sua área. Por isso, não basta dizer que minha área é importante, que minha instituição é importante. Por mais importante que seja, haverá uma equipe altamente qualificada de especialistas que irá avaliar em que e o quanto o projeto poderá contribuir para a área. Não queremos financiar projetos que não tragam avanços, que sejam apenas para fazer mais do mesmo.

Nesse sentido, eu quero enfatizar o empenho que temos feito para aprimorar os nossos mecanismos de avaliação. Partimos do princípio consagrado pela ciência internacional, que é o de avaliação pelos pares, e o fazemos da maneira mais objetiva e transparente possível, baseado nas melhores práticas internacionais e que, inclusive, têm sido imitadas. É importante enfatizarmos isso porque vemos, de uma maneira até lamentável, pessoas julgando projetos apenas pelos seus títulos; projetos que foram julgados pelos melhores especialistas disponíveis em Minas Gerais, em suas áreas de atuação.

Há também um viés de área do conhecimento, em que cada um acha que a sua área é a mais importante do mundo – até aí, tudo bem –, mas frequentemente desprezando outras áreas – aí é tudo ruim, é muito ruim. Já comentei que trabalhar em uma área importante, por si só, não faz um bom projeto. Por outro lado, a Fapemig valoriza todas as áreas do conhecimento como patrimônio da humanidade e que devem ser cultivadas. Alguém seria capaz de dizer, por exemplo, em Ouro Preto, em Diamantina, que história não é importante? Como seria o turismo dessas cidades sem conhecimento de sua rica história? Além desses aspectos, digamos pragmáticos, mesmo a história de outros lugares nos ensina erros e acertos que podem nos guiar para entender a nossa sociedade e construirmos a nossa própria história.

Naturalmente, a ação da Fapemig não se deve resumir a um apoio de formação de pessoal e apoio a grupos de pesquisa em suas áreas do conhecimento, embora sejam ações extremamente importantes. A Fapemig também procura realizar ações estratégicas e estruturantes para o desenvolvimento econômico e social do nosso estado, tomando como base exatamente esse pessoal e esses grupos de pesquisa que a gente cultiva aqui. Nesse aspecto, nós temos clara consciência que a nossa ação será tão mais efetiva quanto mais articulada estiver com outros setores da sociedade, notadamente os setores que irão se apropriar e aplicar os conhecimentos e tecnologias gerados pelas pesquisas. Para isso é fundamental o diálogo constante com esses atores, que são o governo estadual – temos tido um diálogo muito positivo e construtivo com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, na pessoa do secretário Fernando Passalio – e a Subsecretaria de Inovação, com a atuação proativa do subsecretário Felipe Attiê, que nos honra com a sua presença, e também da sua equipe, aqui representada pela Luciana Quaresma, que também nos honra com a sua presença. Também com outras secretarias do governo e com o próprio governador. Temos tido uma relação muito construtiva com a Assembleia Legislativa, inclusive com emendas parlamentares, e mantido um diálogo muito positivo, principalmente por meio da Comissão de

Educação, Ciência e Tecnologia, na pessoa da deputada Beatriz Cerqueira, e com o apoio do presidente da Assembleia, deputado Agostinho Patrus.

Outro diálogo importante se dá com o setor empresarial, principalmente por meio da Fiemg e também, mais recentemente, com a Faemg. Temos mantido um diálogo continuado com as nossas instituições de ciência e tecnologia, seja diretamente com elas ou por meio das suas representações, como o Fórum de Reitores, a Academia Brasileira de Ciências, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e também com a Associação Nacional de Pós-Graduandos.

Para ser uma ação estratégica e com impacto, não basta a qualidade da ciência e tecnologia produzidas, mas é preciso também que esses conhecimentos gerados tenham consequências em produtos e processos em benefício da sociedade. Para isso, é essencial o envolvimento da ponta, digamos, executiva, capaz de transformar esses conhecimentos e tecnologias em produtos, processos ou políticas públicas. A partir desse diálogo, estamos elegendo nove áreas em que podemos construir plataformas tecnológicas que gerem produtos inovadores e de grande impacto social e ajudem a reconfigurar nossa economia, sempre articulados com grupos de pesquisas que permitam a constante evolução e inovação desses produtos.

Dentre ações estratégicas já realizadas ao longo da vida da Fapemig, posso destacar os resultados de algumas, como a indução da criação dos núcleos de inovação tecnológica nas nossas ICTs, criação de parques tecnológicos, incubadoras de empresa, apoio e empreendedorismo nas startups, entre outras. Se hoje várias das nossas ICTs já conseguem patentear suas tecnologias, licenciar seus produtos, gerar empresas inovadoras, formar pessoal empreendedor, muito é fruto dessas ações estratégicas da Fapemig.

Mais recentemente está sendo criado em Minas, com financiamento dos governos federal, estadual e da Fapemig, o Centro Nacional de Vacinas, já mencionado aqui, cuja origem pode-se traçar a partir do financiamento de projetos individuais, tipo Universal, financiamento da rede de pesquisa em biomoléculas e do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Vacinas. Todos com financiamento ou cofinanciamento, no último caso, da Fapemig.

Devido às limitações de tempo, eu vou ficar por aqui, na certeza de que a Fapemig saberá cumprir sua missão e que o recurso que vai para a Fapemig não é despesa, mas, sim, investimento. Muito obrigado.

O locutor – Com a palavra, a deputada Beatriz Cerqueira, representando o presidente desta Casa, deputado Agostinho Patrus.

Palavras da Presidente

Agora eu vou compartilhar, então, as considerações do nosso presidente, que tem não só dado apoio, mas tem sido muito propositivo em toda pauta relacionada à ciência, à pesquisa – ele fez uma importante parceria com a UFMG, nós fizemos o lançamento do Inteligência Coletiva aqui, na Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. Então, temos a defesa da Funed, a defesa da Escola de Saúde Pública, de que, em 2019, por uma ação conjunta aqui na Assembleia Legislativa, nós impedimos o fim enquanto escola de saúde pública.

Então, nós temos aqui, na Assembleia... Esta é uma Casa que... A nossa primeira conversa nós terminamos às 9 horas, 10 horas da noite – eu não me lembro –, antes da pandemia. O presidente nos recebeu para conversar um pouco com várias lideranças sobre aquele momento difícil de contingenciamento por que a ciência passava aqui, no nosso Estado. Então, nós temos nele um importante aliado enquanto defensor da ciência, pesquisa e tecnologia no nosso estado e no nosso país.

Todas as vezes em que nós tivemos ensaios autoritários na recente conjuntura do País, foi um presidente que se posicionou. Quando nós tivemos episódios racistas, foi um presidente que se posicionou. Eu acho que é muito relevante ter alguém que nos lidera no Poder Legislativo em tempos de tantas rupturas democráticas.

Então, quero compartilhar agora as palavras do nosso presidente Agostinho Patrus. (– Lê:) “A comemoração dos 35 anos de existência da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais é de fundamental relevância não só para a nossa inovação

científica e tecnológica, mas sobretudo para o aceleração do desenvolvimento mineiro. São significativos os avanços produzidos pela instituição no aprimoramento do conhecimento científico, especialmente durante a ainda presente epidemia da Covid-19, que tanto impactou a vida de todos, além de levar o luto a um número tão grande de famílias.

Hoje a fundação está consolidada como uma das maiores agências de fomento à pesquisa no País, cumprindo os desígnios de seus fundadores. Ao notável trabalho de seus primeiros conselheiros devemos o impulso inicial, que tem animado e motivado o compromisso de seus sucessores. São eles os talentosos pioneiros, cada um se distinguindo em seu domínio, Paulo Gazzinelli, Amilcar Vianna Martins, Wilson Beraldo, Zeigmam Brener, Marcos Mares Guia, Daison Olsany e Silva, Francisco Iglésias, José Alberto de Carvalho e Ramayana Gazzinelli.

Um país que queira ter relevância mundial se constrói com muita ciência, alta tecnologia, pesquisa de ponta e inovação criadora. Em um novo ritmo da história contemporânea, quando novas lideranças mundiais já se desenham com um firme contorno, o Brasil precisa fundamentalmente de uma educação mais ampla e de melhor qualidade para o seu povo. Educação de qualidade implica, em seu patamar mais extremo, atualização tecnológica, criatividade e pesquisa científica quando se tem em mente a inauguração de uma era à altura das enormes potencialidades do nosso país e da nossa gente.

É neste contexto que, nos últimos 35 anos, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais tem construído uma trajetória que vem acumulando realizações. Com o trabalho de sua habilitadíssima equipe, marcado pelo comprometimento e pela excelência, a Fapemig financiou importantes projetos de pesquisa e capacitou um número considerável de cientistas, concedendo também bolsas e apoiando eventos e publicações na área. Ainda jovem, a fundação surpreende ao desempenhar um papel consolidado na vida do Estado, já percebida como um dos motores do nosso desenvolvimento econômico e social. Entre 2010 e 2020, mais de 26 mil projetos foram contratados, no montante de R\$1.700.000.000,00, atendendo a chamadas em diversas áreas, que passam por ciências da saúde, exatas, humanas, engenharias ou programas para startups.

É importante destacar o papel de indução realizado pela Fapemig, que lançou chamadas específicas e emergenciais para atender a demandas apresentadas pela sociedade. Dentre elas, destacam-se duas chamadas lançadas em 2018, relacionadas aos desastres provocados pelo rompimento de barragens; e outras duas oportunidades em 2020, relacionadas ao enfrentamento da pandemia de Covid-19.

Nesse sentido, suas preocupações foram as mesmas da Assembleia mineira, que norteou o seu trabalho e as suas ações para o enfrentamento desse problema, com suas gravíssimas decorrências sanitárias, sociais e econômicas. O programa emergencial de apoio a ações de enfrentamento da pandemia causada pelo novo coronavírus desenvolvido pela agência teve como objetivo fortalecer ações inovadoras nas instituições científicas, tecnológicas e de inovação públicas localizadas no Estado; estimulou a cooperação entre pesquisadores e órgãos de pesquisa, apoiando ações voltadas ao enfrentamento e à mitigação dos danos causados pela Covid-19. Ao todo, foram investidos cerca de 2 milhões nas 19 propostas, e uma delas é desenvolvida na Fundação Ezequiel Dias, a nossa Funed, onde a equipe de pesquisadores busca a produção de um soro contra o coronavírus.

Outra ação de monta, desenvolvida em parceria com o Ministério da Saúde, o CNPq e a Secretaria de Estado de Saúde, é o programa de pesquisa para o SUS, promovendo a formação e a melhoria do Sistema Único de Saúde.

Em 2021, a Chamada Universal, destinada a financiar projetos de pesquisa em todas as áreas do conhecimento, foi retomada graças às negociações com o governo do Estado e o aumento no repasse mensal de recursos à fundação.

As instituições e seus pesquisadores são a garantia de um futuro melhor para todos os cidadãos, fazendo com que tenhamos avanços nas mais diversas áreas de pesquisa, num mundo que perde suas fronteiras em relação à comunicação e à partilha do conhecimento. A cooperação internacional, no âmbito científico, é a maior garantia para um país que pretende se desenvolver e fazer ouvir sua voz no cenário mundial, aliada à formação de seu próprio quadro de cientistas, tarefa a que a instituição tem se dedicado com brilhantismo.

Cofiando na atuação da Fapemig e na consequente consolidação do setor científico, apostamos, para as próximas décadas, na difusão de um desenvolvimento sustentável, com uma tecnologia limpa, voltada, em última instância, para o bem-estar de nossos cidadãos e cidadãs. A sociedade mineira, com reflexos em todo o País, é a grande beneficiária do trabalho ético e inovador da Fapemig. Portanto todos nós precisamos de todos os talentos dos pesquisadores e pesquisadoras, técnicos e técnicas, da visão conjunta de futuro e da seriedade dos tão necessários projetos desenvolvidos pela agência. O futuro de Minas Gerais e do Brasil está estritamente ligado ao destino da Fapemig. Que os próximos 35 anos sejam, portanto, ainda mais férteis e promissores. Esta, mais que uma inspiração, é a nossa inabalável convicção. É o muito obrigado do presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, deputado Agostinho Patrus”, aqui na nossa reunião especial em homenagem aos 35 anos da nossa Fapemig.

Encerramento

A presidente – A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de terça-feira, dia 26, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada será publicada na edição do dia 23/10/2021.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CPI DA CEMIG NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 18/10/2021

Às 14h12min, comparecem à reunião a deputada Beatriz Cerqueira e os deputados Cássio Soares, Professor Cleiton, Hely Tarquínio, Sávio Souza Cruz, Zé Guilherme e Zé Reis, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Bartô. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cássio Soares, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da 17ª Reunião Extraordinária, realizada em 7/10/2021, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes e determina a anexação das respectivas notas taquigráficas. A presidência comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios do Sr. Tarso Duarte de Tassis, advogado da Cemig, prestando informações sobre os Requerimentos em Comissão nºs 10.326, 10.330, 10.333, 10.334, 10.445, 10.448 e 10.449/2021; e-mails da Sra. Letícia de Souza Ribeiro Jupiaçara, advogada do Sindsul, prestando informações sobre os Requerimentos em Comissão nºs 10.405 e 10.406/2021; ofícios dos Srs. Emerson Andrada Leite, diretor coordenador-geral do Sindieletrô, prestando informações sobre o Requerimento em Comissão nº 10.405/2021; Átila Machado, advogado da IBM Brasil, prestando informações sobre o Requerimento em Comissão nº 10.449/2021, e da Sra. Simone Deoud Siqueira, ouvidora-geral do Estado, prestando informações sobre o Requerimento em Comissão nº 10.329/2021. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência de convidados, ouvir, na condição de testemunha, a Sra. Fernanda Barroso Carneiro, representante legal da Kroll Associates Brasil Ltda. na prestação dos serviços contratados pela Cemig. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência de convidados. A presidência convida a tomar assento à mesa o Sr. Cledorvino Belini, ex-diretor-presidente da Cemig. O presidente qualifica a testemunha e passa a inquiri-la. Logo após, passa a palavra aos deputados para que façam seus questionamentos à testemunha, conforme consta das notas taquigráficas. Suspende-se a reunião por alguns minutos. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 10.600/2021, dos deputados Zé Guilherme e Zé Reis, em que requerem a intimação do Sr. Márcio Luiz Simões Utsch, presidente do Conselho de Administração da Cemig, a fim de prestar depoimento perante a comissão na condição de testemunha;

nº 10.601/2021, dos deputados Zé Guilherme e Zé Reis, em que requerem a intimação do Sr. José João Abdalla Filho, membro do Conselho de Administração da Cemig, a fim de prestar depoimento perante a comissão na condição de testemunha;

nº 10.603/2021, dos deputados Zé Guilherme e Zé Reis, em que requerem que o Sr. Reynaldo Passanezi Filho, diretor-presidente da Cemig, deixe a condição de investigado e seja intimado na condição de testemunha, a fim de prestar depoimento perante

a comissão, em especial para prestar esclarecimentos acerca de fatos envolvendo os processos de contratação da Cemig, objeto de investigação da comissão;

nº 10.604/2021, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Professor Cleiton, Hely Tarquínio e Sávio Souza Cruz, em que requerem seja reiterada solicitação contida no Requerimento em Comissão nº 9.948/2021, encaminhada à Ordem dos Advogados do Brasil, Subseção de São Paulo, requisitando, no prazo de 5 dias, cópias de todos os atos societários registrados e averbados perante a entidade relativos à Lefosse Advogados, compreendendo o contrato social e todas alterações posteriores e, em caso de volume excessivo de documentos, sejam enviadas com urgência as cópias do contrato social em vigor e das alterações e demais atos societários registrados a partir de janeiro de 2017;

nº 10.605/2021, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Professor Cleiton, Hely Tarquínio e Sávio Souza Cruz, em que requerem seja reiterada a solicitação contida no Requerimento em Comissão nº 10.328/2021, direcionada ao Tribunal Superior Eleitoral, para o fornecimento de informações sobre a realização de doação, pelos sócios da empresa Exec a seguir listados, para algum partido político, candidato ou campanha eleitoral nas últimas duas eleições: Rodrigo Foz Forte, Fábio Bozzo Cassab, Daniel Bras da Cunha, Paulo Roberto Burgese Luddie, Anne de Oliveira Bertini, André Godoy Freire, Camila Marion, Carla Morel Rodrigues de Queiroz, Fabiana Ferreira Homen de Goes, Lucio Daniel Neto, Mariana de Toledo Villalva Garcia, Marcus Vinicius Giorgi, Juan Pablo Correa Santa, Marcio Toshio Murakoshi, Sharleyne Queiroz Bulgarelli, Thais Amadei Pegoraro, Cintia Bortotto Decimoni, Julia Cunali Melges, Daniella Stuart Coelho, Ricardo Welikson, Thais de Paiva Nather Canova, Danielle Borin, Carolina Costa da Silva; que sejam informados no ofício os números dos CPFs dos citados sócios, de forma a facilitar a identificação das pessoas e a resposta; que a resposta seja encaminhada com urgência, tendo em vista o prazo exíguo para encerramento dos trabalhos da comissão.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de outubro de 2021.

Cássio Soares, presidente.

ATA DA 33ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 19/10/2021

Às 9h41min, comparece à reunião o deputado Sargento Rodrigues, membro da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Raul Belém e Zé Reis. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a efetividade da Lei nº 23.869, de 4 de agosto de 2021, que dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS – na aquisição de armas de fogo com calibre de uso permitido, munições, fardamento, colete à provas de balas, equipamentos e apetrechos por integrantes dos órgãos estaduais de segurança pública e dá outras providências. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Sra. Luísa Cardoso Barreto, secretária de Estado de Planejamento e Gestão (23/9/2021); e dos Srs. Edgard Estevo da Silva, comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (15/5 e 23/9/2021 – 2); Joaquim Francisco Neto e Silva, chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (27/5 e 23/9/2021); Rogério Greco, secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública (23/9/2021); Rodrigo Sousa Rodrigues, comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais (23/9/2021 – 2), (10/9/2021 – 4) e (3 e 11/9/2021) ; Igor Eto, secretário de Estado de Governo (23/9/2021); e Sérgio Pessoa de Paula Castro, advogado-geral do Estado (23/9/2021). A matéria constante na pauta deixa de ser

apreciada por falta de quórum. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Maria de Lurdes Camilli, presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado Minas Gerais – Sindepominas; e Cel. PM Rosângela de Souza Freitas, 1ª-vice-presidente da Associação dos Oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais – AOPMBM –, representando o presidente; e os Srs. Gustavo de Oliveira Barbosa, secretário de Estado de Fazenda; Luiz Claudio Fernandes Lourenço Gomes, secretário adjunto de Fazenda; Ten.-Cel PM Neyton Rodrigues, chefe da Assessoria Jurídica do Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais, representando o comandante-geral; Reinaldo Felício Lima, superintendente de Planejamento, Gestão e Finanças da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG –, representando o chefe da Polícia Civil; Ten.-Cel BM Edirlei Viana da Silva, chefe da Quarta Seção do Estado-Maior do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, representando o comandante-geral; Cel. BM José Honorato Ameno, vice-presidente da União dos Militares de Minas Gerais, representando o presidente; Subten. PM Heder Martins de Oliveira, presidente da Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares de Minas Gerais – Aspra-PM/BM; Sgt. BM Alexandre Rodrigues, presidente da Associação de Servidores do Corpo de Bombeiros e Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – Ascobom; Bruno Figueiredo Viegas, presidente do Sindicato dos Escrivães de Polícia do Estado de Minas Gerais – Sindep-MG; Wemerson Silva de Oliveira, assessor da Diretoria do Sindicato dos Servidores da Polícia Civil de Minas Gerais – Sindpol –, representando o presidente; Jean Carlos Otoni Rocha, presidente do Sindicato dos Agentes de Segurança Penitenciária do Estado de Minas Gerais – Sindasp-MG; Sgt. PM Michael André Santos, diretor de Assuntos Institucionais do Centro Social dos Cabos e Soldados da Polícia Militar e Bombeiros Militares de Minas Gerais – CSCS PM/BM-MG –, representando o presidente; e Subten. PM Wesley da Silva Soares, diretor-presidente da Associação Central Única dos Militares Estaduais de Minas Gerais – Cume. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Registra-se a presença dos deputados Bruno Engler e Glaycon Franco (substituindo o deputado Delegado Heli Grilo, por indicação da liderança do BMSM). Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 10.561/2021, dos deputados Coronel Henrique, João Leite e Gustavo Mitre, em que requerem seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras para debater com a Polícia Civil e a Polícia Militar as investigações que apuram os furtos de ferro-gusa ao longo da linha férrea na Grande BH, entre os Bairros Calafate, em Belo Horizonte, e Vila São Paulo, em Contagem, material que estaria sendo revendido de maneira clandestina;

nº 10.571/2021, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais – MPMG – e à Controladoria-Geral do Estado – CGE – pedido de providências para apurarem suposto descumprimento do Decreto nº 47.132, de 2017, que regulamenta a Lei Federal nº 13.019, de 2014, no âmbito das parcerias celebradas entre o Estado, por meio da Secretaria de Justiça e Segurança Pública, e as organizações da sociedade civil Pemse, Avante Social, Injuci e Instituto Elo, responsáveis pela gestão de unidades socioeducativas, tendo em vista a contratação de monitores educacionais, pelo Instituto ELO, em discordância com o § 1º do art. 40 do Decreto 47.132, de 2017, que veda a contratação, pelas organizações da sociedade civil, de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, de servidor ou empregado público do órgão ou entidade estadual parceiro, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

nº 10.615/2021, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações sobre quais são as empresas que possuem isenção do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS –, qual o percentual de isenção (por empresa, por ano, de 2019 a 2021), qual o valor que o Estado deixou de arrecadar (por empresa, por ano, de 2019 a 2021), qual o montante total de isenção de ICMS (por ano, de 2019 a 2021), destacando qual é o percentual de isenção em face da perspectiva de arrecadação desse tributo no mencionado período.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de outubro de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente – João Leite – Bruno Engler.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco a deputada Laura Serrano e os deputados Cássio Soares, Braulio Braz, Doorgal Andrada, Ulysses Gomes e Zé Reis, membros da supracitada comissão, para as reuniões a serem realizadas em 25/10/2021, às 10 horas e às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 1.478/2020, do deputado Bruno Engler, 1.657/2020, da deputada Beatriz Cerqueira, 2.992/2021, do deputado Hely Tarquínio, 3.042/2021, do deputado Raul Belém, e 3.137/2021, do deputado João Magalhães, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 22 de outubro de 2021.

Hely Tarquínio, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Andréia de Jesus, Ione Pinheiro, Leninha e Rosângela Reis, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 25/10/2021, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar, em turno único, o Projeto de Lei nº 2.447/2021, do deputado Professor Cleiton, de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater o tema “Mulheres e saneamento: os impactos do Novo Marco Regulatório do Saneamento para os serviços públicos de saneamento básico ofertados em Minas Gerais, em especial para famílias de baixa renda e famílias monoparentais femininas”.

Sala das Comissões, 22 de outubro de 2021.

Ana Paula Siqueira, presidenta.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Econômico

Nos termos regimentais, convoco os deputados Dalmo Ribeiro Silva, Bernardo Mucida, Fábio Avelar de Oliveira e Professor Irineu, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 25/10/2021, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o parecer para o 2º turno do Projeto de Lei nº 3.056/2021, do deputado Mário Henrique Caixa, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 22 de outubro de 2021.

Thiago Cota, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Participação Popular**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Celise Laviola e os deputados Professor Cleiton, Raul Belém e Virgílio Guimarães, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 25/10/2021, às 17 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 22 de outubro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 6/2019**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Gustavo Santana, Gustavo Mitre, Inácio Franco e Leandro Genaro, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 26/10/2021, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 6/2019, do deputado Inácio Franco e outros, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 22 de outubro de 2021.

Sávio Souza Cruz, presidente.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATO DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 18/10/2021, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou o seguinte ato, relativo ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando, a partir de 25/10/2021, Roselaine de Almeida Braga, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Noraldino Júnior.

AVISO DE LICITAÇÃO**Pregão Eletrônico nº 65/2021****Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 132/2021**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 11/11/2021, às 10 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para a aquisição de licenças de *software*.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br.

Belo Horizonte, 22 de outubro de 2021.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

TERMO DE CONVÊNIO Nº 3/2021

Primeira convenente: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Segundo convenente: Município de Janaúba.
Objeto: cessão de servidor público municipal para exercício de cargo em comissão na primeira convenente. Vigência: a partir da data de assinatura até o final da 19ª Legislatura da ALMG. Dotação orçamentária: 1011-01-031.729-4.239-3.1.90-10.1.